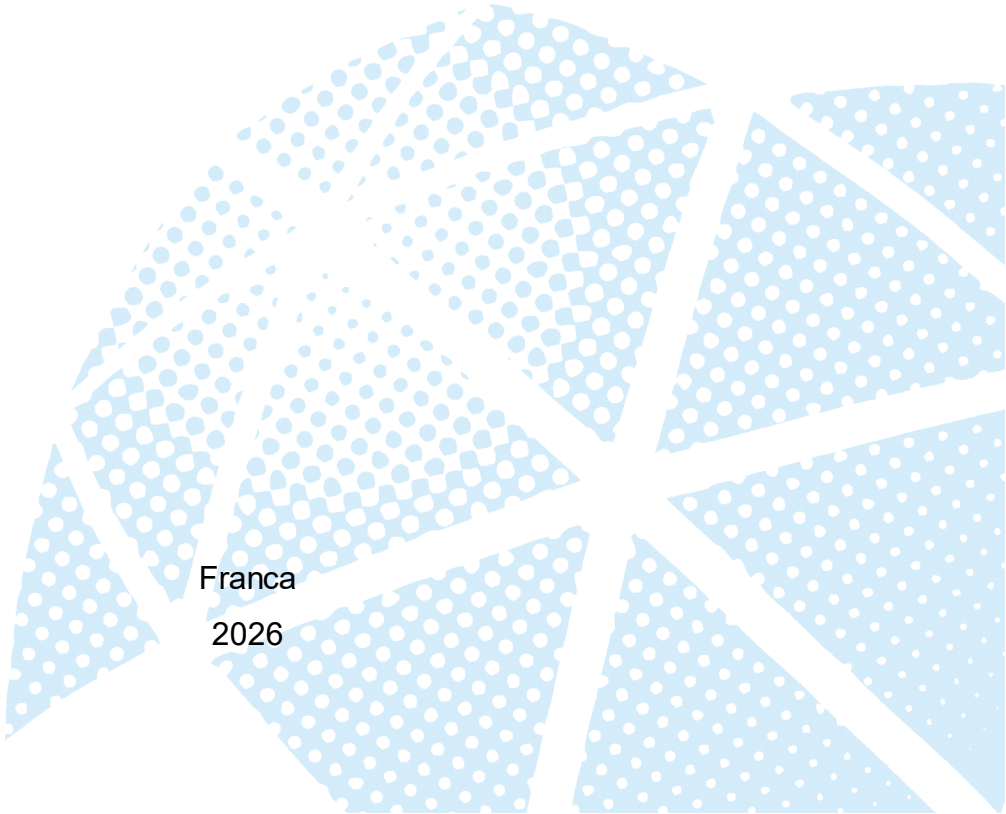


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

RENAN ABBADE JARDIM

CARTOGRAFANDO O RIO DA PRATA E A BANDA ORIENTAL:
O ESPAÇO PLATINO E A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DE DIOGO SOARES
(1680-1740)

Franca
2026



RENAN ABBADE JARDIM

**CARTOGRAFANDO O RIO DA PRATA E A BANDA ORIENTAL:
O ESPAÇO PLATINO E A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DE DIOGO SOARES
(1680-1740)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura

Orientador(a): Profa. Dra. Fernanda Sposito

Franca

2026

J37c

Jardim, Renan Abbade

Cartografando o Rio da Prata e a Banda Oriental : o espaço platino e a produção cartográfica de Diogo Soares (1680-1740) / Renan Abbade Jardim. -- Franca, 2026

115 p. : tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Fernanda Sposito

1. Diogo Soares. 2. Rio da Prata. 3. Cartografia. 4. Colônia do Sacramento. 5. Banda Oriental. I. Título.

RENAN ABBADE JARDIM

**CARTOGRAFANDO O RIO DA PRATA E A BANDA ORIENTAL:
O ESPAÇO PLATINO E A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DE DIOGO SOARES
(1680-1740)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura

Data da defesa: 08/05/2026

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Fernanda Sposito
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
- Campus de Franca

Profa. Dra. Andréa Carla Doré
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Profa. Dra. Iris Kantor
Universidade de São Paulo (USP)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À FAPESP, pelo apoio financeiro, concedido por meio do processo nº 2023/17903-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

À minha orientadora, Fernanda Sposito. Que trajetória peculiar enfrentamos. Agradeço por ter me aceitado como orientando e confiar no meu trabalho. Nossas conversas sempre me deram fôlego e me incentivaram a extrair o melhor que pude. Creio que nunca serei capaz de agradecer o suficiente. Gratidão por todo apoio, confiança, parceria e pela oportunidade de ser seu orientando.

À Iris Kantor e Andréa Carla Doré, grandes referências. Por concordarem em participar dos momentos essenciais de avaliação do presente trabalho. Pela dedicação nas contribuições nos exames de qualificação e defesa. Sou grato por terem lido meu trabalho e transmitido apontamentos valiosos. Sem dúvida, a presente dissertação foi enriquecida em decorrência do auxílio de ambas.

À minha irmã, Clarissa Abbade Jardim, que sempre esteve na torcida. É ótimo tê-la como amiga. Aos meus pais, Renato Jardim e Luciane Abbade Jardim, por terem sempre me proporcionado o melhor. Não tenho palavras para agradecer o apoio contínuo que me deram. A calma que transmitiram. Os conselhos pontuais. Para além do que sabem, vocês tornaram o processo mais leve. Espero orgulhar aqueles que sempre acreditaram em mim. Por vocês, busco minha melhor versão.

À minha companheira, Alice Tomazzetti, que há tempo acompanha tudo de perto. Agradeço pelo constante conforto e incentivo. Pelas contribuições ativas na pesquisa, consultando bibliotecas em busca dos livros necessários. Por sempre me colocar pra cima e ter sido meu porto seguro nos momentos difíceis. Desde o início, compartilhar a vida com você vem fazendo com que tudo fique mais leve e agradável.

RESUMO

Este é um estudo sobre a produção de conhecimento cartográfico de Diogo Soares acerca do Brasil meridional, inserida no contexto de disputa de limites entre os ibéricos durante a primeira metade do século XVIII. Por meio da atuação da missão dos chamados padres matemáticos entre 1730 e 1748, foi produzida uma série de mapas, os quais supostamente formariam um “Novo Atlas da América Portuguesa”. Por mais que o “Novo Atlas” não tenha sido integralmente concretizado, o estudo sugere que o empreendimento cartográfico régio português foi pensado e desenvolvido de acordo com as circunstâncias histórico-regionais específicas, sendo o extremo sul do Brasil ou região platina uma delas. Esse entendimento deriva do dado de que um dos principais alvos geopolíticos do Império português no período era estender seu território até os limites do Rio da Prata e, conseqüentemente, da Banda Oriental. A região era até então ocupada por um regime de memória missioneira, de indígenas autônomos e sertanistas envolvidos com a criação e comércio do gado. Com o intuito de verificar como Diogo Soares produziu cartograficamente a região platina em favor dos interesses portugueses da época e frente às especificidades regionais, foram utilizadas fontes escritas e visuais – incluindo uma gama de mapas ibéricos, inclusive de Diogo Soares –, cujos dados foram colhidos, cotejados e analisados à luz de diretrizes teórico-metodológicas da História Social da Cartografia, bem como da historiografia sobre a colonização da região. Ademais, discorre-se sobre as relações desenvolvidas entre indígenas e ibéricos no recorte platino, além da inserção dos etnônimos nos mapas desde a fundação da Colônia do Sacramento até a produção cartográfica de Diogo Soares.

Palavras-chave: Diogo Soares, Rio da Prata, Cartografia, Colônia do Sacramento, Banda Oriental.

ABSTRACT

This is a study of Diogo Soares's cartographic work on southern Brazil, set against the backdrop of border disputes among the Iberian powers during the first half of the 18th century. Through the efforts of the mission of the so-called "mathematical priests" between 1730 and 1748, a series of maps was produced, which were intended to form the "New Atlas of Portuguese America". Although the "New Atlas" was never fully realized, the study suggests that the Portuguese royal cartographic project was conceived and developed in accordance with specific historical and regional circumstances, one of which was the extreme south of Brazil, or the platine region. This understanding stems from the fact that one of the Portuguese Empire's main geopolitical objectives during this period was to extend its territory to the borders of the Río de la Plata and, consequently, the Banda Oriental. The region had until then been occupied by a regime of missionary presence, autonomous indigenous peoples, and frontiersmen engaged in cattle raising and trade. With the aim of examining how Diogo Soares cartographically represented the platine region in favor of portuguese interests of the time and in light of regional specificities, written and visual sources were utilized – including a range of Iberian maps, including those by Diogo Soares – whose data were collected, collated, and analyzed in light of the theoretical and methodological guidelines of the Social History of Cartography, as well as the historiography on the colonization of the region. In addition, the text discusses the relationships that developed between Indigenous peoples and Iberians in the Banda Oriental, as well as the variations in how ethnonyms were included on maps produced from the founding of Colônia do Sacramento to the cartographic work of Diogo Soares.

Keywords: Diogo Soares, River Plate, Cartography, Colônia do Sacramento, Banda Oriental.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata (1731) de Diogo Soares.....	27
Figura 2. O Grande Rio da Prata na America Portuguesa, e Austral (1731) de Diogo Soares.....	28
Figura 3. Nova e 1ª Carta da Terra firme, e costas do Brazil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde o R.º da Prata athe Cabo Frio com novo cam.º do Certão do R.º Gr.de athe â Cid.e de S. Paulo [ca. 1740] de Diogo Soares.....	30
Figura 4. Carta geographica de las Provincias de la Governación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay. Con parte de las confinantes, Chile, Perú, Sancta Cruz, y Brasil (1683) de Juan Ramon Koenig.....	51
Figura 5. Delyneacyón de la boca del Río de la Plata, Uruayig, y Río Negro (1683) de Juan Ramon Koenig.....	52
Figura 6. Detalhe dos brasões de Espanha e Portugal no mapa Carta geographica de las Provincias de la Governación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay. Con parte de las confinantes, Chile, Perú, Sancta Cruz, y Brasil (1683) de Juan Ramon Koenig.	53
Figura 7. Detalhe do mapa Carta geographica de las Provincias de la Governación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay. Con parte de las confinantes, Chile, Perú, Sancta Cruz, y Brasil (1683) de Juan Ramon Koenig.....	54
Figura 8. Paraquariae provinciae Soc. lesu cum adjacenti. novissima descriptio post iteratas per egrinationes, et plures observationes Patrum Missionariorum ejusdem soc. tum hujus Provinciae, cum et Peruanae / accuratissime delineata (1722/1726) de Juan Francisco Dávila.....	57
Figura 9. Detalhe da Colônia do Sacramento e Buenos Aires no mapa Paraquariae provinciae Soc. lesu cum adjacenti. novissima descriptio post iteratas per egrinationes, et plures observationes Patrum Missionariorum ejusdem soc. tum hujus Provinciae, cum et Peruanae / accuratissime delineata (1722/1726) de Juan Francisco Dávila.....	58
Figura 10. Detalhe da região entre o rio Uruguai e a costa atlântica no mapa Paraquariae provinciae (1722) de Juan Francisco Dávila.....	60
Figura 11. Detalhe das missões dos rios Uruguai e Paraná no mapa Paraquariae provinciae (1722) de Juan Francisco Dávila.....	61
Figura 12. Detalhe do cartucho de título da Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento (1731) de Diogo Soares.....	65
Figura 13. Detalhe da parte central da Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento (1731) de Diogo Soares.....	66
Figura 14. Demonstração da divisão existente na Carta Topographica da Nova Colonia e e Cidade do Sacramento (1731) de Diogo Soares.....	69
Figura 15. Detalhe da fortaleza e estruturas inseridas em seu interior na Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento (1731) de Diogo Soares....	70
Figura 16. Indicação da localização dos “Cazaes do Norte” e “Cazaes do Sul” na Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento (1731) de Diogo Soares....	71
Figura 17. Detalhe com os bancos de areia e as rosas dos ventos no mapa O Grande Rio da Prata (1731) de Diogo Soares.....	73
Figura 18. Detalhe do Baixo do Inglês no mapa Delyneacyon dela Boca del Rio dela	

Plata (1683) de Juan Ramon Koenig.....	74
Figura 19. Detalhe do Banco de Ortiz no mapa Delyneacyon dela Boca del Rio dela Plata (1683) de Juan Ramon Koenig.....	75
Figura 20. Detalhe da região de Montevideu e Maldonado no mapa O Grande Rio da Prata (1731) de Diogo Soares.....	76
Figura 21. Detalhe da representação dos estuários de Maldonado e Montevideu no mapa O Grande Rio da Prata (1731) de Diogo Soares.....	76
Figura 22. Detalhe da Colônia do Sacramento no mapa Nova e 1ª Carta [ca. 1740] de Diogo Soares.....	82
Figura 23. Detalhe da região entre o Rio Negro e a costa atlântica na Nova e 1ª Carta [ca. 1740] de Diogo Soares.....	86
Figura 24. Detalhe da legenda do mapa Nova e 1ª Carta [ca. 1740] de Diogo Soares....	86
Figura 25. Detalhe das missões do Paraná no mapa Nova e 1ª Carta [ca. 1740] de Diogo Soares.....	87
Figura 26. Detalhe das missões do Uruguai no mapa Nova e 1ª Carta [ca. 1740] de Diogo Soares.....	87
Figura 27. Detalhe da região das missões do Paraná e Uruguai no mapa Paraquariae provinciae (1722) de Juan Francisco Dávila.....	88
Figura 28. Detalhe da região das missões do Paraná e Uruguai no mapa Nova e 1ª Carta [ca. 1740] de Diogo Soares.....	89
Figura 29. Detalhe da indicação do etnônimo “Charuas” na Carta Geográfica (1683) de Juan Ramón Koenig.....	99
Figura 30. Detalhe do mapa Paraquariae provinciae Soc. Iesu cum adjacenti. novissima descriptio post iteratas per egrinationes, et plures observationes Patrum Missionariorum ejusdem soc. tum hujus Provinciae, cum et Peruanae / accuratissime delineata (1722/1726) de Juan Francisco Dávila.....	100
Figura 31. Detalhe da indicação dos charruas entre os rios Paraná e Uruguai em O Grande Rio da Prata (1731) de Diogo Soares.....	101
Figura 32. Detalhe da indicação dos charruas entre os rios Paraná e Uruguai na Nova e 1ª Carta [ca. 1740] de Diogo Soares.....	101
Figura 33. Detalhe da indicação dos minuanos na região entre o rio Uruguai e a costa atlântica em O Grande Rio da Prata (1731) de Diogo Soares.....	102
Figura 34. Detalhe da indicação dos minuanos na região entre o rio Uruguai e a costa atlântica na Nova e 1ª Carta [ca. 1740] de Diogo Soares.....	102
Figura 35. Detalhe de “Charruas” e “Minuanes” no Mapa de las Misiones (1749/1753) de José Quiroga.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Professores do Colégio de Santo Antônio (1700-1742).....	20
Tabela 2. Disputa das coroas ibéricas pela Colônia do Sacramento.....	40
Tabela 3. Governadores da Colônia do Sacramento (1683-1760).....	43
Tabela 4. Itens inseridos na legenda da Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento.....	66
Tabela 5. Conteúdo grafado nos cartuchos ao redor da Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento (1731) de Diogo Soares.....	68
Tabela 6. Manutenção das informações do O Grande Rio da Prata (1731) para a Nova e 1ª Carta [ca. 1740].....	78
Tabela 7. Topônimos do caminho entre o Rio Grande e Curitiba recorrentes nos roteiros das Notícias Práticas do Novo Caminho que se descobriu das campanhas do Rio Grande e Nova Colonia do Sacramento para a villa de Coritiba e no mapa Nova e 1ª Carta.....	84
Tabela 8. Análise da recorrência de etnônimos entre os mapas de Juan Ramon Koenig, Juan Francisco Dávila e Diogo Soares.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHEX	Arquivo Histórico do Exército
AHMNE	Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
JCB	John Carter Brown Library

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A MISSÃO DOS PADRES MATEMÁTICOS E O PROJETO DO NOVO ATLAS DA AMÉRICA PORTUGUESA.....	15
1.1. CARTOGRAFIA E DISPUTA IBÉRICA DE LIMITES: O SURGIMENTO DA MISSÃO CARTOGRÁFICA.....	15
1.2. A MISSÃO DOS PADRES MATEMÁTICOS NO BRASIL.....	21
2. A COLÔNIA DO SACRAMENTO E A REGIÃO PLATINA NA PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DE DIOGO SOARES.....	33
2.1. A EXPANSÃO LUSA PARA O SUL.....	33
2.2. A COLÔNIA DO SACRAMENTO ENTRE O DOMÍNIO PORTUGUÊS E ESPANHOL.....	38
2.3. A COLÔNIA DO SACRAMENTO E A REGIÃO PLATINA NA CONSTRUÇÃO CARTOGRÁFICA DE DIOGO SOARES.....	48
3. OS INDÍGENAS E AS RELAÇÕES NA REGIÃO PLATINA.....	90
3.1. AS CONSTRUÇÕES IBÉRICAS DE ALIANÇAS COM CHARRUAS E MINUANOS.....	90
3.2. CHARRUAS E MINUANOS NA PRODUÇÃO DE DIOGO SOARES.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
FONTES.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112

INTRODUÇÃO

O Rio da Prata e a bacia platina têm sua importância marcada durante grande parte dos processos de colonização ibérica na América. Disputado entre os interesses europeus, o extenso território ligado aos rios Uruguai, Paraguai e Paraná contou com a presença, cada vez maior, de diversos agentes desde o século XVI. Autoridades coloniais ibéricas, colonizadores espanhóis, portugueses de São Vicente, padres jesuítas e povos indígenas ocuparam e transitaram por amplas faixas territoriais dessa região. O trânsito, a atuação e a ocupação neste espaço tomaram distintas formas. Os contatos entre os agentes supracitados foram ora amistosos ora hostis. Fato é que, independente dos humores, a região foi palco para ação de diversos indivíduos e grupos – os quais nem sempre estavam vinculados aos interesses estritamente territoriais e diplomáticos.

A construção da colonização ibérica no Novo Mundo foi gradual. Eventualmente, desafios eram postos. Nesse processo, o interesse ibérico pela região platina foi se intensificando. Há o desejo de explorar as possibilidades. Quase que como um encaixe, os mapas foram adquirindo importância cada vez mais destacada. Tais artefatos não eram estranhos à realidade. De qualquer modo, foram produzidos em situações diversas, com interesses específicos. As distintas necessidades influenciaram a prática de mapear. Para facilitar o acesso marítimo à América, as cartas náuticas foram essenciais. Mas, conforme se desenvolveu o contato com o Novo Mundo, a ambição foi direcionada para o amplo espaço passível de exploração. Sendo assim, as necessidades e os interesses específicos de cada recorte único fizeram com que a produção dos mapas fosse instigada.

Hoje, é possível a compreensão e utilização dessas produções cartográficas de época como fontes documentais. Como qualquer outro documento, tais artefatos carregam características de uma produção cultural humana repleta de conteúdo e condicionada pelo contexto de confecção. Assim, os processos de mapeamento estão relacionados ao contexto histórico em que foram desenvolvidos, envolvendo o recorte espacial e temporal tais quais os distintos interesses individuais e coletivos – que carregaram vínculos com os responsáveis pela iniciativa e autoria.

O objetivo das novas abordagens para a história da cartografia é o de desnaturalizar o mapa. A intenção é romper a concha da objetividade com a qual nossa cultura envolveu o mapa, no intuito de expor e em seguida estudar o mapa enquanto o que é: uma prática humana. As novas abordagens buscam amalgamar a história da cartografia com diversas outras disciplinas

históricas: os vínculos com a história da ciência são bem estabelecidos; agora buscam-se conexões com a história social e cultural e também com a história econômica e intelectual. A nova história da cartografia é, conseqüentemente, uma história crítica da humanidade, abordada por meio de fenômenos particulares de representação espacial.¹

O presente trabalho surge a partir da reflexão e estudo motivados pelas questões anteriores. O envolvimento com a prática de investigação científica – através do desenvolvimento de duas pesquisas de iniciação científica – gerou o contato com o empreendimento cartográfico do jesuíta português Diogo Soares. Dentre a volumosa quantidade existente, três produções cartográficas de Diogo Soares relacionadas à região platina chamaram atenção. Na busca por mais informações sobre este cartógrafo, foi percebido que ele havia sido enviado em conjunto com o jesuíta Domenico Capacci para o Brasil. Em conjunto, deveriam realizar uma exaustiva missão de mapeamento da América portuguesa com o intuito de formar o *Novo Atlas da América Portuguesa*.

É certo que diversos aspectos acerca da constituição da missão cartográfica e a atuação desses padres jesuítas no Brasil foram explorados pela historiografia. Existe uma gama de produções que abordam sobre a temática. Porém, a atuação e as produções cartográficas de Diogo Soares ainda carecem de análises metodológicas voltadas para as particularidades da região platina. Sendo assim, o presente trabalho buscou realizar tal empreendimento.

No primeiro capítulo deste trabalho, o foco foi direcionado à exploração da gênese daquela que foi chamada de missão dos padres matemáticos e tinha como objetivo cartografar o Estado do Brasil. Quais as motivações da criação? Quais agentes estiveram envolvidos? Quais eram os planos de execução? Como a missão foi desenvolvida na prática? Esses foram os principais questionamentos que direcionaram a escrita do capítulo.

Por sua vez, o segundo capítulo discorre sobre a produção cartográfica dos padres matemáticos relacionada à região platina e, principalmente, à Banda Oriental. Com a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, o domínio português foi ampliado até as margens do Rio da Prata. Desde então, a concepção lusa era de que os limites meridionais se estendiam até a cidadela. A ideia ainda era presente durante a década de 1730, quando da vinda de Diogo Soares ao Brasil. Não obstante, a Colônia do Sacramento e o Rio da Prata foram alvos pioneiros do processo de

¹ EDNEY, Matthew. Teoria e História da Cartografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 39, 2016, p. 214-215.

mapeamento de Diogo Soares, apresentados em mapas do início e aparecendo novamente no final da década de 1730. Em virtude da situação específica associada à Colônia do Sacramento – como última posse portuguesa nos limites meridionais –, foi traçado um histórico da disputa ibérica relacionada à ocupação dessa praça. Os conflitos iniciados desde a sua fundação ainda perduravam em recorte temporal posterior à produção cartográfica de Diogo Soares acerca da região. Considerando que a região da Banda Oriental constituiu-se como um cenário peculiar, marcado pela gama de relações sociais existentes e pelo distanciamento da Colônia do Sacramento em relação aos centros de manutenção portuguesa, busca-se entender como Diogo Soares produziu cartograficamente a região. Para isso, verificamos como foi feita a descrição do espaço platino através dos roteiros terrestres portugueses e mapas espanhóis anteriores. Sendo assim, tornou-se possível verificar as rupturas e permanências da concepção do espaço na produção de Diogo Soares em relação ao conhecimento que havia sido produzido até então.

Por último, o terceiro capítulo aborda os indígenas platinos na produção cartográfica de Diogo Soares. A importância desta temática surge da reflexão de que a Banda Oriental foi um espaço caracterizado pela grande circulação de diversos agentes, dentre os quais os indígenas tiveram grande destaque. Durante momento ainda posterior à fundação da Colônia do Sacramento, a circulação pelas campanhas desta cidade foi proporcionada a partir das alianças com os indígenas. Estes agentes percorriam a região conforme a necessidade, o que fez com que eles formassem alianças de acordo com a sua ocupação e interesses momentâneos. Considerando que Diogo Soares fora incumbido de registrar as ocupações indígenas no território da América portuguesa, buscou-se verificar o modo como o cartógrafo português realizou tal tarefa, além de compreender como os charruas e minuanos foram representados na tradição cartográfica ibérica após a fundação da Colônia do Sacramento.

Em termos teórico-metodológicos, a presente pesquisa leva em consideração que os mapas são fontes históricas passíveis de análise. A avaliação dos mapas exige diversos questionamentos do historiador que trata com tais documentos. Nesse cenário, questionar o propósito e o modo de produção dos mapas de Diogo Soares são pontos fulcrais para entender o empreendimento cartográfico relacionado à região platina. Através dos mapas não buscamos um espelho concreto da topografia, mas

sim um mecanismo que torna possível visualizar as relações sociais postas na época² – tais quais as ferramentas de poder e interesse. Ademais, considerando que os mapas não são peças solitárias, a análise dos mapas de Diogo Soares é acompanhada de outros documentos de cunho textual que permitem extrair uma interpretação mais ampla dos anseios da coroa portuguesa relacionados ao empreendimento cartográfico deste jesuíta, visto que ele esteve a serviço régio.

Um mapa é uma representação de conhecimento; a representação é construída de acordo com códigos semióticos definidos culturalmente; o conhecimento é construído usando várias tecnologias intelectuais e instrumentais; o conhecimento e suas representações são, ambos, construídos por indivíduos que trabalham para e no interior de várias instituições.³

Sendo assim, a produção de conhecimento cartográfico de Diogo Soares é aqui entendida como um processo que levou em consideração as especificidades histórico-regionais da Banda Oriental frente à posição vivenciada na América portuguesa. Em virtude da série de conflitos e dificuldades enfrentadas pela Colônia do Sacramento, ainda quase meio século depois de sua fundação, cartografar a Banda Oriental era um processo ímpar nas tarefas de Diogo Soares e necessário para a manutenção dos interesses lusos na região.

² HARLEY, John Brian. The Evaluation of Early Maps: Towards a Methodology. **Imago Mundi**, Liverpool, Vol. 22, 1968.

³ EDNEY, *op. cit.*, p. 217.

1. A MISSÃO DOS PADRES MATEMÁTICOS E O PROJETO DO *NOVO ATLAS DA AMÉRICA PORTUGUESA*

1.1. CARTOGRAFIA E DISPUTA IBÉRICA DE LIMITES: O SURGIMENTO DA MISSÃO CARTOGRÁFICA

O século XVIII é comumente marcado pela disputa de limites entre as coroas ibéricas no território americano. De fato, muitos empreendimentos e uma série de tratados resultantes destes conflitos pertencem ao século XVIII. Apesar disso, o conflito não é exclusivo desse século, tendo sido construído dentro do recorte mais amplo da colonização ibérica. O processo da Restauração Portuguesa (1640-1668) e o consequente cenário de disputa pelo território meridional marcam a tensão já durante o século XVII, a qual foi intensificada através da expansão lusa para o sul e a fundação da Colônia do Sacramento (1680) – ação portuguesa potencializadora das disputas ibéricas na região do estuário platino.

Dentre os recortes possíveis, a região platina foi alvo de intensa disputa entre os interesses portugueses e espanhóis durante o último quartel do século XVII e a primeira metade dos Setecentos. Assim como a disputa no Rio da Prata, a cartografia apresenta novo panorama durante o século XVIII, o qual é marcado pela efervescência cartográfica em virtude da recente instalação portuguesa nas margens do Rio da Prata e o consequente desacordo atrelado aos direitos de posse dos limites meridionais e gerais na América.

Nesse sentido, o embate diplomático ibérico acerca dos limites meridionais esteve muito ligado à Colônia do Sacramento. O conflito de interesses entre os portugueses e espanhóis com relação ao direito de posse do território onde foi fundada tal praça esteve presente desde a sua fundação, no ano de 1680, perdurando durante quase um século. A invasão espanhola após a recente fundação da fortaleza portuguesa demonstra a insatisfação e receio diante da presença portuguesa nas margens do Prata. Concomitantemente, o ato espanhol causou insatisfação lusa. Em termos diplomáticos, a resolução entre as coroas teve caráter provisório. Não alcançado um parecer comum sobre o direito dos limites, a posse retornou aos portugueses com limitações categorizadas através do Tratado Provisional (1681). Após isso, o que se segue com relação à situação da Colônia do Sacramento é a instabilidade. As hostilidades, principalmente com os espanhóis de Buenos Aires, marcaram a realidade. No primeiro quartel do século XVIII, a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) causou uma dilatada interferência nas disputas territoriais na

América, principalmente ligada à região platina. O clima de conflito se refletiu na tensão recorrente no estuário. Em consequência, houve outra invasão espanhola da Colônia do Sacramento durante a primeira década do século XVIII, o que fez com que a Colônia do Sacramento tenha ficado sob o domínio espanhol entre 1705 e 1715. No campo diplomático entre as coroas ibéricas, uma resolução momentânea das questões se deu através do Tratado de Utrecht (1713-1715). Assim, a Colônia do Sacramento retornou para os lusos, o que não significou que a tensão ibérica com relação aos limites meridionais do Novo Mundo não fosse se manter ativa durante grande parte do Setecentos.

A instabilidade do desenvolvimento português na Colônia do Sacramento foi acompanhada pelas divergências enfrentadas na compreensão sobre os limites travados entre os ibéricos na América, respaldados no entendimento de Tordesilhas. A situação vivida na década de 1720 demonstra o iminente clima de questionamento e conflito acerca da região platina. As produções do cartógrafo francês Guillaume Delisle (1675-1726) – atuando como geógrafo régio francês –, a dissertação intitulada *Determination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre* (1720) e o mapa de título *Carte d'Amérique* (1722) surgem como outros alertas acerca do entendimento dos limites na América⁴, sendo apresentada uma denúncia de usurpação portuguesa dos domínios pertencentes à coroa espanhola⁵.

Nesse cenário, foi se tornando cada vez mais comum uma situação específica no campo diplomático europeu. Progressivamente, os mapas passam a ser produzidos e utilizados como ferramentas de legitimação da posse do território disputado na diplomacia entre as coroas. O detalhamento e quantidade de informações do mapa em regiões do interior, partes ainda não tão ocupadas pelos colonizadores e mapeadas, geravam possibilidades de negociação e legitimação.

Não necessariamente a produção cartográfica portuguesa esteve atrasada ou ultrapassada em relação aquela verificada em outros países. A carência esteve ligada aos diminutos projetos régios de mapeamento do território. Logo, mais do que apenas um alerta para a coroa portuguesa, o panorama presenciado através de Utrecht e das produções de Delisle trazem a noção da necessidade lusa de “alinhar a produção de

⁴ “Conhecida que fosse, a Dissertação de Delisle não podia deixar de impressionar vivamente D. João V e os seus ministros”. CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)**. Parte I. Tomo I. São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006, p. 277.

⁵ MOURA, Denise A. S. de. Mãos que oram, mineram e desenham: cartografia colaborativa e construção visual de fronteiras na América do Sul (1746). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 29, 2022.

conhecimento geográfico e cartográfico aos métodos empregados em outras partes da Europa”⁶, visto que os mapas poderiam servir como base na argumentação dos limites travados. Sendo assim, há incentivo direcionado à cultura astronômica e cartográfica portuguesa, a qual já estava inserida na realidade das instituições portuguesas, de certo modo, e passa a adquirir uma nova roupagem alinhada às necessidades e interesses de produção da época.

Ainda que, ao final, nas negociações de Utrecht, os portugueses tenham feito valer seus interesses territoriais frente aos franceses, a verdade é que a guerra acabou sendo vencida graças mais ao domínio que os representantes portugueses tinham no campo da diplomacia e dos antigos tratados, do que no da geografia ou da cartografia. Essa primeira batalha com os representantes da França foi lição que dom Luís Cunha levou por toda a vida. A partir de então, passou a advogar incessantemente o uso de mapas como indispensáveis para guiar as negociações diplomáticas que se seguiam às guerras e aos conflitos, insistindo na importância dos mesmos como instrumentos diplomáticos e reiterando sempre a necessidade de Portugal produzir uma cartografia precisa da América para municiar e justificar seus pleitos.⁷

O impulso das atividades cartográficas jesuítas no Brasil durante o século XVIII está situado dentre as manifestações de mudança tanto de valorização quanto de utilização da produção cartográfica⁸. Nesse cenário, membros da Ordem passam a ser solicitados para a execução de atividades cartográficas a serviço da coroa. A erudição dos jesuítas e a produção de mapas no Brasil era conhecida pela coroa portuguesa. Porém, o posicionamento régio quanto à produção de conhecimento cartográfico adquire um caráter mais oficial. Ao invés dos eventuais cartógrafos jesuítas que produziam mapas de acordo com as necessidades e interesses atrelados à prática missionária e a Ordem, os cartógrafos jesuítas a serviço da coroa trabalharam diretamente à mercê dos interesses régios, dentre os quais esteve inserida a disputa territorial na América⁹.

A “missão dos padres matemáticos” é exemplo da utilização do conhecimento erudito dos jesuítas a favor do anseio régio. Um projeto encarregado de executar uma política de mapeamento do território da América portuguesa. Em detrimento da grande

⁶ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Cultura geográfica, colonialidade e economia-mundo: o centro da América do Sul nos ‘mapas sertanistas’ (primeira metade do século XVIII). **Colonial Latin American Review**, v. 28, n. 2, 2009, p. 232.

⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul. 2011, p. 78.

⁸ ALTIC, Mirela. **Encounters in the New World: Jesuit cartography of the Americas**. Chicago: University of the Chicago Press, 2022, p. 265.

⁹ *Ibid.*, p. 264-265.

atuação missionária dos jesuítas espanhóis em diversas áreas da América frente ao contexto de disputa ibérica, a coroa lusa recorre à utilização da produção de conhecimento de padres jesuítas a favor da defesa dos seus interesses econômicos e territoriais no Brasil¹⁰. Assim, foi construído o projeto da “missão dos padres matemáticos” no Brasil, a qual enviou dois padres jesuítas para cartografar o território a partir de 1729.

Inicialmente, o projeto português em questão buscou aproximar o conhecimento cartográfico para a sua realidade através da contratação dos padres napolitanos João Baptista Carbone e Domenico Capacci¹¹, os quais se dirigiram até Portugal no ano de 1722. Assim como a contratação dos padres eruditos para o desenvolvimento cartográfico português, também foi verificada a necessidade de obter instrumentos matemáticos que possibilitassem a execução das observações de campo a serem inseridas na produção cartográfica. Esses foram, em grande parte, adquiridos fora de Portugal e utilizados para a realização de observações astronômicas e cálculos relacionados à latitude e longitude no território de Portugal¹², empreendimento que ocorreu durante os anos de 1722 até 1729, período o qual os jesuítas napolitanos puderam se equipar, desenvolver e aprimorar as técnicas de observações necessárias¹³. Sendo assim, os jesuítas contratados a serviço régio estiveram em preparação e execução de trabalhos em Portugal durante esses anos.

É apenas no ano de 1729 que se tem o envio da missão para exercer atividades no Brasil. Por mais que os padres Carbone e Capacci tenham desenvolvido estudos e produções em Portugal durante o período de 1722-1729, o padre Carbone não foi enviado para a formação da missão no Brasil. O decreto de D. João, datado de 1729, atesta que o jesuíta que acompanharia o padre Domenico Capacci para atuar na missão seria o padre jesuíta português Diogo Soares, o qual é marcado na

¹⁰ ALMEIDA, André Ferrand de. **A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 176.

¹¹ CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)**. Parte I. Tomo I. São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

¹² *Ibid.*, p. 292-322.

¹³ É possível verificar sobre a aquisição de diversos instrumentos matemáticos nesse período através da correspondência de D. Luiz da Cunha durante o ano de 1725. Sobre isso, ver: CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)**. Parte III. Tomo I. Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio-Branco, 1951, p. 254-260.

historiografia clássica e recente como uma figura de destaque, sendo “aquele que viria a ser talvez o principal autor da missão brasileira”¹⁴.

É evidente que tanto a missão dos padres matemáticos quanto o projeto de formar o *Novo Atlas da América Portuguesa* são tópicos que já vêm sendo abordados pela historiografia¹⁵. Sobre a condição de Domenico Capacci para integrar a missão, é conhecido o fato de que, pela proximidade com o aparato da coroa portuguesa e financiamento, Capacci teve a possibilidade de provar sua capacitação através dos estudos e observações de longitudes e latitudes realizadas em Portugal desde a sua chegada em 1722¹⁶. Porém, a escolha de Diogo Soares como um dos enviados pela coroa portuguesa para o Brasil, com o intuito de realizar um trabalho extensivo de produção de mapas do território empiricamente fundamentados, ainda parece passível de maior exploração. Em suma, a formação e atuação de Diogo Soares precedentes à missão no Brasil indicam que isso contribuiu para a escolha dele. Membro da Companhia de Jesus desde 1701, Diogo Soares apresentava grande conhecimento erudito, verificado através da sua prática de estudo e atuação em diferentes áreas em instituições portuguesas distintas. O jesuíta português estudou Filosofia, Matemática e Teologia em Coimbra¹⁷ e lecionou Filosofia na Universidade de Évora e Matemática na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão¹⁸. Sendo assim, é reconhecido que o alto desempenho de Diogo Soares tenha se dado através do seu contato prévio com as instituições de produção de conhecimento portuguesas.

O Padre Diogo Soares era, como se vê, um representante típico da sua época em Portugal. Matemático, participava igualmente das artes de engenharia e ansiava por colaborar por modo mais completo na formação do Estado do Brasil. De toda a sua correspondência ressaí este sentido, por essa época tão português, dos deveres do servidor do Estado.¹⁹

Em especial, a atmosfera do Colégio de Santo Antão e o seu ensino destacam extrema importância para a formação e capacitação de diversas áreas de conhecimento e prática em Portugal, tendo sido um local onde diversos jesuítas eruditos tiveram a oportunidade de lecionar (tabela 1).

¹⁴ ALMEIDA, André, *op. cit.*, p. 104.

¹⁵ CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)**. Tomo II. Ministérios das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1956; ALMEIDA, André, *op. cit.*; ALTIC, *op. cit.*

¹⁶ CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos Velhos Mapas**. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971, p. 191.

¹⁷ ALMEIDA, André, *op. cit.*, p. 104-105.

¹⁸ LEITE, Serafim. Diogo Soares, S. I.: matemático, astrónomo e geógrafo de Sua Majestade no Estado do Brasil (1684-1748). **Brotéria**, Lisboa, Vol. XLV, 1947, p. 3.

¹⁹ CORTESÃO, *op. cit.* 1956, p. 21.

Tabela 1. Professores do Colégio de Santo Antão (1700-1742)²⁰.

Professores do Colégio de Santo Antão	
Nome	Data em que lecionou
Luís Gonzaga (1666-1747)	1700-1705
Inácio Vieira (1678-1739)	1709-1720
Manuel de Campos (1681-1758)	1720-1721
Diogo Soares (1684-1748)	1719-1721
Manuel de Campos (1681-1758)	1733-1742

A formação de eruditos nas ciências foi algo notável na tradição portuguesa. Isso pode ser verificado através de ambientes como o Colégio de Santo Antão. Surgido em 1545 em Portugal, este centro associava-se ao ensino das Matemáticas relacionado “à Ciência Náutica, Astronomia, Cosmografia (Esfera), Geometria Prática, Geografia e Arte de Fortificar”²¹. Nos fins do século XVI, era marcado pela presença daqueles ligados às práticas de “pilotos, cartógrafos, construtores de instrumentos náuticos, homens do mar, fidalgos e também arquitetos e engenheiros militares”²². Desde o século XVI, a formação proporcionada pelo Colégio de Santo Antão gerava aptidões que estavam atreladas às demandas geradas pelo expansionismo português. O preparo técnico e metodológico foi cada vez mais solicitado pela realidade do Novo Mundo, necessário ao aparelho capaz de suprir as exigências da penetração e do mapeamento do território. Nesse cenário, os membros do Colégio tiveram grande valor, visto que recebiam ampla formação, desenvolviam habilidades e conhecimentos de geografia, cartografia, topografia, arquitetura militar, matemática e cosmografia²³.

A formação erudita dos jesuítas teve influência na produção de conhecimento gerada por esse grupo. É através disso que os jesuítas associados aos diversos

²⁰ Tabela elaborada pelo autor, com base em LEITÃO, Henrique et al. **Sphaera Mundi: a Ciência na Aula da Esfera**. Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

²¹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. 2001. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 395.

²² *Ibid.*, p. 395.

²³ *Ibid.*, p. 397.

reinos contribuíram em larga escala para a produção de conhecimento cartográfico no Novo Mundo.

Por mais que a atuação de Diogo Soares tenha sido especificamente ligada aos interesses régios, os mapas produzidos por outros jesuítas em serviço da própria Ordem tiveram grande impacto no conhecimento cartográfico disseminado pelas autoridades coloniais²⁴. O funcionamento da ordem jesuíta fez seus agentes formalizarem suas concepções e conhecimentos sobre o Novo Mundo durante a sua atuação. Formalmente, suas observações eram constatadas por meio de diversos relatórios sobre as atividades desenvolvidas em decorrência da exploração sistemática do território²⁵. Era comum os jesuítas atuarem a favor dos interesses próprios e da Ordem na produção de conhecimento geográfico e cartográfico da América. Por vezes, essas produções foram acessadas e utilizadas a favor do interesse das autoridades coloniais. Porém, o panorama da atuação de Diogo Soares e Domenico Capacci é distinto. O conhecimento cartográfico produzido por eles esteve completamente atrelado ao projeto de mapeamento advindo da coroa, servindo aos interesses diretos dela. Logo, por mais que membros da Companhia de Jesus, Soares e Capacci foram cartógrafos régios que produziram mapas de acordo com as necessidades e orientações diretas da coroa portuguesa.

1.2. A MISSÃO DOS PADRES MATEMÁTICOS NO BRASIL

A missão dos padres matemáticos é designada para o trabalho no Brasil no final da década de 1720 – após todo o processo que envolveu a contratação dos padres napolitanos, a aquisição de instrumentos, o estudo e atuação destes eruditos em Portugal. O início oficial do empreendimento que enviara Diogo Soares e Domenico Capacci para a América portuguesa é marcado pelo *Alvará*²⁶ e *Provisão*²⁷, documentação régia datada de 18 de novembro de 1729. Além de notificações formais sobre a ida dos padres Soares e Capacci ao Brasil para realizarem missão cartográfica a serviço régio, os documentos permitem a compreensão dos anseios da coroa portuguesa frente ao desenvolvimento do projeto que seria composto através da atuação desses jesuítas.

²⁴ ALTIC, *op. cit.*, p. 2.

²⁵ *Ibid.*, p. 17.

²⁶ *Alvará régio de 18 de Novembro de 1729* (A.H.U., Docs. Avulsos, Rio de Janeiro, 1729). In: CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos Velhos Mapas**. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971.

²⁷ *Provisão régia de 18 de Novembro de 1729*. In: CORTESÃO, *op. cit.* 1971.

Em conformidade com a própria natureza da documentação, o *Alvará de D. João V* indica a pretensão de notificar diversos agentes administrativos instalados no Brasil. As autoridades são informadas do envio da dita missão que tinha como responsáveis “Diogo Soares e Domingos Capassi”, dando conhecimento sobre a origem de ambos como sendo religiosos da companhia de Jesus e especialistas “nas mathematicas”, características destacadas por D. João V²⁸. As ordens são específicas para que seja facilitada a execução da missão, expressando a vontade régia de que seja gerada assistência aos padres jesuítas Soares e Capacci para aquilo que fosse necessário a respeito da execução do projeto de mapeamento. A expectativa da coroa portuguesa frente ao envio da missão é de “fazerem-se mapas das terras do dito Estado”, referindo-se ao “Estado do Brasil”. É inevitável o destaque presente na documentação de que a produção dos mapas deveria representar tanto as regiões da costa quanto do interior com o intuito de evitar dúvidas e controvérsias acerca do território, a fim de atingir a exatidão necessária.

Antes mesmo da chegada ao Brasil, já era conhecido que o primeiro destino dos padres matemáticos seria o Rio de Janeiro, em conformidade com o planejamento exposto na *Provisão de D. João V* de 1729. O intento da missão também é reforçado na *Provisão*. Tanto o *Alvará* quanto a *Provisão* expressam o desejo pela produção de mapas do Estado do Brasil. A previsão de D. João V era que Diogo Soares e Domenico Capacci fariam levantamento *in loco*, atividade que seria também realizada nos sertões, visto o apontamento de que será “... necessario aos ditos religiosos algumas guardas ou guias, para fazerem jornadas pelo sertão...”²⁹. Além disso, os padres deveriam inserir nas suas produções as identificações de ocupação do espaço pelos portugueses e “índios”³⁰, acompanhado das medições de latitude e longitude.

Cidades, villas, lugares e povoações dos Portugueses e dos Indios, e as catas do ouro em sua verdadeira latitud e longitud geografica, praticando o mesmo nos portos, rios, ensiadas e abras, tendo intendido que não basta representar todas estas cousas por linhas e pontos em mapas, mas que estes devem ser historiados expondo-se nelles por escripto e clareza q for possível...³¹

²⁸ Alvará régio de 18 de Novembro de 1729 (A.H.U., Docs. Avulsos, Rio de Janeiro, 1729). In: CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos Velhos Mapas**. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971.

²⁹ *Ibid.*, p. 213.

³⁰ O termo aqui é utilizado em conformidade com aquilo que aparece na *Provisão régia de 18 de Novembro de 1729*. In: CORTESÃO, *op. cit.* 1971, p. 215.

³¹ *Provisão régia de 18 de Novembro de 1729*. In: *Ibid.*, p. 215.

Seguindo aquilo que fora notificado, os jesuítas Soares e Capacci estiveram juntos no Rio de Janeiro para dar início à missão no Brasil, a qual foi desenvolvida no período de 1730 a 1748. Ainda que tenha sido executada a atuação conjunta dos padres em período inicial, grande parte da missão foi realizada pelo trabalho exclusivo de Diogo Soares, em consequência do falecimento de Domenico Capacci em fevereiro de 1736. Assim, Diogo Soares se tornou responsável por dar prosseguimento individual no projeto régio de formar o *Novo Atlas* desde 1736 até 1748.

Mesmo que tenham sido fornecidas as instruções régias supracitadas sobre a atuação dos padres, alguns rumos da missão parecem ter apresentado caráter maleável. Dentre eles, a sequência de locais que seriam percorridos pelos padres jesuítas e, consequentemente, a ordem dos alvos da produção cartográfica ainda permaneciam em aberto. Isso se deu através daquilo que foi expresso na *Provisão de D. João V*, a qual aponta um projeto inicial para estabelecimento no Rio de Janeiro, mas deixa em aberto a maneira como se daria continuidade. Sendo assim, existe certa autonomia de escolha dos padres matemáticos acerca da execução do projeto em questão.

Faço saber a vós os P.P. Diogo Soares e Domingos Capaci, Religiosos da Comp. de Jesus q ora envio ao Rio de Janeiro para fazeres os mapas do Estado do Brasil q eu Ei por bem q na factura delles observáveis o Seguinte: **dareis principio a esta obra pelo Rio de Janeiro, caminhando para a parte q vos parecer mais util para o meu serviço, porq convem muito q se façam mapas o mais q for possivel dos vastos certões do mesmo Estado, especialmente nos das Minas, q novamente se descobrirão para as partes da Capitania do Esp.to Sto..**³²

É certo que ambos os padres estiveram ainda no Rio de Janeiro durante grande parte do ano de 1730. Na cidade fluminense, Soares e Capacci aguardavam a chegada de instrumentos necessários para atuação subsequente, visto que apenas com a utilização destes materiais seria possível realizar a produção cartográfica com a exatidão solicitada a eles³³. De qualquer forma, o projeto se dava por iniciado no Rio de Janeiro. Mesmo que ainda não possibilitados de entregarem produções

³² *Provisão régia de 18 de Novembro de 1729*. In: CORTESÃO, *op. cit.* 1971, p. 215.

³³ Documento N.º LVIII. Parecer do Conselho Ultramarino sobre a informação do Pe. Diogo Soares a respeito dos primeiros trabalhos por ele e seu companheiro executados no Rio de Janeiro. 26 de janeiro de 1731. (B.N.R.J. – Códice Consultas do Conselho Ultramarino, 1674-1731. I – 8, 4, 17, n.º 240.). In.: CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)**. Parte III. Tomo I. Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio-Branco, 1951, p. 271-273.

cartográficas, já foram feitas indicações com relação ao desenvolvimento de fortificações e portos da região³⁴.

Ainda sem instrumentos, os padres matemáticos teriam iniciado outro importante aparato da missão: a coleta de informações. É de conhecimento que Diogo Soares coletou durante esse período “uma grande copia de noticias, varios roteiros e Mapas dos melhores certanistas de São Paulo, Cuyabá, Rio Grande e da Prata, e ião procurando outros a fim de dar principio a alguma carta”³⁵ – como é informado pelo próprio jesuíta português. De extrema importância, a busca pelas informações dos práticos na América portuguesa pode ter se dado em virtude da falta de experiência e conhecimento geográfico do jesuíta acerca do extenso território da América portuguesa, o que possivelmente exigiu a necessidade de consideração do conhecimento geográfico pré-concebido.

Após o período em que exerceram no Rio de Janeiro, a dita liberdade de deslocamento dada aos padres jesuítas no serviço régio fez com que eles se direcionassem para a Colônia do Sacramento ainda no ano de 1730. Como é reforçado pelo próprio padre jesuíta Diogo Soares, era de conhecimento que deslocar-se-ia com Domenico Capacci para o Cabo Frio e depois para as Minas Gerais, após a chegada ao Rio de Janeiro no início da missão. Porém, ambos jesuítas foram para a Colônia do Sacramento. Através de correspondência, o jesuíta português indica que a mudança de destino esteve atrelada à solicitação do Governador da Colônia do Sacramento, fazendo com que os padres matemáticos optassem por irem para a última, julgando que “não seria do real desagrado de V. M.”³⁶. A contribuição prevista para a praça era de delineamento da povoação e auxílio para projeção de uma nova muralha, visto o grande contingente que atingia. Da chegada em fins de

³⁴ É interessante notar que existe uma preocupação da atuação dos padres para a prática de “fortificar este porto [Rio de Janeiro] por forma que possa desvanecer qualquer invazão dos inimigos”. Claramente uma alusão a preocupação da atuação militar dos padres matemáticos com relação a defesa dos sertões da América portuguesa. Porém, o Conselho Ultramarino adverte que “o principal fim a que foi mandado elle [Diogo Soares] e o seu companheiro foi o fazerem as cartas geographicas d’aquellas Capitancias de que muito se necessita, nem será conveniente se devirão em diferente emprego: porque ainda que estes Religiozos possam ser muito scientes na architectura militar não tem a sciencia pratica do de que se necessita, sem a qual se não pode esperar tenham bom effeito as obras que desenharem...”. Documento N.º LVIII. Parecer do Conselho Ultramarino sobre a informação do Pe. Diogo Soares a respeito dos primeiros trabalhos por ele e seu companheiro executados no Rio de Janeiro. 26 de janeiro de 1731. (B.N.R.J. – Códice Consultas do Conselho Ultramarino, 1674-1731. I – 8, 4, 17, n.º 240.). In.: CORTESÃO, *op. cit.* 1951, p. 272-273.

³⁵ Documento N.º LVIII... *Ibid.*, p. 272.

³⁶ Documento N.º LIX. Carta do Padre da Companhia de Jesús Diogo Soares, dirigida ao Rei acerca das plantas que tirara da Colonia do Sacramento e em que relata a sua opinião sobre a fortificação daquela Praça. Colonia do Sacramento. 27 de Junho de 1731. In.: *Ibid.*, p. 274.

outubro de 1730, rapidamente Diogo Soares produziu uma planta em que situa uma nova fortificação que acompanhava o aumento do número de moradores³⁷.

A atitude dos jesuítas esteve alinhada às possibilidades e necessidades que foram postas. As indicações régias discorriam sobre a responsabilidade de realizar produções cartográficas acerca do Estado do Brasil. Naquele momento, isso significava uma representação que cobrisse o território esticado até a margem do Rio da Prata. Sendo assim, a Colônia do Sacramento deveria ser incluída, visto que era o território português mais ao sul dos limites meridionais.

O Rio da Prata era uma porta de entrada ao sul para o Brasil e, desde o século XVI, foi representado com proeminência visual nos mapas feitos por cartógrafos europeus, jesuítas e não jesuítas. Nos mapas, esta porta aquática abria o acesso a uma principal via fluvial, o rio Paraná, dando entrada para os rios Paraguai e Uruguai. Portanto, o deslocamento da missão cartográfica de Soares e Capacci até a Colônia do Sacramento era um meio de viabilizar a tradução de uma bacia hidrográfica de importância geopolítica – a qual era comumente representada na linguagem cartográfica hispânica e jesuíta até então – para a ordem régia portuguesa. Logo, a presença dos membros da missão cartográfica portuguesa na Colônia do Sacramento possibilitou o acesso direto e indireto de conhecimento geográfico para a execução do empreendimento.

Além do anseio de produzir cartograficamente a Colônia do Sacramento e o estuário platino, Diogo Soares planejava a ida para o Rio Grande, Santa Catarina, Laguna e outros portos da região subsequente aos serviços prestados na Colônia do Sacramento. O plano teve de ser modificado em consequência do deslocamento de Domenico Capacci para o Rio de Janeiro. Na viagem, teria levado consigo “os instrumentos precisos a tomar as verdadeiras alturas daquellas barras”³⁸, impossibilitando o prosseguimento de Diogo Soares para o resto das posses na região platina.

De qualquer forma, os planos do jesuíta português demonstram sua concepção acerca da importância da produção cartográfica do Rio Grande e seu sertão. A visão expressa por Diogo Soares leva em consideração as fragilidades visíveis e, consequentemente, os possíveis ganhos oferecidos pela povoação do Rio Grande para o domínio português. Vislumbrando o aumento dos domínios, reflexo da

³⁷ *Documento N.º LIX....* In.: CORTESÃO, *op. cit.* 1951, p. 274.

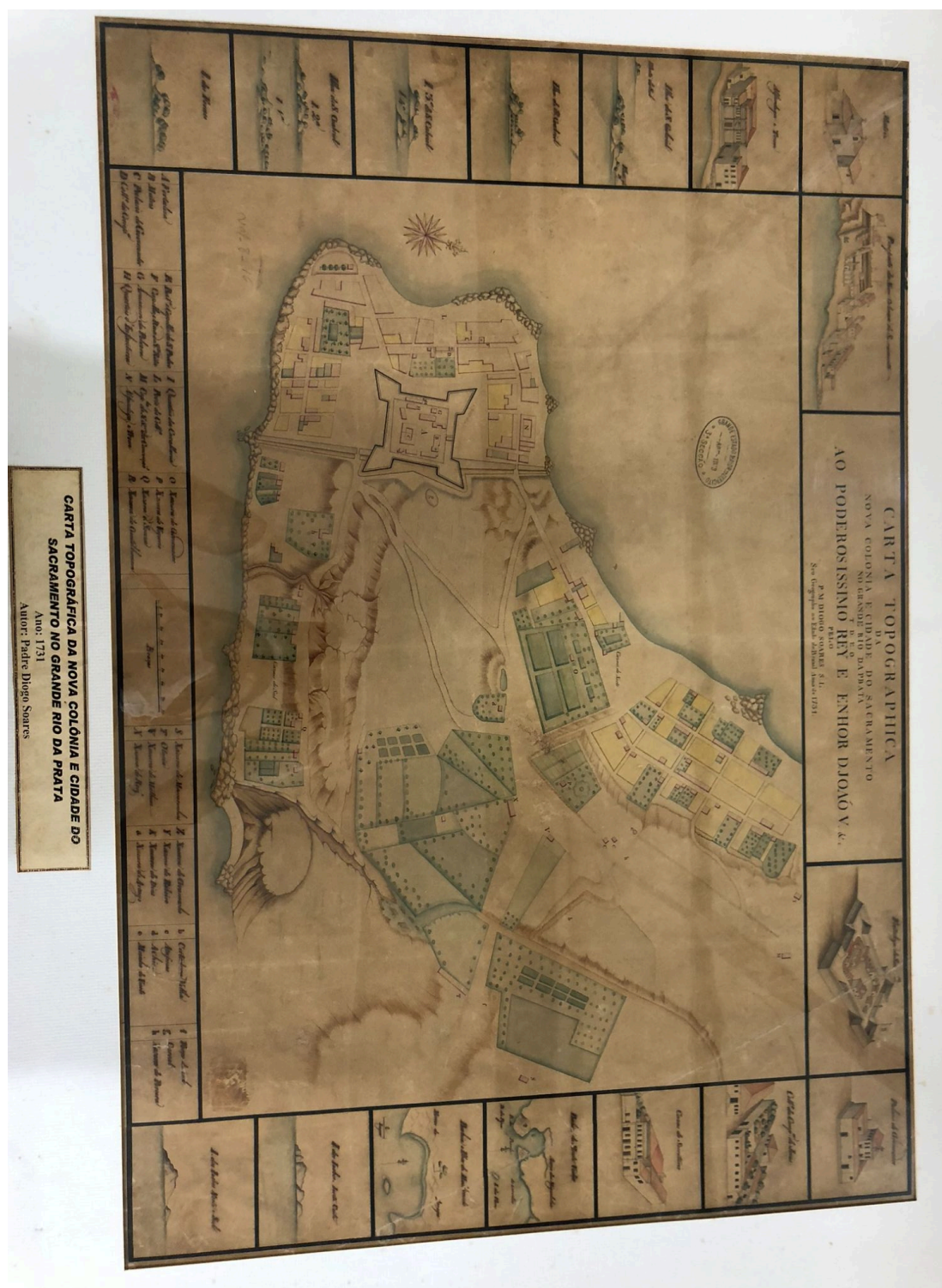
³⁸ *Ibid.*, p. 275.

concepção portuguesa de que esses eram estendidos até a Colônia do Sacramento, a povoação é estimulada para combater o perigo de acesso que a região poderia proporcionar aos espanhóis como uma “porta para se introduzirem nos nossos sertões e Minas”³⁹.

A estadia de Diogo Soares na Colônia do Sacramento originou duas produções imediatas. Dentre elas, é conhecida uma carta topográfica da Colônia do Sacramento intitulada *Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata* e datada de 1731. A autoria da carta é expressa no cartucho do título, onde se localiza que a produção é pertencente ao *P. M. Diogo Soares*. Ainda, o padre matemático foi responsável por produzir um mapa intitulado *O Grande Rio da Prata na America Portuguesa, e Austral* (1731), o qual também possui a autoria marcada do *P. M. Diogo Soares*.

³⁹ *Documento N.º LIX....* In.: CORTESÃO, *op. cit.* 1951, p. 275.

Figura 1. Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata (1731) de Diogo Soares⁴⁰.



⁴⁰ A imagem foi produzida através da consulta ao original que está localizado no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro. SOARES, Diogo. **Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata T. D. E. O. Ao Poderosissimo Rey e [S]enhor D. João V Pelo P. M. Diogo Soares S. L. Seo Geographo no Estado do Brazil. Anno de 1731.** 1731. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 64/Número 1447. 83,5cm x 57 cm.

A *Carta Topographica* e o mapa *O Grande Rio da Prata* são resultados da produção cartográfica direta de Diogo Soares em sua temporada na Colônia do Sacramento em 1731. Por mais que seja de conhecimento que Domenico Capacci esteve junto de Diogo Soares na Colônia do Sacramento, o nome do jesuíta italiano não aparece na autoria de nenhuma das duas produções.

Em virtude do encargo de produzir cartograficamente o Estado do Brasil, é evidente que ambos jesuítas não permaneceram durante longo período em Sacramento. Na verdade, deslocaram-se para diversas posses portuguesas espalhadas pela costa entre o território do Rio de Janeiro e o Rio da Prata. É justamente em consequência desse empreendimento que a missão foi efetiva em gerar mais de vinte produtos cartográficos conhecidos e relacionados à América portuguesa.

A Colônia do Sacramento e a região platina aparecem novamente em um mapa de autoria de Diogo Soares cerca de nove anos depois. Já encarregado de dar continuidade solo à missão régia pela qual foi enviado ao Brasil – visto que Domenico Capacci havia morrido –, Diogo Soares produz o mapa *Nova e 1ª Carta da Terra firme, e costas do Brazil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde o R.º da Prata athe Cabo Frio com novo cam.º do Certão do R.º Gr.ºe athe â Cid.º de S. Paulo*, datado de cerca de 1740. A *Nova e 1ª Carta*, que pode estar entre um dos últimos mapas produzidos por Diogo Soares⁴², é a produção cartográfica do jesuíta português que abrange a maior área do território do Estado do Brasil. Estendida desde o Rio da Prata até o Cabo Frio, a produção assegura uma quantidade ampla de topônimos do extenso território cartografado. O mapa ainda expressa a extensão da soberania portuguesa até a boca do Rio da Prata, através da representação da Colônia do Sacramento na margem do Rio da Prata, inserindo a recém-fundação de Rio Grande.

⁴² Mesmo que se tenha informações de que o padre jesuíta português tenha permanecido no Brasil até o ano de sua morte, 1748, a bibliografia ainda carece de conhecimento acerca de possíveis produções cartográficas oriundas de Diogo Soares após o ano de 1740. Sobre isso, ver: ALMEIDA, André, *op. cit.*, p. 119-142.

Figura 3. *Nova e 1ª Carta da Terra firme, e costas do Brazil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde o R.º da Prata athe Cabo Frio com novo cam.º do Certão do R.º Gr.ºe athe â Cid.º de S. Paulo* [ca. 1740] de Diogo Soares⁴³.



⁴³ A imagem foi produzida através da consulta ao original que está localizado no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro. SOARES, Diogo. **Nova e 1ª Carta da Terra firme, e costas do Brazil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde o R.º da Prata athe Cabo Frio com novo cam.º do Certão do R.º Gr.ºe athe â Cid.º de S. Paulo Ao Poderosíssimo Rey e S. D. João Pelo P. M. Diogo Soares S. I. Seu G. R. no mesmo Estado.** [ca. 1740]. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 06/Gaveta 24/ Número 3367. 73,5cm x 52cm.

Embora existam trabalhos que exploram a produção de conhecimento cartográfico da missão dos padres matemáticos no Brasil⁴⁴, há uma carência de análise da produção cartográfica especificamente relacionada à região platina e a atuação na Colônia do Sacramento. A escolha dos padres matemáticos de direcionarem-se para a Colônia do Sacramento como um dos primeiros destinos para o início da missão cartográfica esteve associado ao panorama das disputas ibéricas dos limites americanos, as quais se intensificaram após a fundação dessa cidadela ainda no último quartel do século XVII, principalmente com relação aos interesses oriundos de Buenos Aires.

A representação do amplo espaço do estuário platino através do mapa *O Grande Rio da Prata* impôs a necessidade dos cartógrafos a serviço da Coroa portuguesa buscarem informações que por vezes não teriam possuído apenas através da reduzida experiência *in loco*. Assim, entende-se que Diogo Soares utilizou do conhecimento geográfico pré-concebido para produzir o mapa daquela região. O mesmo pode ser verificado quando a região platina volta a aparecer na produção cartográfica de Diogo Soares quase uma década depois, através da *Nova e 1ª Carta*.

Em correspondência datada de 1730, Diogo Soares afirma que tinha acessado uma grande quantidade de informações através de distintos meios. Os documentos textuais e visuais são situados como um arcabouço de referências para que Diogo Soares iniciasse o seu projeto cartográfico.

Tenho já junto uma grande cópia de notícias, vários Roteiros e Mapas dos melhores sertanistas de São Paulo e Cuiabá, Rio Grande, e da Prata, e vou procurando outras a fim de dar princípio a alguma carta, porque as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas alturas e Longitudes de toda esta Costa, se não falham as nossas observações, as quais determinamos ratificar antes que deixemos este Rio, passando a Cabo Frio.⁴⁵

O geógrafo régio ainda recolheu mais informações relacionadas ao território por meio da coletânea de documentos conhecida como *Notícias Práticas* – as quais

⁴⁴ ALTIC, *op. cit.*. ALMEIDA, André Ferrand de. **A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. RODRIGUES, Carmem Marques. As técnicas cartográficas da carta dos diamantes dos padres matemáticos: diálogos entre o iluminismo e a arte de fazer mapas no século XVIII em Portugal e no Brasil. **Temporalidades** - Revista de História, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 268-284, maio/ago. 2016. CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos Velhos Mapas**. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971. CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)**. Parte I. Tomo I. São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

⁴⁵ Carta de 4 de julho de 1730 (AHU, Doc Avulsos, Rio de Janeiro, 1730) apud ALMEIDA, André, *op. cit.*, p. 120.

foram transcritas durante o início do século XX e podem ser encontradas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (volume 69)⁴⁶ –, sendo elas: “Noticias Praticas Do novo caminho que se descobrio das Campanhas do Rio Grande, e nova Colonia do Sacramento para a Villa de Coritiba no anno de 1727 por ordem do Governador e General de S. Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel”⁴⁷ e “Noticias Praticas da Costa e Povoações do Mar do Sul e resposta que deu o sargento-mór da Praça de Santos Manuel Gonçalves de Aguiar, as perguntas que lhe fez o Governador e Capitão-General da Cidade do Rio de Janeiro e capitanias do Sul Antonio de Brito e Menezes, sobre a costa e povoações do mesmo nome”⁴⁸.

Através da soma de experiências indiretas e diretas, o cartógrafo enviado pela coroa portuguesa produziu representações que inseriram a presença portuguesa estendida até a margem do Prata. Mesmo que em recortes distintos, tanto *O Grande Rio da Prata* quanto a *Nova e 1ª Carta* estiveram atrelados ao interesse régio de representação geográfica do território. Quando da produção do último, Diogo Soares já teria recolhido mais informações e tido mais experiências locais. De modo semelhante, o panorama das disputas ibéricas eram distintas quando dos dois momentos de produção no início e fim da década de 1730. Entre o espaço temporal de produção do primeiro e o segundo mapa, a Colônia do Sacramento havia sido tomada pelas forças espanholas e passado por um cerco entre os anos de 1735 e 1737. Não menos importante, é nesse último ano em que é datada a fundação do Rio Grande como uma povoação portuguesa próxima aos ditos limites meridionais entre as coroas ibéricas na América. Assim, é possível sugerir que a região platina e as questões associadas aos limites meridionais tiveram importância peculiar no processo de mapeamento do projeto que buscava formar o *Novo Atlas do Brasil*. As disputas entre as coroas ibéricas exigiam cada vez mais uma representação cartográfica daquela região.

⁴⁶ Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo LXIX (Parte 1). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

⁴⁷ Dentro desta sessão, estão incluídas as seguintes notícias: 1) *Noticia - 1ª Pratica Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento Mor da Cavallaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor, e abridor do dito Caminho*; 2) *Noticia - 2ª Pratica Dada ao P. M. Diogo Soares sobre a abertura do novo caminho pelo Piloto José Ignacio, que foi e acompanhou em todo elle ao mesmo sargento mór Francisco de Souza e Faria*; 3) *Noticia - 3ª Pratica Dada pelo coronel Christovão Pereira d'Abreu, sobre o mesmo caminho, ao R. P. M. Diogo Soares*.

⁴⁸ Estão presentes as seguintes notícias: 1) *Noticia - 1ª Pratica e resposta que deu o Sargento-mór da Praça de Santos, Manoel Gonçalves de Aguiar, as perguntas que lhe fez o Governador e Capitão General da Cidade do Rio de Janeiro, e Capitanias do Sul, Antonio de Brito e Menezes, sobre a costa e povoações do mesmo mar e* 2) *Noticia - 2ª Pratica Que dá ao P. M. Diogo Soares, o Capitão Christovão Pereira, sobre as Campanhas da nova Colonia, e Rio Grande ou Porto de S. Pedro*.

2. A COLÔNIA DO SACRAMENTO E A REGIÃO PLATINA NA PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DE DIOGO SOARES

2.1. A EXPANSÃO LUSA PARA O SUL

Mesmo que com menor intensidade em comparação com aquilo que foi visto a partir dos fins do século XVII e início do século XVIII, o interesse das coroas ibéricas sobre a bacia platina esteve presente desde o século XVI. Nos primeiros momentos da colonização ibérica na América, a exploração da região, ainda incipiente quanto à instalação de postos ibéricos, esteve atrelada ao “reconhecimento de terreno”, observando quais possibilidades o acesso àquela região poderia proporcionar. A questão ibérica acerca do Tratado de Tordesilhas esteve presente. Nesse cenário, é verificada uma incompatibilidade entre as coroas ibéricas: o Rio da Prata pertencia ao domínio espanhol ou português? A questão foi ganhando fôlego durante os séculos de colonização ibérica na América.

Inicialmente, os portugueses ocuparam – majoritariamente – a costa atlântica, enquanto os espanhóis aparentavam uma disposição maior ao avanço para o interior. Os questionamentos foram frequentes acerca dos limites entre as posições ibéricas em diversas faixas temporais do extenso processo de colonização. Por vezes, as acusações mútuas de usurpação territorial surgiam. Sendo assim, os conflitos estavam postos desde o século XVI e tomaram formas distintas frente ao constante rearranjo, estando presentes ainda no século XVIII, marcados pelas devidas rupturas e permanências.

Quando do início da colonização ibérica na América, a instalação espanhola na região platina foi marcada pela fundação gradual de cidades nas margens dos principais rios. Em primeiro momento, foram levadas a cabo a fundação de Buenos Aires (1536) e Asunción (1537), sendo tais cidades localizadas, respectivamente, na boca do Rio da Prata e nas margens do Rio Paraguai. Posteriormente, têm-se a fundação das cidades Santa Fé (1573) e Corrientes (1588), localizadas às margens do Rio Paraná. Tais fundações estavam alinhadas ao propósito ainda incipiente de tornar viável a exploração do continente americano. Com a descoberta das minas de Potosí na década de 1540, aparenta ter-se o deslocamento do eixo mais para oeste. As fundações de Santa Fé e Corrientes garantiam entrepostos no caminho ao Peru. De modo semelhante, é caracterizada a refundação de Buenos Aires em 1580, uma

reestruturação com o intuito de não deixar a cidade cair ao abandono e utilizá-la em favor da facilitação dos interesses espanhóis relacionados à prata de Potosi⁴⁹.

De qualquer modo, a presença espanhola na região mais próxima aos limites meridionais passa a se tornar mais notável através das reduções fundadas no início do século XVII⁵⁰, as quais estiveram atreladas ao impulso evangelizador da Ordem. Nesse cenário, o contato dos jesuítas com os povos indígenas – majoritariamente guaranis – foi um grande facilitador da presença espanhola na região, fazendo com que a ocupação do espaço platino fosse alavancada pela ação missionária.

Ademais, as relações entre jesuítas e indígenas foi construída através de longos processos em via de mão dupla⁵¹. Os povos indígenas tinham suas organizações sociais e formas de ocupação territorial pré-existentes à chegada dos invasores ibéricos. Sendo assim, em virtude das configurações específicas de cada uma das sociedades nativas, foram comuns as negociações entre jesuítas e caciques, como mediadores dos interesses de suas comunidades.

Concomitantemente, a instalação espanhola na região platina foi sendo efetivada durante o contexto da União Ibérica (1580-1640). Ocasionalmente, o período de união entre as coroas ibéricas sugere uma interpretação superficial de que os conflitos entre os agentes de ambos impérios na América teriam diminuído em

⁴⁹ “É sabido que a colonização espanhola se concentrou, de início, principalmente no Peru, atraída pelos metais preciosos, enquanto as terras do Prata, apesar dos esforços do governo de Madrid, ficavam, em grande parte, ao abandono e as províncias do Paraguai e do Tucumán viviam com muitas dificuldades. O descobrimento das famosas minas de prata de Potosi (1545), num local agreste e desolado da alta montanha peruana, provocou uma enorme concentração populacional, que era preciso abastecer. Parece que a segunda fundação de Buenos Aires (1580) deveria facilitar o estabelecimento de uma via comercial entre o Alto Peru e a Espanha, por intermédio das regiões platina e tucumana, mas a isso se opunham os interesses dos grupos monopolistas de Lima e Sevilha, ligados à manutenção exclusiva da rota oficial que, pelo mar das Antilhas, o Panamá e o Pacífico, levava à capital peruana e a todo o vice-reino.”. ALMEIDA, Luís Ferrand de. A Colônia do Sacramento e a formação do sul do Brasil. In: **Páginas dispersas: estudos de História Moderna de Portugal**. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995, p. 164.

⁵⁰ A chegada dos primeiros jesuítas na região do Vice-Reino do Peru é datada de 1568. Mesmo que os primeiros jesuítas tenham chegado ao Paraguai apenas por volta de 1585, a fundação da Província Jesuítica do Paraguai aconteceu em 1607. Com posterior estímulo vindo por parte da Coroa espanhola para que fosse iniciado o domínio da região, tem-se a fundação das missões jesuíticas no Guairá, iniciada em 1609. Desse modo, durante o início do século XVII, a América Meridional começa a ser moldada como um território de interesse dos jesuítas ligados à Coroa espanhola, semente inicial que será fruto para as disputas entre diversos grupos ligados às duas coroas ibéricas acerca da região. Cf. BARCELOS, Artur Henrique Franco. **Mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006. SPOSITO, Fernanda. **Santos, heróis ou demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/ Rio da Prata, séculos XVI-XVII)**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. ALTIC, Mirela. **Encounters in the New World: Jesuit cartography of the Americas**. Chicago: University of the Chicago Press, 2022.

⁵¹ BARCELOS, *op. cit.*.

decorrência de Portugal e Espanha estarem sob o domínio do mesmo monarca. Na verdade, a circulação mútua de ibéricos entre os domínios espanhóis e portugueses foi demasiada, por mais que esses não fossem bem delimitados no período. O reflexo foi projetado nas disputas entre os colonizadores nas regiões, principalmente no tocante aos “limites” portugueses e espanhóis na América Meridional, as quais, na prática, foram até mesmo mais intensificadas⁵². Essa foi a situação das disputas entre portugueses da capitania de São Vicente e os missionários jesuítas no período.

Por vezes, os portugueses de São Vicente foram estimulados por interesses próprios, que divergiam do interesse régio. Isso acabou gerando uma categorização pejorativa de que eles eram exclusivamente os únicos beneficiados pelas próprias ações. Todavia, mesmo que as práticas do dito grupo fossem questionadas em alguns momentos, não é novidade que elas foram convenientes à manutenção colonial portuguesa em outros.

[...] Se as bandeiras eram a transgressão da ordem, a utilização desses sertanistas em diversas regiões do Império (e para além dele) significou, por outro lado, sua colaboração com a empresa colonial e não ameaça à mesma. Ainda que as ordens régias e as posturas de diversas autoridades coloniais fossem pela condenação das práticas desses habitantes e a vila tenha sido inúmeras vezes referida como uma “rochela” dentro do Império português, [...] isso não impediu que esses mesmos rebeldes fossem também instrumentos para a consolidação e manutenção do sistema colonial não só na pequena vila de São Paulo, mas em muitas outras partes do domínio português na América. Assim, é dentro da dualidade entre rebeldia e lealdade que se pode compreender o papel dos paulistas nos dois primeiros séculos da colonização do Brasil.⁵³

Em suma, os avanços dos portugueses de São Vicente marcaram a primeira metade do século XVII. Deslocando-se para o sul com o intuito de capturar indígenas, tais agentes iam de encontro com as missões na região platina. Na maioria dos casos, a defesa das missões era impossibilitada em virtude da disparidade numérica. Assim, foi constante a decisão dos jesuítas de recuarem em companhia dos indígenas, retirando-se com o objetivo de dar prosseguimento ao projeto missionário em locais que oferecessem uma maior segurança, mesmo que momentânea⁵⁴.

Os sucessos dos portugueses nos empreendimentos de ataque às missões foram praticamente constantes até o início da década de 1640. Após a implementação da nova opção de defesa às investidas dos portugueses, o desfecho encontrado pelas missões foi diferente em Mbororé (1641). O conflito contou com a derrota portuguesa

⁵² SPOSITO, *op. cit.*, p. 158.

⁵³ *Ibid.*, p. 199.

⁵⁴ BARCELOS, *op. cit.*, p. 159.

em uma sequência de lutas contra os padres jesuítas e indígenas missioneiros da província de Tape, entre os rios Acaraguá e Mbororé. Desse modo, após período de várias investidas bem-sucedidas realizadas pelos portugueses de São Paulo, a Batalha de Mbororé (1641) é caracterizada pela divisão de dois momentos. Isso porque, em consequência dos resultados obtidos, houve uma diminuição das movimentações das bandeiras na região⁵⁵, unindo a questão das dificuldades enfrentadas pelos portugueses em Mbororé e a aparição de novas oportunidades de exploração mais sedutoras aos sertanistas em outros espaços da América portuguesa.

A partir da década de 1640, há uma modificação da atuação portuguesa na região platina. Se os avanços dos portugueses de São Paulo tinham diminuído a partir dessa década, o fim da União Ibérica e a restauração portuguesa iniciam uma nova configuração dos avanços em direção à região. Ainda que, inicialmente, a atuação dos portugueses de São Paulo tenha diminuído nas missões da região platina a partir dessa década, é notável que os missionários ainda possuíam receios quanto à invasão em momentos mais tardios do século XVII⁵⁶.

De qualquer modo, frente ao período da restauração portuguesa, a queda das possibilidades mercantis no estuário platino foi acompanhada pelo anseio de acesso à prata oferecido pelo comércio daquela região. Assim, através de um processo gradual, deu-se o surgimento de povoações portuguesas que rumavam cada vez mais ao sul: Paranaguá (1648), São Francisco do Sul (1658), Curitiba (1668), Laguna (1676) e Colônia do Sacramento (1680)⁵⁷. O processo em questão, que expandiu cada vez mais o domínio e ocupação portuguesa para o território entre São Vicente e

⁵⁵ PRADO, Fabrício. **A Colônia do Sacramento**. O extremo sul da América portuguesa. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

⁵⁶ Na década de 1660, o protesto do Visitador Andrés de Rada, contrário à ordem de Felipe IV de desarmamento das reduções, indica o receio das missões com relação a novos ataques portugueses. Embora a fundação da Colônia do Sacramento (1680) tenha ocorrido mais de duas décadas depois desse contexto, as preocupações citadas informam a constância da presença portuguesa na Banda Oriental do Rio Uruguai. Desse modo, ao mesmo tempo em que a região platina teve grande exploração através do projeto missionário, também se nota como as intervenções portuguesas foram constantes, iniciadas através de uma expansão gradual que culmina na instalação portuguesa na banda oriental do Rio da Prata. BARCELOS, *op. cit.*, p. 164

⁵⁷ Com relação ao avanço luso para o sul como novo empreendimento português. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**: A Época Colonial. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 351.

Em especial, a data referente ao ano de fundação de Laguna, 1676, entende-se a existência de desacordo historiográfico acerca do ano de fundação da cidade, ora utilizado 1676 ora utilizado 1684, optando o uso do ano de 1676 em decorrência da escolha oficializada pela cidade. Sobre isso, ver: KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa: século XVIII. 2006. 479 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 29.

o Rio da Prata, é observado como a manifestação da pretensão portuguesa de expansão para o sul.

Assim, passou a haver a união dos interesses da coroa portuguesa e dos próprios particulares, que estiveram associados à expansão para o Rio da Prata⁵⁸. Mais do que apenas uma atuação segmentada – como se pode entender algumas das investidas dos portugueses de São Paulo –, agora o estímulo unia a coroa e grupos particulares a direcionarem seus impulsos de expansão para a região platina.

Perante as queixas e clamores dos povos, dos mercadores e das autoridades administrativas, procuraram os governantes portugueses enfrentar a complexa crise com um conjunto de medidas adequadas. Entre elas, a abertura de novos ramos de comércio ultramarino e o desenvolvimento de outros já existentes. Compreende-se que, dentro desta última orientação, o restabelecimento das relações mercantis com o Prata aparecesse como solução ideal, pois à sua suspensão após o movimento restaurador de 1640 atribuíam às autoridades e moradores do Brasil a falta de moeda, enquanto se reconhecia que a pouca existente viera quase toda do Peru pela via platina. Não é de admirar que D. João IV e, depois, o regente D. Pedro tenha não só autorizado o antigo trato entre as possessões atlânticas portuguesas e as Índias Ocidentais (em especial o negócio dos escravos), mas até incitado os governadores do Brasil e do Rio de Janeiro a tentar reabrir o comércio com Buenos Aires.⁵⁹

É nesse contexto que as expedições de Jorge Soares de Macedo, levadas a cabo em 1679, e a de D. Manuel Lobo, posteriormente no mesmo ano, são enviadas para a execução do projeto da coroa, a fim de efetivar a instalação na margem setentrional do Rio da Prata. Sendo assim, a presença português no Rio da Prata é materializada através da fundação da Colônia do Sacramento no ano de 1680, anseio não apenas da coroa lusa, mas também dos diversos grupos sociais que se beneficiaram da configuração vigente na época.

Assim nascia a Colônia do Sacramento: fundada em 1680, ao leste do Rio da Prata, exatamente defronte de Buenos Aires. Não por acaso. Os objetivos do empreendimento eram tirar proveito de uma possível produção agrícola da região, alargar a posse territorial com fim defensivo e fomentar o comércio de contrabando com o lado espanhol. A importância estratégica daquele sítio ocupado pelos portugueses era tamanha que a partir de então, com percalços e reviravoltas variadas, armou-se conflito, entre Portugal e Espanha, que se arrastou ao longo do tempo, até o século XIX.⁶⁰

⁵⁸ HOLANDA, *op. cit.*.

⁵⁹ ALMEIDA, André, *op. cit.*, p. 166.

⁶⁰ MONT SERRATH, Pablo Oller. **O Império Português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808)**. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 114.

O cenário de oposição entre os países ibéricos é marcante durante o período da Restauração Portuguesa (1640-1668)⁶¹. Mesmo com o Tratado de Lisboa (1668), as divergências relacionadas às questões limítrofes na América ainda se estendem para o século XVIII. Com a ocupação portuguesa da Banda Oriental através da fundação da Colônia do Sacramento, as disputas entre as coroas ibéricas entrariam em um novo cenário de conflito.

2.2. A COLÔNIA DO SACRAMENTO ENTRE O DOMÍNIO PORTUGUÊS E ESPANHOL

Por vezes, a historiografia nacionalista brasileira direcionou pouco enfoque à Colônia do Sacramento e privilegiou o tratamento sobre a povoação do Rio Grande do Sul⁶², trazendo uma compreensão pejorativa da Colônia do Sacramento como sendo um “ninho de contrabandistas”. Sendo assim, pouco se valorizaram todas as questões de ampla magnitude que tal fundação e os seus respectivos impactos proporcionaram para a realidade da época. Atualmente, através de estudos mais recentes sobre a Colônia do Sacramento e a dinâmica no Rio da Prata⁶³, existem novas visões que destoam. A concepção do “complexo portuário do Rio da Prata”⁶⁴ é um exemplo, levando em consideração a complexidade das relações comerciais e sociais que aconteceram ali. Não diminuindo a Colônia do Sacramento e as atividades desenvolvidas na região apenas ao contrabando, a interpretação possibilita uma visão mais ampla que compreende a Colônia do Sacramento como inserida em uma realidade onde diversas relações interpessoais foram desenvolvidas na região platina⁶⁵.

A dinâmica entre os ibéricos no Prata teve caráter especial no final do século XVII. A instalação portuguesa na Banda Oriental do Rio da Prata foi iniciada em 1680.

⁶¹ Cf. DORÉ, Andréa. Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. Talia Dixit. **Revista Interdisciplinar de Retórica e Historiografia**, [S. l.], n. 6, p. 121–137, 2011. Disponível em: <https://revista-taliadixit.unex.es/index.php/TD/article/view/230..> Acesso em: 24 jul. 2025.

⁶² Tal questão é entendida por Prado como sendo algo proposital, uma consequência do fato da Colônia do Sacramento não ter sido mantida como integrante do território brasileiro contemporaneamente. PRADO, *op. cit.*, p. 28.

⁶³ Cf. MOUTOUKIAS, Zacarias. **Contrabando y control social en el siglo XVII**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988. JUMAR, Fernando. **Le commerce Atlantique Au Rio de la Plata**. Paris: École des Hautes Études en Science Sociales, 2000. Tese de Doutorado.

⁶⁴ A ideia do “complexo portuário do Rio da Prata” leva em consideração os contatos mútuos e as relações que estiveram presentes entre os súditos de ambas as coroas ibéricas na região do Rio da Prata, a qual esteve fortemente associada à relação entre Buenos Aires e Colônia do Sacramento. PRADO, *op. cit.*, p. 19.

⁶⁵ PRADO, *op. cit.*, ALMEIDA, Luís, *op. cit.* 1995; OLIVEIRA, *op. cit.*.

Através da expedição de D. Manuel Lobo⁶⁶, tem-se a construção da Colônia do Sacramento em 1680, marcando a presença portuguesa na margem setentrional do Rio da Prata⁶⁷. A fundação deste posto avançado quanto aos limites meridionais causou uma “alteração de rota, um rearranjo de poderes e agentes no Prata, que nos permite perceber que as questões que envolviam esses personagens naquela região passariam a ser outras”⁶⁸. Os regimentos reais entregues a Manuel Lobo – encarregando-o da fundação da Colônia em proximidade da ilha de São Gabriel – traziam apontamentos sobre os benefícios do local e afirmavam que ele estava dentro do território pertencente a Portugal⁶⁹.

Dentre os impulsos, o anseio por estender o domínio do português até o Rio da Prata foi acompanhado dos interesses econômicos⁷⁰. O comércio português no Rio da Prata já havia sido experimentado em recorte temporal anterior à fundação da Colônia do Sacramento. A relação comercial na região remetia ao passado próximo: o período da União Ibérica (1580-1640). No período, a nova fundação de Buenos Aires (1580)

⁶⁶ Manuel Lobo foi governador do Rio de Janeiro que teria tomado posse em 1679. Cf. HOLANDA, *op. cit.*.

⁶⁷ “Como se sabe, a partir da Restauração portuguesa, a definição da linha do meridiano implicava a defesa da soberania lusa no estuário platino, tendo sido fruto de intensas negociações diplomáticas desde fins do século XVII, por ocasião da assinatura do Tratado Provisional de 1681. Quando da fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, invocava-se a demarcação virtual do meridiano de Tordesilhas.”. KANTOR, Íris.. Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia História**, v. 23, n. 37, jan. 2007, p. 77.

⁶⁸ SPOSITO, *op. cit.*, p. 19-20.

⁶⁹ “Em 1678, e ainda em 1679, os regimentos acima citados, conferidos por D. Pedro a D. Manuel Lobo, traduziam a determinação do príncipe regente em tomar posse e estender seus domínios até a embocadura do Prata. Em 1680 foi fundada, por aquele governador, a Colônia do Sacramento.”. GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. A construção política do território centro-sul da América portuguesa (1668-1777). **História, histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, 2013.

⁷⁰ “A fundação da Colônia do Sacramento pautou-se por dois objetivos principais: estabelecer o comércio com terras espanholas – legal e ilegal – abocanhando um quinhão da prata potosina e criar um posto avançado permanente de ocupação portuguesa. Na prática, tratou-se de um empreendimento patrocinado por grandes comerciantes fluminenses, interessados na troca de mercadorias e escravos pelo metal precioso e couros bovinos.”. KUHN, F.; COMISSOLI, A.. Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808). **Revista de História (São Paulo)**, n. 169, p. 53–81, 2013, p. 58.

“Se, por um lado, combateu-se o comércio de contrabando dos estrangeiros nas regiões ocupadas por Portugal, por outro, estimulou-se a troca de mercadorias em terras alheias, ainda que fosse proibido. Foi isso que a Coroa portuguesa fez com relação à região ao sul da América, sob dominação espanhola. O desejo pela prata americana justificava certas atitudes, como a permissão do comércio direto entre Brasil e Buenos Aires. Outras vezes, permitiu-se o envio de navios de Angola, carregados com escravos, para sem trocados pelo metal argento com os moradores das Índias Ocidentais de Espanha. Esse comércio, importantíssimo para Portugal em finais do século XVII, por conta da falta de prata no reino, impulsionou os esforços da Coroa para retomar o contrato do envio de escravos para a América hispânica (os asientos) e esteve ligado à origem da Colônia do Sacramento, fundada às margens do Rio da Prata.”. MONT SERRATH, *op. cit.*, p. 291.

proporcionou grande movimento comercial que se estendeu até 1640, quando do fim da união entre as coroas ibéricas⁷¹.

Considerando as experiências anteriores de envolvimento luso no comércio platino e o contexto hostil entre as coroas ibéricas durante o século XVII, não é surpreendente que a fundação da Colônia do Sacramento tenha sido acompanhada de constantes disputas entre portugueses e espanhóis na região. Durante cerca de um século, o conflito pela Colônia é marcado por uma frequente oscilação do domínio entre Portugal e Espanha (tabela 2).

Tabela 2. Disputa das coroas ibéricas pela Colônia do Sacramento⁷².

Domínio da Colônia do Sacramento (1680-1777)			
Período	Ocupação	Tratado	Observações
1680	Coroa Portuguesa	Não	Fundada por Manuel Lobo, Capitão-mor da Capitania do Rio de Janeiro.
1680-1681	Coroa Espanhola	Não	Conquistada por José de Garro, governador de Buenos Aires.
1681-1705	Coroa Portuguesa	Tratado Provisional (1681)	Devolvida a Portugal em acordo com a Coroa Espanhola.
1705-1715	Coroa Espanhola	Não	Conquistada durante a Guerra de Sucessão Espanhola.
1715-1762	Coroa Portuguesa	Tratado de Utrecht (1713-1715)	Devolvida a Portugal em acordo com a Coroa Espanhola. Tentativa de tomada espanhola através da estratégia de cerco malograda frente à defesa

⁷¹ CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: História da Civilização Americana. N. 2. 1944

⁷² Tabela elaborada pelo autor, com base em POSSAMAI, Paulo César. O Porto mais ao sul da América Portuguesa: a Colônia do Sacramento. **Navegador**, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 95–109, 2023. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navegador/article/view/5042>. Acesso em: 16 set. 2025.

			portuguesa entre 1735 e 1737.
1762-1763	Coroa Espanhola	Não	Ocupada por expedição de Pedro de Cevallos.
1763-1777	Coroa Portuguesa	Tratado de Paris (1763)	Devolvida a Portugal em acordo com a Coroa Espanhola.
1777	Coroa Espanhola	Tratado de Santo Ildefonso (1777)	Conquista final por Pedro de Cevallos e cessão pelo Tratado de Santo Ildefonso.

A instabilidade da Colônia do Sacramento está marcada desde o ano de sua fundação. A questão central relacionada ao conflito entre os portugueses e espanhóis está intimamente atrelada à questão dos limites territoriais e aos interesses comerciais no Prata. Até meados do século XVIII⁷³, os limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas (1494) ainda estavam longe de alguma definição entre as coroas ibéricas, visto que o acordo firmado tinha maior caráter burocrático do que prático⁷⁴. Isso fez com que a divisão entre as posses portuguesas e espanholas tenha ficado à mercê de uma suposta linha que nunca teve fixação *in situ*⁷⁵. Frente à situação de incertezas referente às fronteiras, “o melhor meio de se apropriar de uma região era ocupá-la antes que uma nação rival o fizesse e é assim que entendemos a fundação da Colônia do Sacramento”⁷⁶.

O entendimento dos portugueses e espanhóis diferiam com relação à posse da região: se, de um lado, os portugueses alegavam que os limites eram estabelecidos até a posse no Rio da Prata, os espanhóis, do outro lado, apontavam uma incongruência. A incerteza vinha acompanhada de prevenção. Os espanhóis temiam que a nova fortificação portuguesa fizesse parte de um projeto maior para dominar o Vice-Reino do Peru, ato que possibilitaria o acesso aos afluentes do Prata e, conseqüentemente, o acesso português aos caminhos utilizados pelos espanhóis⁷⁷.

⁷³ Entende-se que o cenário é modificado a partir do Tratado de Madrid (1750).

⁷⁴ Sobre isso, ver: SPOSITO, *op. cit.*, p. 22. POSSAMAI, Paulo César. A fundação da Colônia do Sacramento. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 5, n. 12, 2004, p. 33-34.

⁷⁵ KANTOR, *op. cit.*, p. 71.

⁷⁶ POSSAMAI, Paulo César. Um Lugar Fora do Mapa: a Colônia do Sacramento. **Revista Mosaico**, v. 7, n. 2, p. 133-138, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4141>. Acesso em: 18 set. 2025, p. 134.

⁷⁷ *Idem*, *op. cit.* 2023.

Em especial, a insatisfação vinda de Buenos Aires teve grande impacto nas relações ibéricas no Prata⁷⁸. No próprio ano de 1680, José de Garro – governador de Buenos Aires (1678-1682) – atuou estrategicamente para a desocupação portuguesa da Colônia do Sacramento. Através do isolamento da nova fundação portuguesa, verifica-se que “já em fevereiro começavam [...] os moradores a ressentir-se da falta de víveres”⁷⁹. A rápida atuação orquestrada pelas forças de Buenos Aires fizeram com que a fundação portuguesa fosse tomada antes mesmo da chegada dos reforços. Sendo assim, era verificado um dos problemas que acompanhou a realidade portuguesa da Colônia do Sacramento até grande parte do século XVIII: o distanciamento frente aos centros de poder da América portuguesa para manutenção e combate às investidas espanholas.

Por mais que a ação espanhola tenha sido efetiva com relação à tomada da instalação portuguesa no Rio da Prata, o conflito entre os portugueses e espanhóis na região foi estendido para a disputa diplomática entre as coroas ibéricas. A coroa lusa, com apoio francês, pressionou a Espanha para que fosse devolvido o território referente a Colônia recém-fundada⁸⁰. A retomada da Colônia do Sacramento foi acordada através do Tratado Provisional (1681), assinado em Lisboa. A manifestação portuguesa frente ao cenário de negociações do Tratado Provisional esteve alinhada ao discurso de que “em modo algum se pudesse presumir haver tido animo de turbar, nem transcender os limites da demarcação de Sua Magestade Catholica”⁸¹, informando que havia o entendimento de que a “costa Septentrional do Rio da Prata [...] era pertencente à demarcação de sua Coroa”⁸².

O caráter provisório do Tratado de 1681 está associado ao fato de que a Colônia do Sacramento seria devolvida aos portugueses até que as coroas chegassem a uma definição comum daquilo que era estipulado pelo Tratado de

⁷⁸ Há conhecimento de que o governo espanhol fez reclamações contrárias à fundação da Colônia do Sacramento. Evidentemente, o assunto chegou ao conhecimento de D. Pedro, visto que seus conselheiros emitiram diversos pareceres sobre como deveria proceder a situação.

Sobre isso, ver: Documento N.º I. Vários pareceres dos Conselheiros do Príncipe D. Pedro sobre as reclamações do governo espanhol contra a fundação da Colônia. Outubro-novembro de 1680. In: CORTESÃO, *op. cit.* 1951.

⁷⁹ HOLANDA, *op. cit.*, p. 360.

⁸⁰ ALMEIDA, André, *op. cit.*; OLIVEIRA, *op. cit.*.

⁸¹ Documento N.º V. Tratado provisional entre o Senhor Dom Pedro Principe Regente e Carlos II Rei de Hespanha, sobre a restituição da Colonia do Sacramento e satisfação pelo ataque feito pelo Governador de Buenos Ayres, assignado em Lisboa a 7 de maio de 1681, e ratificado por parte de Portugal, em 13 de junho, e ratificado por parte de Portugal, em 13 de junho, e pela de Hespanha em 25 de maio do dito anno. In: CORTESÃO, *op. cit.* 1951, p. 46.

⁸² Documento N.º V. *Tratado provisional*.... In: *Ibid.*, p. 46.

Tordesilhas com relação ao território em questão. Porém, a falta de comum acordo entre as coroas ibéricas não tornou possível que se chegasse ao veredito.

As conferências realizadas em Elvas e Badajoz, na fronteira luso-espanhola, não chegaram a nenhuma conclusão, pois os representantes de ambos os países (sic) se empenharam em fazer valer os interesses de seus soberanos. Os debates concentraram-se nas diferentes interpretações do Tratado de Tordesilhas. Os espanhóis defendiam que as 370 léguas estipuladas pelo tratado deveriam ser contadas a partir da Ilha de São Nicolau, a mais central do arquipélago de Cabo Verde, enquanto os portugueses, ao contrário do que haviam defendido na junta de 1524, quando queriam garantir um avanço a leste, agora insistiam que a contagem deveria começar a partir da Ilha de Santo Antão, a mais ocidental delas, a fim de assegurar o máximo avanço a oeste.⁸³

Em decorrência das interpretações distintas, a questão teve de ser direcionada para decisão do papa Inocêncio XI – como já era previsto pelas próprias coroas. Sem solução imediata, os portugueses obtiveram a retomada da Colônia do Sacramento⁸⁴. Dentre os vários artigos frutos do acordo entre as coroas ibéricas, destaca-se aqui o artigo de número III, o qual insere determinações sobre a reconstrução e fortificação da Colônia do Sacramento, simbolizando aquilo que foi acordado de que “não poderão fazer outro algum genero de fortificação nova, nem lavrar casas de pedra, nem de tapia de nova, nem outro genero de edificio de duração, e permanencia”⁸⁵.

Após a devolução, os portugueses deram andamento ao projeto de estruturação destinado à Colônia. A reestruturação gradual foi dada sob a orientação dos governadores Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1690), Francisco Naper de Lencastre (1690 a 1699) e Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705).

Tabela 3. Governadores da Colônia do Sacramento (1683-1760)⁸⁶.

Governadores da Colônia do Sacramento (1683-1760)	
Governador	Período
Cristóvão Ornelas de Abreu	1683 a 1690
Francisco Naper de Lencastre	1690 a 1699
Sebastião da Veiga Cabral	1699 a 1705

⁸³ POSSAMAI, *op. cit.* 2023, p. 97.

⁸⁴ ALMEIDA, André, *op. cit.*.

⁸⁵ *Documento N.º V. Tratado provisional....* In: CORTESÃO, *op. cit.* 1951, p. 47.

⁸⁶ Tabela elaborada pelo autor, com base em: POSSAMAI, Paulo César. O Porto mais ao sul da América Portuguesa: a Colônia do Sacramento. **Navigator**, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 95–109, 2023. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/5042>. Acesso em: 16 set. 2025.

Manuel Gomes Barbosa	1716 a 1722
Antônio Pedro de Vasconcellos	1722 a 1749
Luiz Garcia de Bivar	1749 a 1760

Entre os anos de 1683 e 1705 – desde o início da reestruturação até a nova investida espanhola frente ao território português –, a Colônia do Sacramento permaneceu em domínio luso. Nesse recorte, houve um lento desenvolvimento da praça militar, não só pelas limitações impostas pelos espanhóis mas também pelo curto período para exploração portuguesa da região frente às condições enfrentadas⁸⁷.

A preocupação e exploração do espaço geográfico são notadas através da produção de roteiros terrestres na primeira década do século XVIII. No contexto da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), o reconhecimento dos terrenos adjacentes e a possibilidade de conexão da Colônia do Sacramento com outras posses portuguesas parece ter instigado a produção de documentos dentre os quais estão inseridos os de autoria de Domingos da Filgueira⁸⁸ e Francisco Ribeiro⁸⁹. Datados com diferença de apenas um ano, o roteiro de Domingos da Filgueira (1703) e o informe de Francisco Ribeiro (1704) contribuem não só para o entendimento das necessidades portuguesas na Colônia do Sacramento durante o início do século XVIII, mas também com a necessidade de uma nova fundação para o suporte da praça militar.

Embora o roteiro do aventureiro Domingos da Filgueira⁹⁰ possua o propósito de auxílio à prática dos caminhos da região platina, é possível notar a fragilidade portuguesa ao sul de Laguna, visto que o caminho percorrido por Domingos da

⁸⁷ “Foram bastante difíceis os primeiros anos que se seguiram ao restabelecimento dos portugueses em Colônia, em 1682, quando as restrições do governo de Buenos Aires, que procuravam impedir o contrabando e a exploração do gado selvagem que abundava nos campos da margem norte do Rio da Prata, se somaram à corrupção generalizada que marcou o governo de Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1690). A situação melhorou sensivelmente sob as administrações de Francisco Naper de Lencastre (1690-1699) e de seu sucessor, Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705), com o incremento da política de povoamento e a intensa exploração das riquezas pecuárias do atual território uruguaio.”. POSSAMAI, 2023, p. 98.

⁸⁸ FILGUEIRA, Domingos da. Como viajar por terra, da Colônia do Sacramento à Laguna [1703]. In: CESAR, Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul**: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos. Porto Alegre: Edições da Faculdade de Filosofia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969, p. 55-60.

⁸⁹ RIBEIRO, Francisco. A Colônia do Sacramento e o Rio Grande [1704]. Biblioteca da Ajuda, Ms. 51-VI-24. In: CESAR, *op. cit.*, p. 61-69.

⁹⁰ Por mais que não seja de amplo conhecimento os aspectos biográficos de Domingos da Filgueira, utilizaremos aqui a caracterização feita, indiretamente, por Guilhermino Cesar, que aponta este indivíduo como um aventureiro, pelo menos, é o que indica ao destacar o “espírito aventureiro de homens como o autor deste roteiro”. CESAR, *op. cit.*, p. 55.

Filgueira da Colônia do Sacramento até Laguna, contando com o total de setenta (70) dias, não passa por nenhuma fundação portuguesa. O roteiro terrestre ainda apresenta indicações em primeira mão sobre tempo, distância, perigos e preparos para aproveitamento de recursos, desmembrando os 70 dias de percurso através da seguinte composição: Colônia até Castilhos (vinte e quatro dias); Castilhos até Rio Grande (dezesseis dias) e Rio Grande até Laguna (trinta dias).

Em partes, o conteúdo relacionado às terras do Sul presentes no informe de Francisco Ribeiro – “sargento-mor do exército português, serviu durante muitos anos na guarnição da Colônia do Sacramento”⁹¹ – traz semelhanças com relação aos temas tratados no documento de Domingos da Filgueira. Ele informa sobre os caminhos, tempos e distâncias existentes no empreendimento de deslocamento entre a Colônia do Sacramento e Laguna. Essa última localidade, inclusive, é até então a posse portuguesa mais próxima da praça militar localizada na banda oriental do Rio da Prata. Porém, destaca-se aqui o fato de Francisco Ribeiro ter realizado uma descrição da região para além da posse portuguesa, seja ao discorrer sobre “o arraial dos Castelhanos chamado S. João”⁹² ou a “aldeia de São Domingos Soriano, que não é da obediência dos Padres da Companhia, porque é de índios xanás”⁹³. A região – longe de ter sido exaustivamente explorada pelos portugueses – contava com a presença de parcelas da população indígena que transitavam pela região tais como missionários espanhóis, que há muito tempo a exploravam – ainda que não integralmente.

A partir desses documentos, é possível ter o panorama de que, mesmo antes da investida e tomada espanhola da Colônia do Sacramento em 1705, estava posta a problemática do empreendimento português nas margens do Rio da Prata, pautado na lacuna da exploração e, mais importante, instalação portuguesa na extensa área ao sul de Laguna – e, conseqüentemente, mais próxima da Colônia do Sacramento. Mesmo que a fundação e inserção portuguesa defronte a Buenos Aires tenham possibilitado a presença no Rio da Prata, os portugueses não estavam isentos dos eventuais problemas e dificuldades que estiveram postos na manutenção da Colônia do Sacramento. Não só se tinha a noção sobre as fragilidades de isolamento, mas também eram sugeridas eventuais maneiras de remediar a situação. Assim,

⁹¹ CESAR, *op. cit.*, p. 61.

⁹² RIBEIRO, *op. cit. apud* CESAR, *op. cit.*, p. 64.

⁹³ *Ibid.*, p. 64.

ganhavam fôlego as propostas de novas fundações e fortificações, as quais facilitariam a manutenção do domínio português na Banda Oriental e o desenvolvimento desse projeto para maior área. Tais ações foram materializadas apenas três décadas depois, através da fundação de Rio Grande de São Pedro (1737), a qual acabou por “criar uma área de trânsito luso-brasileiro na Banda Oriental”⁹⁴.

De qualquer forma, tratado aqui como um período de “reconhecimento de terreno”, o destaque desse primeiro momento da presença portuguesa na Colônia do Sacramento entre os anos de 1680 e 1705 esteve atrelado à captação de informações e conhecimentos acerca da região. Isso foi crucial para a construção da colonização portuguesa nos limites meridionais. Se durante o século XVII houve o esforço para consolidação gradual da presença lusa cada vez mais ao sul, as necessidades impostas a partir da década de 1680 eram novas. A manutenção da Colônia do Sacramento era acompanhada pelo anseio de explorar a Banda Oriental em maiores proporções, desejo que foi desenvolvido durante a primeira metade do século XVIII.

Na primeira metade do século XVIII, foi quando, desde São Paulo, por terra, e do Rio de Janeiro, por mar, incorporaram-se os territórios situados ao Sul de São Vicente até o rio da Prata. Desde o Rio fundou-se Sacramento, e devido ao equilíbrio das forças na região, na disputa pelo controle dos rebanhos, fundou-se o forte de Rio Grande, com suas guardas avançadas no Chuí e em São Miguel. Estas visavam a garantia e o controle da região de Castilhos, que era pródiga em rebanhos. Desde São Paulo, o avanço para o sul deu-se por terra, resultando na fundação de Laguna, na abertura de estradas conectando o Rio da Prata com as povoações do Brasil. A abertura da estrada de Viamão - Curitiba, fez com que os principais homens de negócio e autoridades de Laguna direcionassem suas atenções para Viamão. A fundação de Rio Grande e das guardas adjacentes representou um ponto de coincidência de interesses entre as duas frentes de expansão para o sul.⁹⁵

Em 1705, a Colônia do Sacramento passa para o domínio temporário espanhol. O abalo da soberania portuguesa foi constatado através de uma nova ofensiva espanhola direcionada para a praça⁹⁶. Quando da investida espanhola em 1705, o território teria sido inacessível pelos portugueses até a metade da década de 1710. O

⁹⁴ PRADO, *op. cit.*, p. 54.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 189-190.

⁹⁶ “Em 1704, o governador de Buenos Aires, dom Afonso Valdpes Inclán, recrutou suas tropas regulares, auxiliadas por mais 4.000 índios aldeados e, em outubro, estabeleceu um cerco em torno da fortaleza, que pretendia levar seus moradores à fome e à rendição. Os ataques de artilharia foram intermitentes, até que, em março de 1705, o governador Sebastião Veiga Cabral abandonou a fortaleza, levando as tropas portuguesas ali aquarteladas, os moradores civis, além das armas e munições que conseguiu embarcar na esquadra que foi enviada para resgatá-los.”. FURTADO, J. F.. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul. 2011, p. 69.

regime conhecido como “grande pausa”⁹⁷ do domínio português foi quebrado apenas quando da resolução acordada através do Tratado de Utrecht (1713-1715). A partir do acordo diplomático, é assinalado que a Colônia do Sacramento seria devolvida aos portugueses. É notável o grande desenvolvimento após reocupação portuguesa da Colônia, sendo comumente identificado por duas fases: 1716-1737 e o período posterior a 1737. Com relação aos dois momentos, compreende-se que

A presença lusitana na Banda Oriental, originada desde o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII, é marcada por duas fases distintas. **A primeira, entre 1716 e 1737, foi o momento em que se reocupou a Colônia do Sacramento e a partir dela se expandiu um entorno agrícola com uma produção agrária bastante diversificada, ao mesmo tempo em que os luso-brasileiros da Colônia exploravam os bovinos da Banda Oriental, mais além do entorno da Colônia.** Esse momento marcou também as tentativas frustradas de fundação e ocupação de Montevideu por parte dos portugueses. Todos esses esforços provinham do Rio de Janeiro, principal cidade relacionada à Colônia no mundo luso-atlântico no período. **A segunda fase, que é caracterizada pela perda do entorno agrícola da Colônia do Sacramento a partir de 1737, é marcada pela manutenção da Colônia enquanto um porto comercial,** pela fundação de Rio Grande e a subsequente fundação do forte de São Miguel e da guarda do Chui, buscando garantir o acesso aos rebanhos e à região de Castilhos.⁹⁸

Sendo assim, o panorama traçado demonstra os distintos momentos da disputa de interesses entre os ibéricos acerca da Colônia do Sacramento. É evidente que os conflitos foram travados pelas questões relativas ao acesso do Rio da Prata e intensificados em consequência do jogo de interesses entre Portugal e Espanha em solo europeu. Distanciada das outras posses lusas na América, a Colônia do Sacramento foi alvo das investidas espanholas vinculadas à Buenos Aires. A manutenção da disputa foi evidenciada mesmo após o consenso diplomático expresso no Tratado Provisional (1681) e Tratado de Utrecht (1715). Diferente do primeiro, o período após a assinatura do segundo tratado possibilitou maior desenvolvimento da Colônia nas mãos portuguesas. Porém, a ocupação portuguesa foi perturbada duas décadas depois. O cerco espanhol durante os anos de 1735 e 1737 não foi capaz de quebrar o domínio português. Todavia, foi uma demonstração de que a soberania portuguesa naquele território não era inabalável. Sendo assim, a Colônia do Sacramento ainda era um ponto frágil do domínio colonial português durante a primeira metade do século XVIII.

⁹⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero. A presença portuguesa no Rio da Prata (1678-1777): como foi vista e explicada por Luís Ferrand de Almeida. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, n.º 43, 2012, p. 137.

⁹⁸ PRADO, *op. cit.*, p. 48, grifo nosso.

2.3. A COLÔNIA DO SACRAMENTO E A REGIÃO PLATINA NA CONSTRUÇÃO CARTOGRÁFICA DE DIOGO SOARES

A produção cartográfica referente à América Meridional foi amplamente desenvolvida desde o início da colonização ibérica. Especificamente sobre a região platina, o desenvolvimento do conhecimento cartográfico e geográfico acompanhou as primeiras expedições europeias de reconhecimento de território⁹⁹. Desse modo, tanto Portugal quanto Espanha desenvolveram empreendimentos que estiveram relacionados ao interesse de exploração do novo espaço em conquista.

Sendo frutos do contato – direto ou indireto – com o território, a produção de conhecimento geográfico dos jesuítas exerceu grande contribuição para as expansões territoriais empreendidas pelas diversas coroas europeias que possuíam interesses na América. Assim, a produção cartográfica jesuíta cumpriu um papel de auxílio efetivo na expansão colonizadora dentro dos territórios da América, através da compilação de “conhecimento de primeira mão”¹⁰⁰, tornando a atuação jesuítica crucial para a exploração das posses coloniais ibéricas.

A produção cartográfica anterior à desenvolvida por Diogo Soares possibilita a compreensão dos pontos que estavam postos sobre a bacia platina, uma região que permaneceu sendo explorada e disputada durante o século XVIII. Tais produções demonstram como o conhecimento geográfico era produzido até então. São pontos fulcrais entender como o espaço platino passou a ser representado após a fundação da Colônia do Sacramento – vista neste trabalho como um marco que modificou e intensificou dinâmicas existentes entre as coroas ibéricas nos limites meridionais da América do Sul – e observar como as populações indígenas estiveram indicadas nos diferentes mapas frente aos diversos interesses. A análise não reside na comparação em sentido de verificar como os mapas teriam “avançado” de um século para outro na busca por uma proximidade com os conhecimentos atuais ou a “exatidão” das informações. Longe disso, verificar a produção cartográfica anterior está associada à busca em entender os interesses presentes, os fomentos à produção e as resistências enfrentadas.

⁹⁹ BONATO, Tiago. **Articulando escalas**: cartografia e conhecimento geográfico da Bacia Platina (1515-1628). Tese (Doutorado em História). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2008.

¹⁰⁰ ALTIC, *op. cit.*.

[...] há uma distância considerável entre o espaço real, vivido ou projetado mentalmente, e aquele que termina registrado na forma textual, cartográfica ou iconográfica. São registros. Mas são também, esquecimento. Novamente, se lida com fragmentos de uma espacialidade passada, mais distante ainda quando, quem a descreve, em muitos casos não a viveu. O autor da descrição recorta a realidade descrita através de seleções, conscientes ou inconscientes, fracionando o objeto de seu registro. E a espacialidade que dele acessamos é sempre um quebra-cabeça incompleto.¹⁰¹

Em termos gerais, o tratamento com os mapas neste trabalho é voltado para uma análise social e contextual, abordando não só sobre a materialidade e conteúdo do mapa, mas também sobre o seu contexto, os sujeitos sociais envolvidos, as funções representativas e construções de espaços. Verificam-se os mapas como sendo artefatos sociais, unindo elementos técnicos e assuntos geográficos, figuradamente construídos. Sendo assim, é alcançada uma análise que almeja as questões sociais e culturais, desprendendo-se do rigor técnico de produção como excludente desses outros aspectos. Desse modo, a análise não está centrada na exatidão geográfica do mapa – ou seja, se ele apresenta um caráter exato a partir dos conhecimentos tidos atualmente –, mas, na verdade, no processo de produzir mapas, as interações, interesses, grupos e conhecimentos envolvidos¹⁰².

Em virtude do desenvolvimento das missões na região platina, os espanhóis – principalmente jesuítas – desenvolveram diversas produções cartográficas acerca do território. Na busca por entender como as produções de Diogo Soares teriam traduzido um espaço geográfico de memória missionária espanhola, é necessário entender como a região platina era produzida cartograficamente pelos interesses espanhóis. Dentre os mapas espanhóis produzidos após a fundação da Colônia do Sacramento, destacam-se aqueles que estão relacionados à autoria de Juan Ramón Koenig e Juan Francisco Dávila. As produções cartográficas de Koenig e Dávila, ambos jesuítas vinculados ao projeto espanhol na América, estiveram associadas ao interesse da coroa projetado para a região platina no último quartel do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, respectivamente. Sendo assim, esses mapas contribuem para o entendimento do impacto que as disputas ibéricas tiveram na cartografia de seus respectivos agentes, tais quais os interesses que foram grafados ou não, indicados ou ocultados nos mapas.

¹⁰¹ BARCELOS, *op. cit.*, p. 20.

¹⁰² Cf. HARLEY, John Brian. The Evaluation of Early Maps: Towards a Methodology. Liverpool: **Imago Mundi**, Vol. 22, 1968. EDNEY, Matthew. Teoria e História da Cartografia. **Espaço e Cultura**, [S.l.], p. 209-220, jun. 2016. ISSN 2317-4161. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/31761>>. DYM, Jordana; OFFEN, Karl. **Mapping Latin America**: a cartographer reader. Chicago: Chicago Press, 2011.

De fato, é encontrada uma extensa quantidade de mapas ao navegar pelos acervos *online* em busca de produções sobre a região platina e, especialmente, o estuário da Prata durante os séculos XVII e XVIII. Porém, dois mapas chamam a atenção de imediato. Ambos em espanhol, produzidos no ano de 1683. Ao direcionar o olhar para os títulos dos mapas, verifica-se a autoria do mesmo “D. Juan Ramon”, caracterizado nos títulos das produções como “D.or D. Juan Ramon, Doctor en Theologia. Capellan de Su Magestad en su R. Capilla de Lima. Cathedratico de Mathematicas de la Real Unibersidad y Cosmographo Mayor del Reyno del Peru” e “D. Juan Ramon, Capellan Real del Palacio de Lima, D.or en sagrada theologia, Cathedratico de Mathematicas en la R. Unibersidad y Cosmographo mayor del Reyno del Peru”. A caracterização do autor do mapa expressa no título demonstra que D. Juan Ramon atuava em um papel oficial como cosmógrafo maior do Reino do Peru.

Através de uma busca maior, entende-se que “D. Juan Ramon” – como fora assinado nos mapas – trata-se de Juan Ramón Koenig¹⁰³. Em sua trajetória, o jesuíta flamengo se direcionou para o Peru em 1647, tendo atuado como professor de cosmografia no Colégio de São Marcos, em Lima, e passado a ocupar o cargo de cosmógrafo real a partir de 1677¹⁰⁴. Dentre as produções como cosmógrafo régio, destacam-se dois importantes mapas, sendo um do Vice-Reinado do Peru (figura 4) e outro do estuário da Prata (figura 5).

¹⁰³ Por vezes, pode aparecer como Juan Ramón Connick.

¹⁰⁴ ALTIC, *op. cit.*, p. 139-143.

Figura 4. Carta geográfica de las Provincias de la Gobernación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay. Con parte de las confinantes, Chile, Perú, Sancta Cruz, y Brasil (1683) de Juan Ramon Koenig¹⁰⁵.



¹⁰⁵ KOENIG, Juan Ramón. **Carta Geográfica de las Prouincias de la Gouernación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay. Con parte de las confinantes, Chile, Perú, Sancta Cruz, y Brasil.** Delineada por el Doctor D. Juan Ramón, Doctor en Theología, Capellán de Su Magestad en Su Real Capilla de Lima, Cathedrático de Mathematicas de la Real Vniuersidad, y Cosmógrafo Mayor del Reyno del Perú. Año de 1683. Archivo General de Indias, MP-BUENOS_AIRES,29, ES.41091.AGI//MP-BUENOS_AIRES,29. Disponible en: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/16807> .

Figura 5. *Delyneacyón de la boca del Río de la Plata, Uruayig, y Río Negro* (1683) de Juan Ramon Koenig¹⁰⁶.



¹⁰⁶ KOENIG, Juan Ramón. *Delyneacyón de la boca del Río de la Plata, Uruguay y Río Negro*. Por el Dr. D. Juan Ramón, Capellán del Real Palacio de Lima, Dor. en Sagrada Teología. Catedrático de Mathematicas en la RI Unibersidad y Cosmógrafo mayor del Reyno del Perú. Año de M.DC.LXXX.III. 1683. Archivo General de Indias, MP-BUENOS_AIRES,30, ES.41091.AGI//MP-BUENOS_AIRES,30. Disponible en: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/16808> .

É evidente que o processo de produção cartográfica de Koenig tenha sido desenvolvido a favor dos interesses da coroa espanhola – o que se assemelha com aquilo que verificamos na produção de Diogo Soares ao produzir mapas assinados como de Geógrafo Real atrelado à coroa portuguesa. Com relação ao mapa do Vice-Reinado do Peru, é visível a apresentação do projeto de colonização espanhola desenvolvido na região, seja através dos pontos de povoação espanhola como “S.ta Lucia”, “Las Corrientes”, “Asumpcion”, “Xerez”, “Villa Rica” ou das diversas “Reduccion de la Compañia de Jesus” nas margens do “Rio Parana” e “Rio Uruguay”, tal qual as representações de “Itatin”, “Guayrá” e “El Tape”. Ademais, são apresentados os interesses em disputa entre as coroas ibéricas sobre os limites meridionais, através da presença da “Linea de la Demarcacion”, separando o território espanhol e português com a representação brasões de ambas coroas (figura 6), e a indicação da recém-fundada Colônia do Sacramento como “Poblacion del Portugues” (figura 7).

Figura 6. Detalhe dos brasões de Espanha e Portugal no mapa *Carta geográfica de las Provincias de la Governación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay. Con parte de las confinantes, Chile, Perú, Sancta Cruz, y Brasil* (1683) de Juan Ramon Koenig¹⁰⁷.



¹⁰⁷ Recorte do mapa. Sobre o original: KOENIG, Juan Ramón. **Carta Geográfica** [...]. 1683. Archivo General de Indias, MP-BUENOS_AIRES,29, ES.41091.AGI//MP-BUENOS_AIRES,29. Disponível em: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/16807> .

Figura 7. Detalhe do mapa *Carta geográfica de las Provincias de la Gobernación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay. Con parte de las confinantes, Chile, Perú, Sancta Cruz, y Brasil* (1683) de Juan Ramon Koenig¹⁰⁸.



Os dois mapas de Koenig são datados de 1683. A Colônia do Sacramento havia sido devolvida aos portugueses após a assinatura do Tratado Provisional (1681). A posse portuguesa é representada por Koenig nos dois mapas. Porém, em especial na *Carta Geográfica*, por mais que a Colônia do Sacramento seja representada como “Poblacion del Portugues” – indicando o contexto das disputas ibéricas frente à posse deste território na banda oriental do Prata –, Koenig expressa que a materialização do projeto português no Prata estava além dos limites designados para a ocupação lusa. Mesmo sendo ausentes as escalas de longitude, nota-se que a “Poblacion del Portugues” é representada na mesma linha vertical que a cidade espanhola de “Asumpcion” e, consideravelmente, à oeste de “Xerez”.

Ao contrário do mapa da *Carta Geográfica*, o mapa intitulado *Delyneacyón de la boca del Río de la Plata, Uruayig, y Río Negro* não apresenta linha de demarcação entre os limites ibéricos – notavelmente atrelado ao pensamento de que toda a região do Prata representada no mapa pertencia aos espanhóis. Assim como na *Carta geográfica*, Koenig insere o brasão real espanhol no *Delyneacyón*. O brasão pode expressar duas noções: a concepção espanhola de que a região do

¹⁰⁸ Recorte do mapa. Sobre o original: KOENIG, Juan Ramón. **Carta Geográfica** [...]. 1683. Archivo General de Indias, MP-BUENOS_AIRES,29, ES.41091.AGI//MP-BUENOS_AIRES,29. Disponível em: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/16807> .

estuário platino pertencesse ao seu domínio e/ou a demonstração de que a produção em questão estava vinculada aos interesses da coroa espanhola.

Diferente daquilo que havia sido assinalado na *Carta geográfica* – no qual a Colônia do Sacramento aparece como “Poblacion del Portugues” –, a Colônia do Sacramento é indicada como “poblacion nueva del Sacramento hecha por los portugueses” no mapa da *Delyneacyón*, demonstrando o vínculo português na fundação deste local e deixando em aberto o direito de posse deste território.

O mapa de Koenig do estuário platino ainda traz algumas indicações referentes à navegabilidade do Rio da Prata, representando os bancos de areia “El banco de ortiz” e “Baxo del ingles” – comumente inseridos na cartografia da região – e duas rotas de acesso até Buenos Aires. As rotas enfatizam a necessidade de desvio dos bancos de areia para a navegabilidade. Tais representações devem ser associadas ao conhecimento de que diversos navegantes tiveram dificuldades relacionadas ao acesso do estuário, visto que a pouca profundidade e, conseqüentemente, a existência de bancos de areia extensos impactavam a navegação pelas águas do estuário¹⁰⁹.

Dentre os pontos comuns, os dois mapas de Koenig demonstram a fragilidade da ocupação ibérica na área da Banda Oriental quando comparada com o resto das faixas territoriais. Principalmente no tocante ao mapa do Peru, a região supracitada é preenchida com representações topográficas de relevo montanhoso e indicações atreladas aos indígenas, apontando a presença de “Charyas” (Charruas) – entre o Rio Negro e ao litoral próximo à Castilhos – e “El Tape”.

Cerca de quatro décadas após a produção dos mapas de Koenig, Juan Francisco Dávila produziu um mapa da Província Paraguaia que recebe grande destaque. Em virtude da extensa quantidade de informações presentes nessa produção cartográfica, que teria demorado quase uma década para ser produzida, o mapa de Dávila recebeu algumas edições e novas impressões durante grande parte do século XVIII¹¹⁰. Sobre o cartógrafo e o mapa em questão, sabe-se que

[...] Juan Francisco Dávila, natural de Buenos Aires, iniciou sua campanha cartográfica de mapeamento de toda a província. Não sabemos muito sobre esse importante cartógrafo jesuíta. De acordo com relatos jesuítas, Dávila passou cerca de dez anos criando esse precioso trabalho cartográfico. Após mais uma década de reconhecimento, munido de informações fornecidas por

¹⁰⁹ POSSAMAI, *op. cit.* 2023.

¹¹⁰ Sendo o mapa de Dávila de 1722 - por mais que impresso em 1726 -, serviu como base de diversos outros mapas como: Christoph Dietell (1726), Dávila-Machoni (1732) – reimpresso em Veneza em 1760 –, Jean- Baptiste Bourguignon d’Anville (1733) e José Cardiel (1771). Cf. ALTIC, *op. cit.*, p. 178-193.

seus irmãos em várias missões, Dávila concluiu seu mapa manuscrito da Província do Paraguai em 1722. A tarefa de compilar esse mapa foi confiada a Dávila por seus superiores, o que significa que ele era reconhecido como especialista nesse tipo de empreendimento. Em 1722, Dávila enviou uma carta a Antonio Garriga informando-o de que havia terminado o mapa de toda a província, cuja cópia enviou ao Procurador-Geral da ordem jesuíta, Jerónimo de Herrán. Embora sua carta explique que o mapa foi criado a pedido das autoridades provinciais, porque o Superior Geral precisava saber as distâncias entre os estabelecimentos jesuíticos para organizar um abastecimento e transporte de pessoal mais eficazes, seu conteúdo revela outros motivos mais políticos. Quando Herrán partiu para Roma em 1725, levou o mapa de Dávila com ele, e foi lá que o mapa foi impresso em 1726. Embora o mapa seja extremamente raro e hoje seja considerado praticamente impossível de se obter virtualmente, graças ao testemunho de Joaquín Camaño, que em 1785 viu o mapa original, sabemos que o mapa de Dávila foi dedicado ao Superior Geral, Michelangelo Tamburini (1648-1730), e impresso em 1726.¹¹¹

Embora, como apresentado no trecho anterior, a historiadora Mirela Altic não tenha encontrado virtualmente o mapa de Dávila, consegue-se localizar um mapa, através do acervo digital da Biblioteca Nacional da França na Gallica, que segue a descrição do original apontado pela historiadora: um mapa concluído em 1722, com dedicatória a Michelangelo Tamburini e impresso em 1726. Além disso, tem-se uma versão *facsimile* na produção de Guillermo Furlong¹¹².

De modo geral, o mapa de Dávila (figura 8) recebeu grande destaque pela quantidade volumosa de informações, incluindo aquelas vinculadas à atuação da Companhia de Jesus na América. Isso teria feito com que o mapa circulasse com grande proeminência e recebesse grande prestígio no âmbito interno da Ordem¹¹³.

¹¹¹ “[...] Juan Francisco Dávila, a native of Buenos Aires, started his cartographic campaign of mapping the whole province. We do not know enough about this important Jesuit cartographer. According to Jesuit accounts, Dávila spent about ten years creating this precious cartographic work. After another decade of reconnaissance, armed with information supplied by his brothers in various missions, Dávila completed his manuscript map of the Province of Paraguay in 1722. The task of compiling this map was entrusted to Dávila by his superiors, which means he was recognized as a specialist in this type of endeavor. In 1722 Dávila sent a letter to Antonio Garriga informing him that he had finished the map of the whole province, a copy of which he sent to the Procurator General of the Jesuit order, Jerónimo de Herrán. Although his letter explains that the map was created at the request of provincial authorities, because the Superior General needed to know the distances between the Jesuit establishments in order to arrange more effective supply and transportation of personnel, its content reveals other, more political motives. When Herrán left for Rome in 1725, he took Dávila’s map with him, and it was there that the map was printed in 1726. Although the map is astoundingly rare and today is considered virtually unobtainable, thanks to the testimony of Joaquín Camaño, who in 1785 saw the actual map, we know that Dávila’s map was dedicated to the Superior General, Michelangelo Tamburini (1648– 1730), and printed in 1726.”. ALTIC, *op. cit.*, p. 183-184, tradução nossa.

¹¹² DÁVILA, Juan. *Paraguariae Provinciae Soc. Iesu cum Adjacenti novíssima descriptio/ Post iterata peregrinationes, & plures observationes Patrum Missionarum eiusdem Soc. Tum huius Provinciae, cum & Peruanæ accuratissime delineata. 1722. (facsimile)*. In: FURLONG, Guillermo. **Cartografia Jesuítica del Río de la Plata**. Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1936. Lâmina VIII, n. 18 do Catálogo, p. 44 do texto.

¹¹³ XAVIER, Newton da Rocha. **No solo regado a sangue e suor: a cartografia da Província Jesuítica do Paraguai (século XVIII)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 61.

Figura 8. *Paraquariae provinciae Soc. Iesu cum adjacenti. novissima descriptio post iteratas peregrinationes, et plures observationes Patrum Missionariorum ejusdem soc. tum hujus Provinciae, cum et Peruanæ / accuratissime delineata (1722/1726)* de Juan Francisco Dávila¹¹⁴.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

¹¹⁴ DÁVILA, Juan Francisco. *Paraquariae provinciae Soc. Iesu cum adjacenti. novissima descriptio post iteratas peregrinationes, et plures observationes Patrum Missionariorum ejusdem soc. tum hujus Provinciae, cum et Peruanæ / accuratissime delineata. Anno 1722.* 1722. Bibliothèque Nationale de France, département Cartes et plans, GE DD-2987 (9446 B). Disponible en: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530530949/f1.item.zoom#>.

A produção cartográfica de Dávila é uma peça crucial para o entendimento do contexto de disputa ibérica com relação aos limites meridionais. Marcado por escalas de latitude e longitude, o mapa de 1722 conta com a representação da “Colonna del Sacramento” defronte à “C. dela S. S. Trinidad P. de B. Ayres” (cidade de Buenos Aires). É evidente que o mapa de Dávila não esteve diretamente ligado à contratação da coroa espanhola. A produção cartográfica foi solicitada pelos superiores da Ordem e, inclusive, dedicada ao Superior Geral da época – Michelangelo Tamburini. Porém, entende-se que a origem portenha de Dávila possa ter influenciado a concepção do jesuíta acerca da região, frente ao histórico de disputas envolvendo as coroas ibéricas.

Quando da confecção do mapa em 1722, a Colônia do Sacramento já havia retornado para o domínio português, em decorrência das negociações pactuadas em Utrecht (1715). Porém, não há nenhuma informação acerca do tema no mapa de Dávila. Ao contrário, pode ser vista uma representação tímida da “Colonna del Sacramento” (Colônia do Sacramento) frente à grandeza da “C. dela S. S. Trinidad P. de B. Ayres” (Buenos Aires) (figura 9).

Figura 9. Detalhe da Colônia do Sacramento e Buenos Aires no mapa *Paraquariae provinciae Soc. Iesu cum adjacenti. novissima descriptio post iteratas peregrinationes, et plures observationes Patrum Missionariorum ejusdem soc. tum hujus Provinciae, cum et Peruvanae / accuratissime delineata* (1722/1726) de Juan Francisco Dávila¹¹⁵.



¹¹⁵ Recorte do mapa. Sobre o original: DÁVILA, Juan Francisco. *Paraquariae provinciae* [...]. 1722. Bibliothèque Nationale de France, département Cartes et plans, GE DD-2987 (9446 B). Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530530949/f1.item.zoom#>.

De modo geral, a região entre o rio Uruguai e a costa atlântica é pouco preenchida no mapa de Dávila (figura 10). A representação dos rios é acompanhada pela ausência dos topônimos para indicá-los. O espaço é preenchido através da ampla representação iconográfica de serros e vegetação. As ausências demonstram como a região era tão pouco conhecida quanto explorada. O mesmo não acontece em regiões de maior presença espanhola. Um dos maiores destaques do mapa de Dávila sobre a região platina é percebido através da representação das missões jesuíticas nos rios Uruguai e Paraná (figura 11). Dentre elas, estão presentes¹¹⁶: “Yapeyu”, “Cruz”, “S. Thome”, “Homa”, “Ytati”, “S. Ygn.º”, “N. S. de Fe”, “S. Rosa”, “S. Tiago”, “Fhs”, “Corpus”, “SS, Trinid.”, “S. Ygnação”, “Ytapua”, “Loreto”, “S. Ana”, “S. Cosme”, “S. Carlos”, “S. Joseph”, “S. Apost.”, “Concep.ª”, “S. S. Martyr”, “S. M.ª”, “S. Xau”, “S. Nicolas”, “S. Luis”, “S. Lourenco”, “S. Migl”, “S. Juan” e “S. Angel”.

¹¹⁶ Escolheu-se listar apenas aquelas missões que possuem a mesma representação simbólica de um círculo com um ponto no meio e acompanhado de uma cruz. No mapa de Dávila, ainda existem outras missões que possuem simbologia semelhante com a ausência do ponto no meio do círculo, sendo elas: “S. Lucia”, “S. Tiag. Sanches” e “S. Borja”. Cf. DÁVILA, Juan Francisco. **Paraquariae provinciae Soc. Iesu cum adjacenti. novissima descriptio post iteratas per egrinationes, et plures observationes Patrum Missionariorum ejusdem soc. tum hujus Provinciae, cum et Peruanæ / accuratissime delineata. Anno 1722.** Bibliothèque Nationale de France, département Cartes et plans, GE DD-2987 (9446 B). Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530530949/f1.item.zoom#>.

A preocupação referente aos limites na região da Colônia do Sacramento parece sempre presente no panorama luso de disputa acerca do território na América durante o primeiro quartel do século XVIII. Mesmo no final da década em que o Tratado de Utrecht foi assinado, a resolução sobre os ditos limites ainda permanecia distante. O entendimento português era de que os castelhanos desviavam o cumprimento e cometiam infração daquilo que tinha sido estipulado no artigo sexto¹²⁰. Em 1719, D. Luiz da Cunha enviava uma carta para Diogo de Mendonça Côrte-Real, Secretário de Estado, na qual expressa a importância e necessidade de um mapa da região da Colônia e seus limites. Nas palavras de D. Luiz da Cunha, “q.^{to} ao territorio da Colonia do Sacram.^{to}, seria muy conveniente q se me mandasse hu mappa especial daquelle Pais, se he q o ha, declarando quais são os limites q S. Mag.^{de} dezeja; porq pedimos hum Territorio sem recorrer áquella antiga e chimerica demarcação sobre q houve tanta disputa”¹²¹. Na correspondência, D. Luiz ainda indica como estava buscando coletar algum mapa entre os “PP. da Comp.^a” que possibilitasse uma base de conhecimento. Desse modo, o interesse de D. Luiz da Cunha no mapeamento e limites relacionados à Colônia do Sacramento em pleno ano de 1719 é acompanhado pela valorização da produção cartográfica dos “padres da companhia”, os quais eram vistos como possíveis produtores de conhecimento cartográfico daquela região, como figuras de credibilidade buscadas por D. Luiz da Cunha para fundamentar suas reflexões e representar o conhecimento através de mapas.

Em decorrência do histórico de litígios entre os ibéricos, a decisão de Diogo Soares de se dirigir à Colônia do Sacramento, no início da missão no Brasil, não é surpreendente. O mesmo é verificado quanto à produção da *Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata* (1731). A fragilidade deste posto instalado à distância da proteção portuguesa era de conhecimento. Desde a fundação, até grande parte da primeira metade do século XVIII, a defesa da praça foi uma questão sensível. Inicialmente, os muros da cidade eram de terra, a qual foi levantada, batida e amontoada¹²². Dentre os edifícios construídos estavam a casa do

¹²⁰Documento N.º XVIII. Instrução ao Conde de Tarouca, nomeado Primeiro Plenipotenciário ao Congresso de Cambrai, encarregando-o de defender os direitos portugueses ao Território e Colônia do Sacramento, 4 de setembro de 1720. (A. H. M. N. E. – Correspondência das Caixas, Legações Portuguesas, França, Avulsos, N.º 5, fls. 8v-12v.). In.: CORTESÃO, *op. cit.* 1951.

¹²¹ Documento N.º XXXV. Carta de D. Luiz da Cunha para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte-Real em que lhe pede um mapa especial do Território da Colônia do Sacramento com a declaração dos limites das soberanias das duas coroas. 15 de dezembro de 1719. (A.N.T.T. – Coleção de 60 vols. de Corresp.^a Diplomática, vol. 15, págs. inurs.). In: *Ibid.*, p. 189.

¹²² ALMEIDA, Luís Ferrand de. **A Colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha**. Tese (Doutorado). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, p. 53-54.

governador, espaço para mercadorias, igrejas, espaços da Companhia e espaços militares. A construção da fortaleza em si não foi finalizada, apresentando apenas dois baluartes do lado da terra e três cortinas (ligação entre os baluartes). É evidente que a defesa instalada não foi capaz de combater a ofensiva espanhola em 1680.

Em 1683, Duarte Teixeira Chaves, novo governador do Rio de Janeiro, moveu esforços para a reconstrução do território que voltava para as mãos lusas. Em decorrência da destruição por parte dos espanhóis, era necessário um novo projeto para fortificação da Colônia, do qual o capitão-engenheiro Filipe Lobo foi responsabilizado¹²³. Com a partida de Duarte Teixeira Chaves, o encarregado para governar a Colônia foi Cristóvão de Ornelas de Abreu¹²⁴. Os reparos dos edifícios da Colônia eram muito necessários, principalmente devido à utilização de material de pouca durabilidade que ainda era utilizado nas construções.

A Colônia do Sacramento foi associada a um presídio militar nos primeiros momentos da sua reestruturação após o Tratado Provisório (1681). A dificuldade de abastecimento advindo do Rio de Janeiro esteve acompanhada do abandono de homens que se dirigiram para instalações espanholas, seja Buenos Aires ou outras localidades da região platina¹²⁵. A Colônia do Sacramento manteve essa realidade até aproximadamente o final da década de 1680. A partir desse momento, inicia-se uma modificação em que foi dada maior ênfase ao projeto de colonização e povoamento da Colônia¹²⁶. Antes do final dessa década, tais aspectos não foram contemplados devido à própria estrutura militar e, conseqüentemente, de pouco contingente feminino, características que dificultaram um sentido de ocupação mais amplo do que aquele apenas atrelado ao caráter militar.

Em diferentes proporções, a necessidade de reconstrução ainda era apresentada nos finais do século XVII. Em 1699, Veiga Cabral expôs que a situação da Colônia era delicada¹²⁷. Por mais que se soubesse a necessidade de utilizar pedras nas construções – para que fossem mais resistentes e duráveis –, a ação ia de encontro com a determinação de que não poderiam ser feitas construções desse estilo.

¹²³ ALMEIDA, Luís, *op. cit.* 1973, p. 55-57.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 55-57.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 59.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 60.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 70-71.

A melhoria das fortificações com o uso de pedra e cal foi orientada apenas no início do século XVIII. Em decorrência do reconhecimento da Colônia do Sacramento como sendo posse portuguesa através do tratado luso-espanhol de 1701, a medida pareceu cabível e foi direcionada pelo governo português. Além das construções da Colônia do Sacramento que deveriam ser melhoradas com pedra e cal, “eram dadas instruções para levantar nova povoação e fortaleza em Montevideu, além de um pequeno forte em Maldonado”¹²⁸. Na prática, os empreendimentos foram dificultados pela baixa quantidade de pessoas e recursos. A escassez de contingente e a possibilidade de um ataque espanhol fizeram com que a empreitada não tenha alcançado as expectativas projetadas. Mais uma vez, a realidade em que a Colônia esteve inserida foi facilitadora aos interesses espanhóis. Com as ordens régias enviadas em 1704 para Buenos Aires, foi planejado e executado o ataque à posse portuguesa. Impossibilitados de realizar a defesa efetiva da praça, os portugueses abandonaram-a em 1705.

Mais uma vez, a praça portuguesa foi destruída pelos espanhóis. São conhecidos relatos de época que a caracterizam como irreconhecível após a invasão. Nesse contexto, os portugueses tiveram de enfrentar o abalo da sua soberania com relação à Colônia. Com o retorno da posse para a pertença portuguesa em 1715, enfrentou-se novamente a necessidade intensa de reconstrução das estruturas.

Após a devolução, a fortificação foi iniciada em 1723¹²⁹. Conhecendo a série de problemas permeados na realidade da Colônia do Sacramento, não é surpresa que a posse ainda necessitasse de reparos e edificações quando da estadia de Diogo Soares em 1731. A iminente preocupação com novos ataques espanhóis e o clima de tensão entre os limites do Prata estiveram inseridos ainda no segundo quartel do século XVIII. Na prestação de contas acerca da sua escolha e serviços referentes ao deslocamento para a Colônia do Sacramento, o padre jesuíta demonstra a preocupação acerca da defesa da dita Colônia. Se antes eram conhecidos os impedimentos para a construção de estruturas utilizando pedras e, em decorrência, a fragilidade e falta de durabilidade dos empreendimentos, agora era projetado pelo próprio Diogo Soares que “estas se transformarão em cazas de pedra e cal”¹³⁰.

¹²⁸ ALMEIDA, Luís, *op. cit.* 1973, p. 276-277.

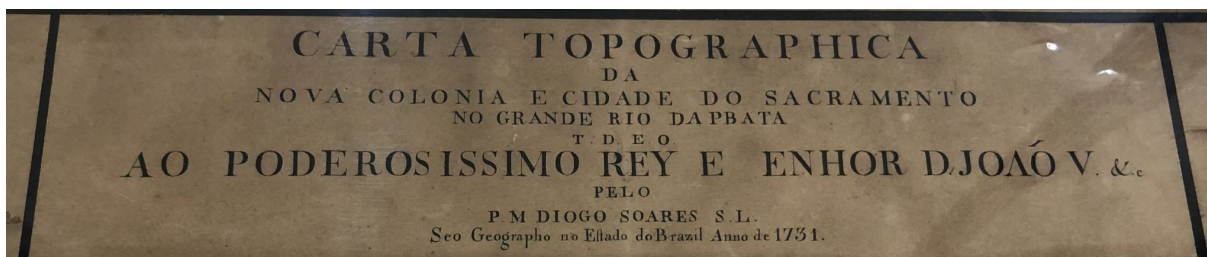
¹²⁹ ALTIC, *op. cit.*, p. 273-274.

¹³⁰ Documento N.º LIX. Carta do Padre da Companhia de Jesús Diogo Soares, dirigida ao Rei acerca das plantas que tirara da Colonia do Sacramento e em que relata a sua opinião sobre a fortificação daquela Praça. Colonia do Sacramento. 27 de Junho de 1731 (B. N. R. J. – Cons. Ultr. Verbetes de Castro de Almeida – n.º 7.623). In: CORTESÃO, *op. cit.* 1951, p. 275.

Levando tais aspectos em consideração, a produção de uma carta topográfica da Colônia do Sacramento revela o preparo e a preocupação militar inserida nas produções de Diogo Soares acerca da região. O amplo levantamento realizado pelo jesuíta português *in loco* possibilitou a produção desta carta, que inclui as principais instalações e defesas da cidade portuguesa.

O mapa carrega o título “Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata”. O cartucho destinado ao título (figura 12) ainda apresenta a dedicatória “Ao Poderosissimo Rey e [S]enhor D. Joao V”, a autoria do “P. M. Diogo Soares” – autocaracterizado como “Seo Geographo no Estado do Brazil” – e o “Anno de 1731”. As características inseridas neste cartucho demonstram como Diogo Soares visualizava a produção cartográfica em questão como pertencente ao projeto régio que estava encarregado de executar no Brasil.

Figura 12. Detalhe do cartucho de título da *Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento* (1731) de Diogo Soares¹³¹.



A grande parte central do mapa é destinada à representação do conteúdo topográfico da Colônia do Sacramento. É possível ver a Colônia do Sacramento de cima, topograficamente cartografada, com suas construções, fazendas e relevos (figura 13). Grande parte das estruturas inseridas na carta topográfica são indicadas por letras e nomeadas através da legenda posicionada na parte inferior do mapa (tabela 4). Além do conteúdo topográfico que ocupa grande espaço da parte central do mapa, o entorno é caracterizado pelos cartuchos de título e legenda, somados à presença segmentada de representações acerca de estruturas, ilhas e baías da região (listadas através da tabela 5).

¹³¹ Recorte do mapa. Sobre o original: SOARES, Diogo. **Carta Topographica [...]**. 1731. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 64/Número 1447. 83,5cm x 57 cm.

Figura 13. Detalhe da parte central da *Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento* (1731) de Diogo Soares¹³².



Tabela 4. Itens inseridos na legenda da *Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento*¹³³.

Itens presentes na legenda do mapa
A - "Fortaleza"
B - "Matriz"
C - "Palacio do Governador"
D - "Coll.o da Comp.a"
E - "Bat ^a e Capella de S. Pedro"
F - "Capella e Rua de S.ta Rita"
G - "Armazem da Polvora"
H - "Quarteis d' Infanteria"
I - "Quarteis d' Cavallaria"

¹³² Recorte do mapa. Sobre o original: SOARES, Diogo. **Carta Topographica [...]**. 1731. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 64/Número 1447. 83,5cm x 57 cm.

¹³³ Tabela elaborada pelo autor com base no levantamento de dados no mapa. SOARES, Diogo. **Carta Topographica [...]**. 1731. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 64/Número 1447. 83,5cm x 57 cm.

L - "Porto do Coll.o"
M - "Cap.la de N. S.ra da Conceição"
N - "Alfandega e Trem"
O - "Xacara do Governador"
P - "Xacara do Vigario"
Q - "Xacara d' Souza"
R - "Xacara do Gentilhomem"
S - "Xacara de Mascarenhas"
T - "Olaria"
V - "Xacara de Mathias"
X - "Xacara de Roiz"
Z - "Xacara de Gramacho"
Y - "Xacara de Ribeiro"
K - "Xacara do Dias"
a - "Xacara de Araujo"
b - "Cortadura Velha"
c - "Atafonas"
d - "Achica"
e - "Moinho de Vento"
f - "Forno de Cal"
g - "Curral"
h - "Xacara do Pereira"

Tabela 5. Conteúdo grafado nos cartuchos ao redor da *Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento* (1731) de Diogo Soares¹³⁴.

Indicações no entorno do mapa
"Perspecto da Nova Colonia do Sacramento"
"Matriz"
"Alfandega e Trem"
"Ilha de S. Gabriel" "Ilhote do Sul" "Ilhote do N."
"Ilha de S. Gabriel"
"I. 3. ^a de S. Gabriel" "I. 4. ^a "
"Ilha de S. Gabriel" "I. 2. ^a " "I. 1. ^a "
"I. dos Fornos"
"Fortaleza do Sacram. ^{to} "
"Palacio do Governador"
"Coll. ^o da Comp. ^a de Jesus"
"Cazas do Secretario"
"Bahia de Monte Vidio" "Arroyo dos Migueletes" "B. da Panela" "B. da Pipa" "As Carretas" "I. das Flores"
"Bahia e Ilha de Maldonado" "Morros de Arreya"
"I. dos Lobos. Leste Oeste"
"I. dos Lobos Norte e Sul"

¹³⁴ Tabela elaborada pelo autor com base no levantamento de dados do mapa. SOARES, Diogo. **Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata T. D. E.. O. Ao Poderosissimo Rey e [S]enhor D. João V Pelo P. M. Diogo Soares S. L. Seo Geographo no Estado do Brazil. Anno de 1731.** 1731. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 64/Número 1447. 83,5cm x 57 cm.

Figura 14. Demonstração da divisão existente na *Carta Topographica da Nova Colonia e e Cidade do Sacramento* (1731) de Diogo Soares¹³⁵.

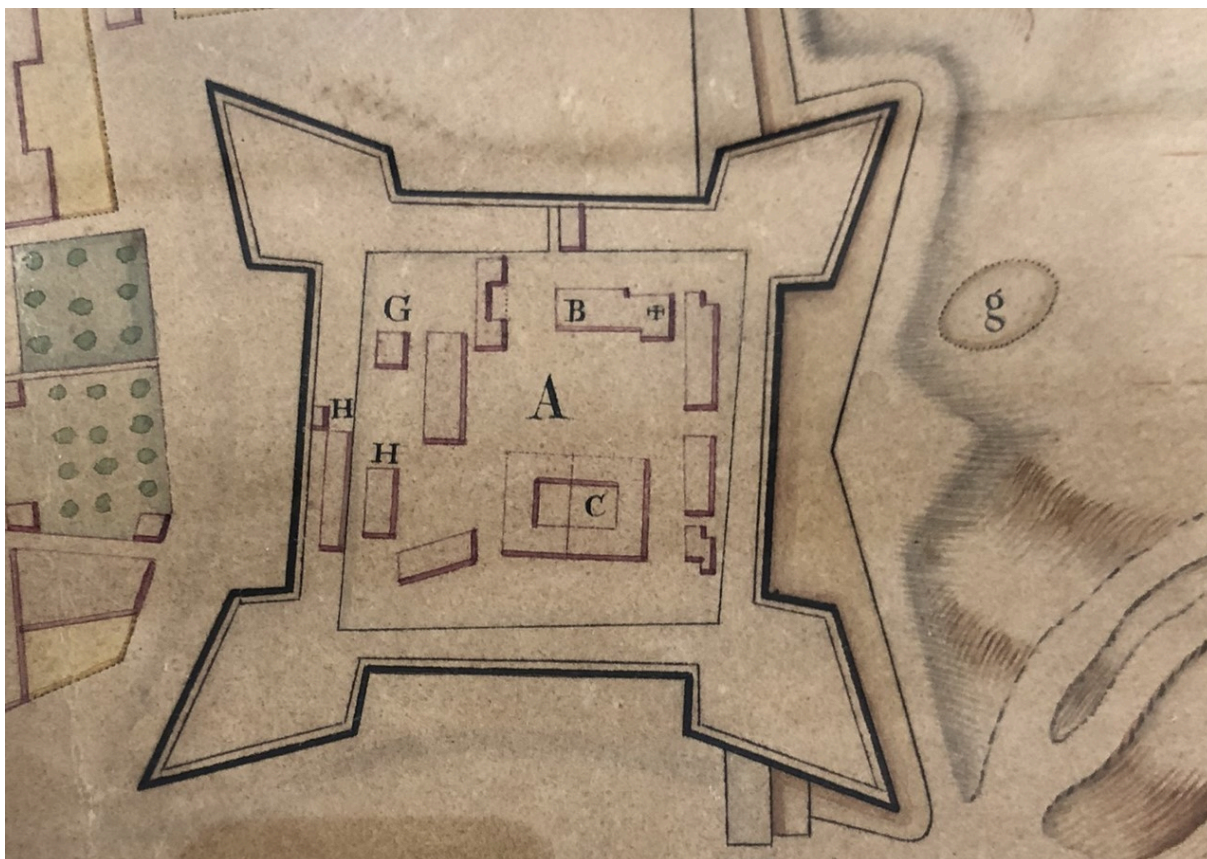


Dentro da estrutura da fortaleza (A), estão inseridas a matriz (B), o palácio do Governador (C), o armazém de pólvora (G) e os quartéis de infantaria (H) (figura 15). Em proximidade, porém externos à estrutura da fortaleza, ainda são apresentados o “Coll.º da Comp.ª” (D), a “Capella e Rua de S.^{ta} Rita” (F), o “Curral” (g), o “Porto do Coll.º” (L) e a “Alfândega e Trem” (N). Em distância do entorno da fortaleza, são apresentadas as doze (12) “xacaras” e suas respectivas propriedades. De modo semelhante, são marcadas no mapa as propriedades dos “Cazaes do Norte” e “Cazaes do Sul” na carta (figura 16), por mais que essas não apareçam na legenda – fato que é provavelmente atrelado à escolha de não representá-las através de letra

¹³⁵ A imagem editada com linhas vermelhas busca demonstrar como há uma divisão no conteúdo do mapa de Diogo Soares. No retângulo menor gerado por nós para demonstrar a divisão no conteúdo, está inserida a representação topográfica da Colônia do Sacramento. Na área externa ao retângulo menor, formando uma espécie de moldura, estão os cartuchos de título, legenda e outros dezesseis (16) cartuchos que possuem as representações de estruturas, ilhas e baías da região platina. Sobre o original: SOARES, Diogo. *Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata T. D. E. O. Ao Poderosissimo Rey e [S]enhor D. João V Pelo P. M. Diogo Soares S. L. Seo Geographo no Estado do Brazil. Anno de 1731.* 1731. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 64/Número 1447. 83,5cm x 57 cm.

(como foi verificado com relação aos outros locais indicados na carta e legenda), mas sim por meio da nomeação direta no conteúdo principal do próprio mapa. De modo geral, tais indicações apresentam a organização do território atrelado à Colônia do Sacramento, possibilitando a visualização da constituição espacial do terreno.

Figura 15. Detalhe da fortaleza e estruturas inseridas em seu interior na *Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento* (1731) de Diogo Soares¹³⁶.



¹³⁶ Recorte do mapa. Sobre o original: SOARES, Diogo. **Carta Topographica** [...]. 1731. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 64/Número 1447. 83,5cm x 57 cm.

Figura 16. Indicação da localização dos “Cazaes do Norte” e “Cazaes do Sul” na *Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento* (1731) de Diogo Soares¹³⁷.



O conteúdo inserido nas margens da *Carta Topographica* aparenta o encargo de fornecer informações visuais facilitadores à prática de navegação no Rio da Prata, para acesso a Colônia do Sacramento¹³⁸. Para isso, foram inseridas representações de ilhas e baías presentes no trajeto do Prata pela via atlântica. Com relação às baías de Montevideu e Maldonado, ainda há uma interpretação excepcional: mais do que apenas pontos no trajeto, tais locais estavam no radar dos interesses lusos na primeira metade do século XVIII. Por vezes, foi idealizada a possibilidade de fundação e instalação portuguesa nesses pontos, o que acabou não se concretizando em ampla

¹³⁷ As áreas circuladas, de nossa autoria, na parte superior e inferior indicam a localização dos “Cazaes do Norte” e “Cazaes do Sul” na Carta Topographica de autoria de Diogo Soares. A fotografia em questão foi produzida através do acesso ao exemplar original disponível no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro. Sobre o original: SOARES, Diogo. *Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata T. D. E. O. Ao Poderosíssimo Rey e [S]enhor D. João V Pelo P. M. Diogo Soares S. L. Seo Geographo no Estado do Brazil. Anno de 1731.* 1731. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 64/Número 1447. 83,5cm x 57 cm.

¹³⁸ ALTIC, *op. cit.*, p. 274-275.

escala. De qualquer forma, o conhecimento acerca da região era positivo aos próprios interesses portugueses com relação ao território ainda passível de empreendimento.

A produção do mapa do estuário platino, *O Grande Rio da Prata* (1731), está inserida no mesmo contexto da *Carta Topographica* (1731). Assim como foi verificado através da análise dos elementos da última, o mapa que abarca as duas margens do Rio da Prata situa algumas representações de auxílio para acesso da Colônia do Sacramento através da navegação do Prata, uma necessidade imposta à presença portuguesa na região. Sendo assim, o interesse e as características militares presentes em ambas produções datadas de 1731 aparecem atreladas ao contexto da disputa territorial travada na região cartografada por Diogo Soares.

Diferentemente daquilo que se acredita com relação à *Carta Topographica*, é improvável que a produção do mapa intitulado *O Grande Rio da Prata* tenha sido realizada através da utilização majoritária de observações adquiridas *in loco*. Como relatado pelo próprio cartógrafo, Soares havia coletado informações geográficas indiretas por meio de mapas estrangeiros, pilotos e “práticos”¹³⁹ da região.

Para o [mapa] do rio da Prata me vali no que não presenciei, dos manuscritos dos melhores Pilotos e Praticos della, entre os quais achei alguns de 30, e mais viagens, só deste Rio. Não desprezei por isso as cartas manuscriptas francezas, hespanholas e inglezas, principalmente no que toca ao novo Canal do Bando Ortiz, que todas aqui achei e extrahi com diligência, custo e cautela de Buenos Aires, e assim formei de todas a que também agora offereço a Vossa Magestade...¹⁴⁰

Além das questões de limites entre as coroas ibéricas, o Rio da Prata permitia o acesso ao interior do território através da bacia platina. Com uma quantidade relativamente alta de informações que abarcam desde a navegabilidade do estuário platino e a indicação da toponímia de ambas as margens da região, o mapa de Diogo Soares traz semelhanças em relação aos mapas espanhóis de Koenig e Dávila.

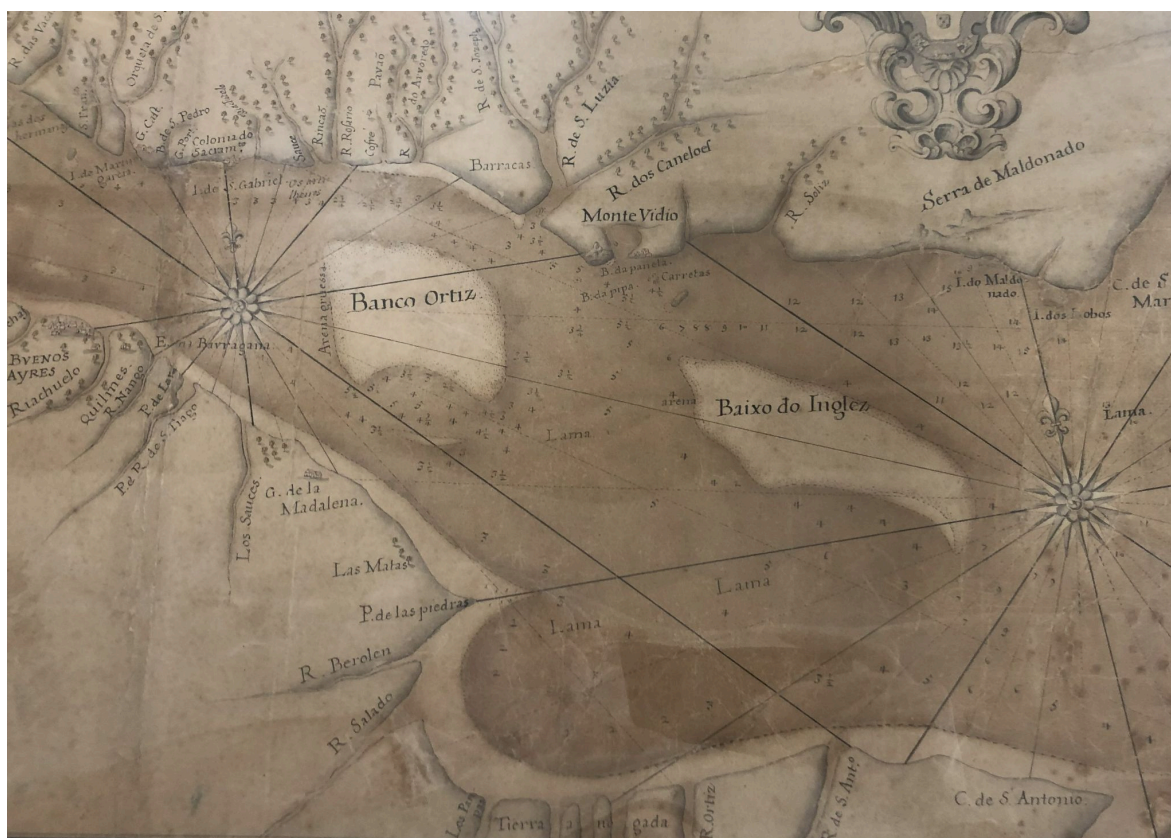
Acerca da navegabilidade do Rio da Prata, são conhecidas as dificuldades encontradas em diversos pontos em consequência da baixa profundidade que a região oferecia àqueles que empreenderam a navegação. Os bancos de areia estão marcados dentre os obstáculos mais conhecidos do estuário platino. Em virtude disso, Diogo Soares insere em seu mapa tanto o “Baixo do Inglez” (localizado entre Maldonado e Montevideu) e o “Banco Ortiz” (localizado em proximidade maior com a

¹³⁹ O termo surge entre parênteses em consequência de ter aparecido assim na documentação, como exposto em seguida.

¹⁴⁰ Carta de Diogo Soares de 27 de Junho de 1731 (A.H.U., Rio de Janeiro, Inventário Castro e Almeida, Doc. 7623) apud ALMEIDA, André, *op. cit.*, p. 120.

Colônia do Sacramento). Os bancos são respectivamente acompanhados de indicações de “arena” e “Arena gruessa”. O mapa ainda conta com a presença de duas rosas dos ventos, mais uma vez demonstrando a preocupação e prestando auxílio relacionado à acessibilidade do estuário platino através da navegação.

Figura 17. Detalhe com os bancos de areia e as rosas dos ventos no mapa *O Grande Rio da Prata* (1731) de Diogo Soares¹⁴¹.

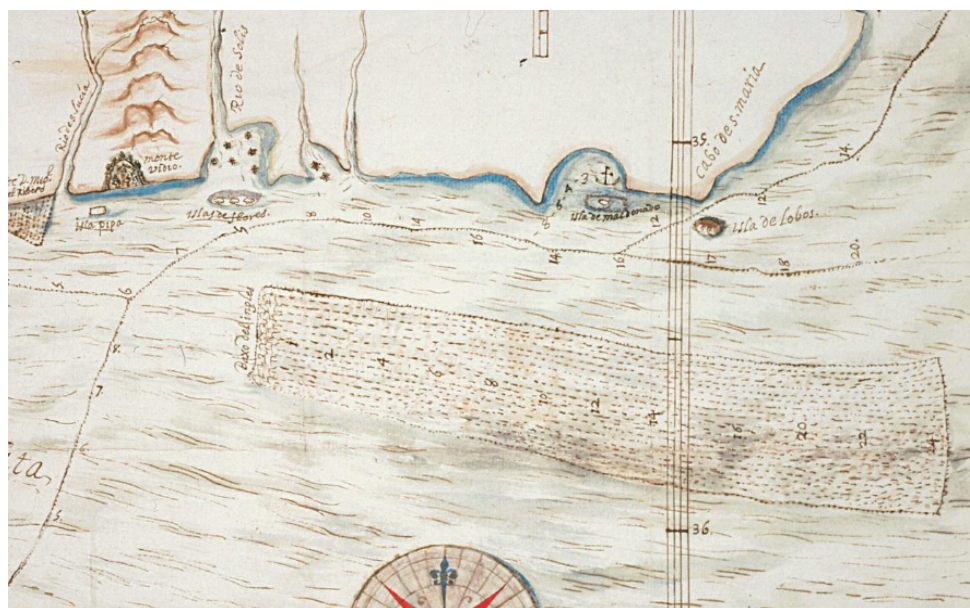


Como indicado anteriormente, tanto o mapa do estuário platino de Koenig (1683) quanto o mapa da Província Paraguaia de Dávila (1722) também possuem a indicação dos bancos de areia no Rio da Prata. Em recorte similar ao mapa de Diogo Soares, Koenig marca o “Baxo del ingles” (figura 18) e “El Banco de ortiz” (figura 19), ambos simbolicamente representados. O aspecto da navegabilidade do estuário platino no mapa de Koenig é facilmente atrelado ao interesse de acesso espanhol ao porto de Buenos Aires, visto que são indicados através de uma linha tracejada dois

¹⁴¹ Recorte do mapa. Sobre o original: SOARES, Diogo. *O Grande Rio da Prata na America Portuguesa, e Austral T. D. E. O. Ao Poderosíssimo Rey, e Senhor D. João VI no Seo Real Concelho Ultramarino Pelo P. M. Diogo Soares S. I. Seo Geographo no Estado do Brazil*. 1731. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 63/Número 1419. 73,5cm x 51cm.

possíveis caminhos desde o Atlântico até Buenos Aires. As rotas capacitam burlar as dificuldades impostas pelos bancos de areia, principalmente do Banco de Ortiz. No mapa de Dávila, existe a representação iconográfica de dois bancos de areia no Rio da Prata, mas não são nomeados. Em virtude da localização, é muito provável que se trate do Banco de Ortiz e do Baixo do Inglês.

Figura 18. Detalhe do Baixo do Inglês no mapa *Delyneacyon dela Boca del Rio dela Plata* (1683) de Juan Ramon Koenig¹⁴².



¹⁴² Recorte do mapa. Sobre o original: KOENIG, Juan Ramón. **Delyneacyon de la boca del Río de la Plata, Uruguay y Río Negro. Por el Dr. D. Juan Ramón, Capellán del Real Palacio de Lima, Dor. en Sagrada Tehologia. Catedrático de Mathematicas en la RI Unibersidad y Cosmógrafo mayor del Reyno del Perú. Año de M.DC.LXXX.III.** 1683. Archivo General de Indias, MP-BUENOS_AIRES,30, ES.41091.AGI//MP-BUENOS_AIRES,30. Disponível em: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/16808>.

Figura 19. Detalhe do Banco de Ortiz no mapa *Delyneacyon dela Boca del Rio dela Plata* (1683) de Juan Ramon Koenig¹⁴³.



Para além daquilo que foi atestado nos termos do acesso através da navegabilidade, o mapa de Diogo Soares ainda carrega uma ampla quantidade de informações topográficas da região. A representação dos rios Uruguai, Paraguai e Negro indicam a possibilidade de introdução para o interior. A quantidade de rios indicada é superior ao número de posses portuguesas, o que é natural quando se considera a fragilidade do domínio luso na região. Porém, não passa despercebida a representação feita das regiões de Montevidéu e Maldonado. Além de estarem inseridas no conteúdo principal do mapa (figura 20) – como também ocorre nos mapas de Koenig e Dávila –, Diogo Soares destina uma parcela do canto inferior esquerdo do mapa para indicação recortada de ambas enseadas (figura 21), indicadas por “E. de Maldonado” e “E. de MonteVidio”. Por mais que não se tratem de locais de posse portuguesa, a escolha de representá-los pode estar atrelada à ambição lusa de conquista destes pontos estratégicos¹⁴⁴. No caso de Montevidéu, a fundação

¹⁴³ Recorte do mapa. Sobre o original: KOENIG, Juan Ramón. **Delyneacyon de la boca del Río de la Plata, Uruguay y Río Negro [...]**. 1683. Archivo General de Indias, MP-BUENOS_AIRES,30, ES.41091.AGI//MP-BUENOS_AIRES,30. Disponível em: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/16808>.

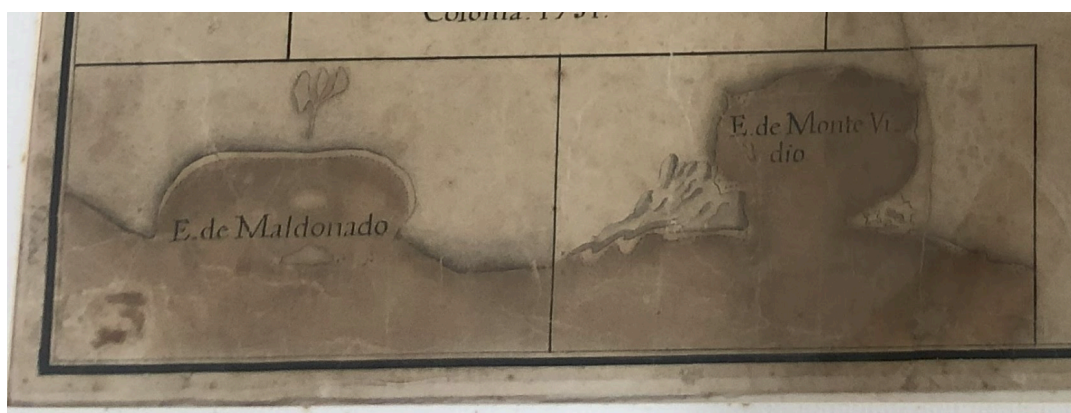
¹⁴⁴ ALTIC, *op. cit.*, p. 275-276.

espanhola remete a meados da década de 1720, em resposta aos interesses portugueses prévios de utilizar aquele território para instalação de uma possível fortificação que facilitaria a manutenção no Rio da Prata.

Figura 20. Detalhe da região de Montevidéu e Maldonado no mapa *O Grande Rio da Prata* (1731) de Diogo Soares¹⁴⁵.



Figura 21. Detalhe da representação dos estuários de Maldonado e Montevidéu no mapa *O Grande Rio da Prata* (1731) de Diogo Soares¹⁴⁶.



¹⁴⁵ Recorte do mapa. Sobre o original: SOARES, Diogo. *O Grande Rio da Prata* [...]. 1731. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 63/Número 1419. 73,5cm x 51cm.

¹⁴⁶ Recorte do mapa. Sobre o original: SOARES, Diogo. *O Grande Rio da Prata* [...]. 1731. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 63/Número 1419. 73,5cm x 51cm.

De modo geral, não há dúvida sobre a disposição de Diogo Soares em utilizar o conhecimento geográfico pré-concebido. Os indícios são dados a partir daquilo que foi escrito pelo próprio padre através da correspondência endereçada ao rei. Em seus informes, Soares narra sobre a utilização de mapas e relatos de diversos práticos da região. Assim, não é distante afirmar que Diogo Soares teria utilizado do conhecimento geográfico produzido pelos portugueses com os quais teve contato durante sua estadia na Colônia do Sacramento, quando da produção do presente mapa. A própria noção do termo “Grande Rio da Prata”, utilizado no título do mapa de Diogo Soares, pode ser verificado também na notícia dada pelo coronel Cristóvão Pereira de Abreu ao padre Diogo Soares¹⁴⁷. Embora não se possa afirmar que a utilização do termo tenha se dado em consequência direta do acesso de Diogo Soares à notícia referida, pode-se identificar como os atuantes observavam aquela região. O coronel Cristóvão Pereira de Abreu, por exemplo, circulou por ampla parcela da região platina. Na própria notícia destinada a Diogo Soares, Pereira de Abreu afirma que estava na Colônia do Sacramento antes de direcionar-se ao empreendimento de abrir caminho das campanhas do sul até a vila de Curitiba. A situação anterior permite compreender como Diogo Soares buscou utilizar as concepções desses indivíduos com os quais tivera contato. Nesse sentido, não surpreende que Diogo Soares tenha realizado atitude semelhante durante a sua estadia na Colônia do Sacramento.

Considerando que o estuário platino foi representado pela primeira vez na cartografia de Diogo Soares através do mapa *O Grande Rio da Prata* em 1731, o Rio da Prata demorou cerca de nove anos para reaparecer em uma produção do jesuíta português. O retorno acontece através do mapa *Nova e 1ª Carta* [ca. 1740]. Com um propósito distinto, a *Nova e 1ª Carta* apresenta o amplo território da região platina em uma produção que tinha o objetivo de cartografar o território desde o Rio da Prata até o Cabo Frio.

É evidente que o conhecimento cartográfico produzido por Diogo Soares no mapa de 1731 foi (re)utilizado na *Nova e 1ª Carta*. A afirmação é comprovada através do levantamento de dados comparativo dos dois mapas na busca por identificar quais elementos do *O Grande Rio da Prata* permaneceram na *Nova e 1ª Carta* (tabela 6).

¹⁴⁷ Notícia 3.ª Prática / Dada pelo coronel Christóvão Pereira de Abreu, sobre o mesmo caminho ao R. P. M. Diogo Soares. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, Tomo LXIX (Parte 1), p. 255-259.

Tabela 6. Manutenção das informações do *O Grande Rio da Prata* (1731) para a *Nova e 1ª Carta* [ca. 1740]¹⁴⁸.

Verificação da presença das informações mantidas do <i>O Grande Rio da Prata</i> para a <i>Nova e 1ª Carta</i>.	
<i>O Grande Rio da Prata</i> (1731)	<i>Nova e 1ª Carta</i> (ca. 1740)
"Baixo do Inglez"	"B. d.º Ingles"
"Banco Ortiz"	"B. d.º Ortiz"
"C. de S. Maria"	"Cabo de S. Maria"
"[I]ha. dos Lobos"	- (Acredita-se que esteja presente no mapa, mas não pode ser verificado em consequência do desgaste do próprio mapa)
"[I]ha. do Maldonado"	-
"Serra de Maldonado"	"S. d.º Maldonado"
"R[io]. Soliz"	"R[io]. d.' Soliz"
"Carretas"	-
"B[aia]. da pipa"	"B[aia]. da pipa"
"B[aia]. da panela"	"B[aia]. da panela"
"MonteVidio" (Com representação iconográfica)	"M. Vidio" (Com representação iconográfica)
"R[io]. dos Caneloes"	"R[io]. Canelones"
"R[io]. de S. Luzia"	"R[io]. d.' S.ª Luzia"
"Barracas"	"Barrancas"
"R[io]. de S. Jozeph"	"R[io]. d.' S. Jozeph"
"R[io]. do Arvoredo"	-
"Pavaõ"	"Pavaõ"
"Cofre"	"Cofre"
"R[io]. Rosario"	"R[io]. Rozario"

¹⁴⁸ Tabela elaborada pelo autor com base no levantamento de dados nos mapas SOARES, Diogo. **O Grande Rio da Prata** [...]. 1731. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 63/Número 1419. 73,5cm x 51cm. SOARES, Diogo. **Nova e 1ª Carta** [...]. [ca. 1740]. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 06/Gaveta 24/ Número 3367. 73,5cm x 52cm.

"Rincaão"	"Rincaão"
"Sauce"	-
"Os artilheiros"	-
"[lha]. de S. Gabriel"	-
"Riachuelo"	"Riachuelo"
"Colonia do Sacram. ^{to} " (Com representação iconográfica)	"Colonia" (Com representação iconográfica)
"G. Port."	-
"B[aia]. de S. Pedro"	-
"G. Cast."	-
"Orqueta de S. João"	"S. João"
"[lha]. de Martim Garcia"	"M. Gracia"
"S. Fran."	"S. Francisco"
"Las dos hermanas"	-
"R[io]. das Vacas"	"L.' Vacas"
"R[io]. das Biboras"	"L.' Viboras"
"Sauce" (Segunda aparição)	"Sauces"
"R[io]. S. Salvador"	"R[io]. d.' S. Salvador"
"S. Domingos" (Com representação iconográfica)	-
"Biscocho"	"Biscocho" (Com representação iconográfica)
"Aguila"	"Aguila"
"Durazno"	"R. Durazno"
"Perdido"	"Arroyo perdido"
"Arroyo grande"	"Arroyo Grane"
"Maciel"	-
"R[io]. Gil."	"R[io]. Gil"
"R[io]. de D. Estevan"	"R[io]. de D. Estevan"
"R[io]. Negro"	"R[io]. Negro" (Destaque no tamanho da fonte)

"R[io]. Lechiguana"	- (Representação iconográfica sem nomeação)
"Aguas ricas"	- (Representação iconográfica sem nomeação)
"R[io]. Paguaciaçu"	- (Representação iconográfica sem nomeação)
"R[io]. Paguacimeri"	- (Representação iconográfica sem nomeação)
"R[io]. Narango"	"R[io]. Naranjo"
"Uruguay" (Destaque no tamanho da fonte)	"R[io]. Uruguay" (Destaque no tamanho da fonte)
"R[io]. de los Charruas"	- (Representação iconográfica sem nomeação)
"R[io]. Pacu"	-
"R[io]. Hondo"	-
"R[io]. Aria"	-
"S. Fé" (Com representação iconográfica)	"S.ta Fé" (Com representação iconográfica)
"R[io]. Caracanal"	"R[io]. Caracanan"
"R[io]. Trecero"	"R[io]. Terce.º"
"R[io]. Seg. ^{do} "	"R[io]. Segundo"
"Las Tortugas"	-
"R[io]. Primero"	"R[io]. Primero"
"La matança"	"L.' Matança"
"Arrecife"	"Recife"
"R[io]. Areco"	"R[io]. Areco"
"Las Conchas"	"L. Conchas"
"Bvenos Ayres" (Com representação iconográfica e com destaque de letras maiúsculas na fonte)	"B. Ayres" (Com representação iconográfica)
"Riachuelo" (Segunda aparição; próximo a "Bvenos Ayres")	"Riachuelo" (Segunda aparição; próximo a "Bvenos Ayres")
"Quilmes"	"P. de Quilmes" (?)
"R. Nango"	"R. d.' Nango"

"E. Bavragana"	"Bravegana"
"P. de L..."	-
"P. de R. de S. Tiago"	"R. de S. Tiago"
"Los Sauces"	-
"G. de la Madalena" (Com representação iconográfica)	"R. d' Madalena" (Com representação iconográfica)
"Las Matas"	"... Matas"
"P. de las piedras"	-
"R[io]. Berolen"	"R[io]. Berolen"
"R[io]. Salado"	"R[io]. Salado"
"Los Pampas"	-
"Tierra anegada"	-
"R[io]. Ortiz"	- (Representação iconográfica sem nomeação)
"R[io]. de S. Ant.o"	- (Representação iconográfica sem nomeação)
"C[abo]. de S. Antonio"	"Cabo d' S. ^{to} Anton[io]"

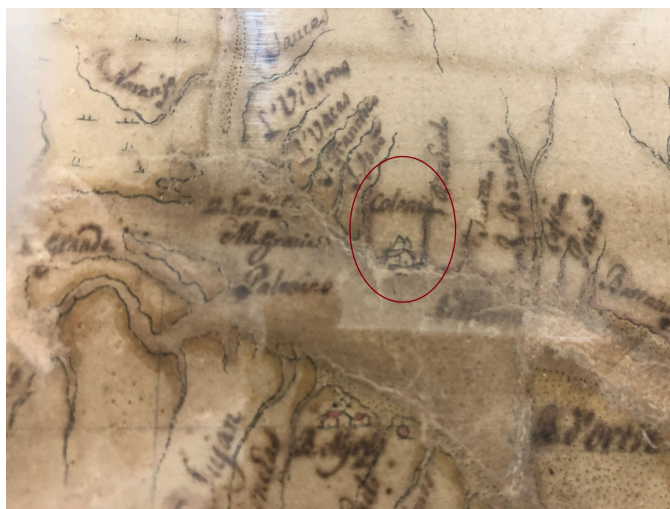
Através da comparação, verifica-se que vinte e nove (29) dentre os oitenta e quatro (84) topônimos listados com relação ao *O Grande Rio da Prata* não foram replicados na *Nova e 1ª Carta*. Cerca de 65% do conteúdo de toponímia da mesma região mostrou-se reincidente no segundo mapa. Ainda sim, há uma grande continuidade verificada nas representações iconográficas atreladas aos topônimos.

É certo que as ausências constatadas do primeiro para o segundo mapa estiveram vinculadas a diversos motivos do próprio processo de produção cartográfica de Diogo Soares. De qualquer modo, as diferenças provavelmente têm relação com a distinção do próprio recorte espacial dos mapas. A área cartografada no mapa *O Grande Rio da Prata* é menor em extensão territorial quando comparada à *Nova e 1ª Carta*. Enquanto *O Grande Rio da Prata* exhibe a necessidade momentânea de tratar apenas sobre o recorte do estuário platino, a *Nova e 1ª Carta* demonstra a preocupação portuguesa em representar o seu domínio estendido desde o Rio de Janeiro até o Prata.

Embora a Colônia do Sacramento tenha recebido grande destaque nos produtos cartográficos de Diogo Soares datados de 1731 – naquilo que diz respeito

ao conteúdo e a representação destacada nas obras cartográficas –, o cenário parece modificado na *Nova e 1ª Carta*. Por mais que esteja incluída no mapa e seja iconograficamente representada, a “Colônia” não recebe destaque (figura 22).

Figura 22. Detalhe da Colônia do Sacramento no mapa *Nova e 1ª Carta* [ca. 1740] de Diogo Soares¹⁴⁹.



De maneira geral, a *Nova e 1ª Carta* traz muitas informações sobre a região platina em seu conjunto. A rede hidrográfica abarca tanto os rios “Uruguay”, “Paraguay” e “Paraná” quanto o “R. Negro”, “Rio Grande da curitiba” e “Rio Grande das Geraes”. O conjunto desses rios recebe destaque no mapa através do maior tamanho atribuído através da representação visual e escrita dos topônimos.

Mesmo que o acesso português ao Prata tenha sido atrelado à Colônia do Sacramento no pensamento português durante grande parte do final do século XVII e início do século XVIII¹⁵⁰, ela não é incluída no título do mapa. Na verdade, o título realça o caminho novo do Rio Grande até São Paulo, o qual é apresentado no mapa através de tracejado. Por mais que o caminho tracejado no mapa demonstra o trecho tendo o Rio Grande e São Paulo como pontos extremos, é claramente representado um

¹⁴⁹ Recorte do mapa. Sobre o original: SOARES, Diogo. **Nova e 1ª Carta da Terra firme, e costas do Brazil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde o R.º da Prata athe Cabo Frio com novo cam.º do Certão do R.º Gr.ºe athe à Cid.º de S. Paulo Ao Poderosíssimo Rey e S. D. João Pelo P. M. Diogo Soares S. I. Seu G. R. no mesmo Estado.** [ca. 1740]. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 06/Gaveta 24/ Número 3367. 73,5cm x 52cm.

¹⁵⁰ Por volta de 1736, Alexandre de Gusmão enviou um parecer para D. João V sobre questões relativas à Colônia do Sacramento. A afirmação de Alexandre de Gusmão aponta que a disputa entre as coroas ibéricas acerca do território da Colônia do Sacramento esteve ligada ao fato de que a coroa portuguesa acreditava que o território pertencesse aos seus domínios, os quais seriam marcados desde o Rio de Janeiro até a ilha de São Gabriel. Sobre isso, ver: CORTESÃO, *op. cit.* 1951, p. 363.

pequeno desvio do trajeto para ligação entre o Rio Grande e Curitiba. Assim, o trajeto recortado em questão é o mesmo abarcado pelo conjunto das *Notícias Práticas do Novo Caminho que se descobriu das campanhas do Rio Grande e Nova Colonia do Sacramento para a villa de Coritiba*.

Em 1737, a fundação do Rio Grande esteve associada à manutenção da presença portuguesa no território ao sul. No início do século XVIII, o roteiro de Domingos Filgueira trazia um trajeto da Colônia do Sacramento até Laguna que não passava por nenhuma posse portuguesa efetiva. É notável a dificuldade de auxílio de outras instalações portuguesas no papel de manutenção da Colônia do Sacramento e da Banda Oriental enfrentada no período. Agora, em fins da década de 1730, o Rio Grande possibilitava um contato mais próximo com os interesses portugueses no Rio da Prata, sendo um posto acessível por terra desde a Colônia do Sacramento, mais próximo que Laguna¹⁵¹.

A fundação de Rio Grande, em fevereiro de 1737, visava minimizar o isolamento de Colônia e criar uma área de trânsito favorável aos portugueses na região. A expansão da presença lusitana na faixa litorânea determinou a instalação das guardas no arroio Chuí e de um fortim no promontório de São Miguel.¹⁵²

Mais do que apenas roteiros dos caminhos percorridos, as *Notícias* carregam o conhecimento geográfico em constante produção. Nesse cenário, as noções podiam ser variadas, provindas das diversas populações indígenas que estavam presentes no recorte espacial da região platina. No relato de Francisco de Souza e Faria, é expresso como o empreendimento dele contava com a companhia de indígenas¹⁵³.

O espaço era vivido e também construído. Em virtude da exploração do território, as populações nativas participaram de dinâmicas da produção do espaço geográfico. Isso pode ser visualizado através da existência de topônimos que circulavam na rede de conhecimento dos portugueses. O termo “una” é um exemplo. O topônimo do “Rio Una” é evidenciado nas *Notícias Práticas*. Utilizado para nomear um rio que tinha como característica ter águas escuras, o topônimo foi traduzido para o conhecimento português como sendo o rio Negro.

¹⁵¹ NEUMANN, Eduardo Santos. As populações indígenas frente à Colônia do Sacramento: dos conflitos às categorias de classificação colonial no Rio da Prata (1680-1777). **Revista de Índias**, [S. l.], v. 83, n. 287, 2023.

¹⁵² *Ibid.*, p. 165.

¹⁵³ Notícia - 1ª Prática / Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento mor da Cavallaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor, e abridor do dito Caminho. Porto do Rio Grande de São Pedro. 21 de Fevereiro de 1738. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, Tomo LXIX (Parte 1), p. 237-241.

Diversos topônimos inseridos no conjunto das *Notícias Práticas* relacionadas aos caminhos do Rio Grande até Curitiba de Francisco de Souza e Faria, José Ignácio e Cristóvão Pereira de Abreu aparecem na *Nova e 1ª Carta* de Diogo Soares (tabela 7). O conhecimento geográfico é presente no mapa, por mais que não seja possível afirmar que Diogo Soares tenha acessado-o exclusivamente através do conjunto das *notícias* em questão.

Tabela 7. Topônimos do caminho entre o Rio Grande e Curitiba recorrentes nos roteiros das *Notícias Práticas do Novo Caminho que se descobriu das campanhas do Rio Grande e Nova Colonia do Sacramento para a villa de Coritiba* e no mapa *Nova e 1ª Carta*¹⁵⁴.

Topônimos recorrentes nas <i>Notícias Práticas</i> e na <i>Nova e 1ª Carta</i>	
<i>Notícias Práticas do Novo Caminho...</i>	<i>Nova e 1ª Carta</i>
“Villa do Parnaguá”	“Paranaguá”
“Villa de S. Francisco”	“S. Francisco”
“Ilha de S. ^{ta} Catharina”	“S. Catharina”
“Villa da Laguna”	“Laguna”
“Rio Araranguá”	“Ararangua”
“Conventos”	“Conv.”
“Cruz dos Tapos”	“Tapos”
“morro Tayó”	“M. Tayó” Obs.: acompanhado de representação de morro.
“Espigão”	“Espigaõ”
“matto grande de S. João”	“M. d.’ S. João”
“Rio Una” Obs.: “que por muito negro e fundo lhe chamão o Rio Una”	“R[io]. Negro” Obs.: entende-se que, por vezes, o Rio Una pode ter sido apresentado como Rio Negro, em consequência da descrição feita sobre ele.

¹⁵⁴ Tabela elaborada pelo autor com base no levantamento de dados no mapa *Nova e 1ª Carta* e da documentação textual das *Notícias Práticas do Novo Caminho*. SOARES, Diogo. **Nova e 1ª Carta [...]**. [ca. 1740]. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 06/Gaveta 24/ Número 3367. 73,5cm x 52cm. “Noticias Praticas Do novo caminho que se descobrio das Campanhas do Rio Grande, e nova Colonia do Sacramento para a Villa de Coritiba no anno de 1727 por ordem do Governador e General de S. Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel”. In: **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Tomo LXIX (Parte 1). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

“Rio Grande pequeno”	“R[io]. Grande meri” Obs.: pela localização do roteiro, acredita-se que o “R. Grande meri” seja o mesmo que o “Rio Grande pequeno”.
“Campos Geraes da Coritiba”	“Curitiba”
“Lagoa de Garopaba”	“P. d.’ Guarupaba”
“morros de Santa Martha”	“S. Martha”
“[rio] de Santo André”	“R[io]. d.’ S. Andre”
“ribeirão da Faxina”	“R[ibeir]. ^{ao} d’ Fachina”
“[rio] de S. Thomé”	“R[io]. d’ S. Thomé”
“Campo Alegre”	“C[ampo]. alegre”

Além das possibilidades de trajeto no território entre o Rio Grande e São Paulo, a *Nova e 1ª Carta* ainda abarca amplo espaço da região platina. A ausência da presença portuguesa na faixa de espaço ao norte da Colônia do Sacramento é evidenciada pela representação feita por Diogo Soares (figura 23). Ainda dentro do espaço geográfico da bacia platina, as missões jesuítas – historicamente inseridas no contexto da disputa de interesses entre as coroas ibéricas – são cartografadas. O conjunto das “Missões do Paraná” e “Missões do Urugay”, como são indicadas na legenda do próprio mapa (figura 24), estão próximas aos respectivos rios. Dentre as representações das missões do Paraná se fazem presentes: “N. S. d.’ Fé”, “S. Roza”, “Ygû”, “Santiago”, “Corpus”, “Ihs”, “Trind.ª”, “Ytapus”, “S. Ignacio”, “Loreto”, “S. Aña”, “S. Cosme”, “S. Carlos” e “S. Jozé” (figura 25). Em proximidade espacial, ainda marca as missões do Uruguai: “SS. Apost.”, “Conceição”, “S. M.ª”, “S. Thomê”, “S. Borja”, “S. Nicolas”, “S. Luis”, “S. Lorenzo”, “S. Miguel”, “S. Juan” e “S. Angel” (figura 26). Por vezes, a representação das missões jesuítas em mapas espanhóis esteve associada à demonstração de sucesso do projeto colonial espanhol¹⁵⁵. No caso da inserção das missões no mapa de Diogo Soares, entende-se que tal escolha esteve vinculada ao interesse de cartografar a maior quantidade de informações úteis ao conhecimento da coroa portuguesa. Sendo assim, a produção cartográfica daquela região era de grande valor, possibilitando noções e concepções acerca do espaço.

¹⁵⁵ ALTIC, *op. cit.*, p. 185-186.

Figura 23. Detalhe da região entre o Rio Negro e a costa atlântica na *Nova e 1ª Carta* [ca. 1740] de Diogo Soares¹⁵⁶.

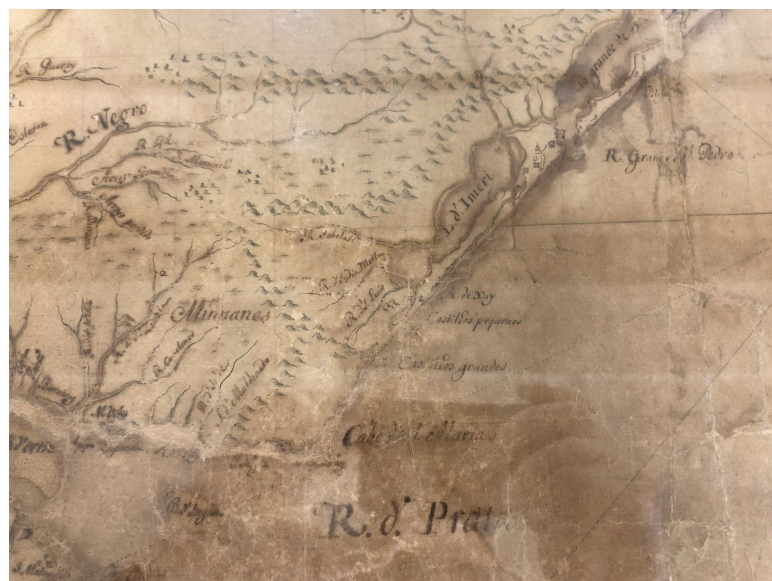
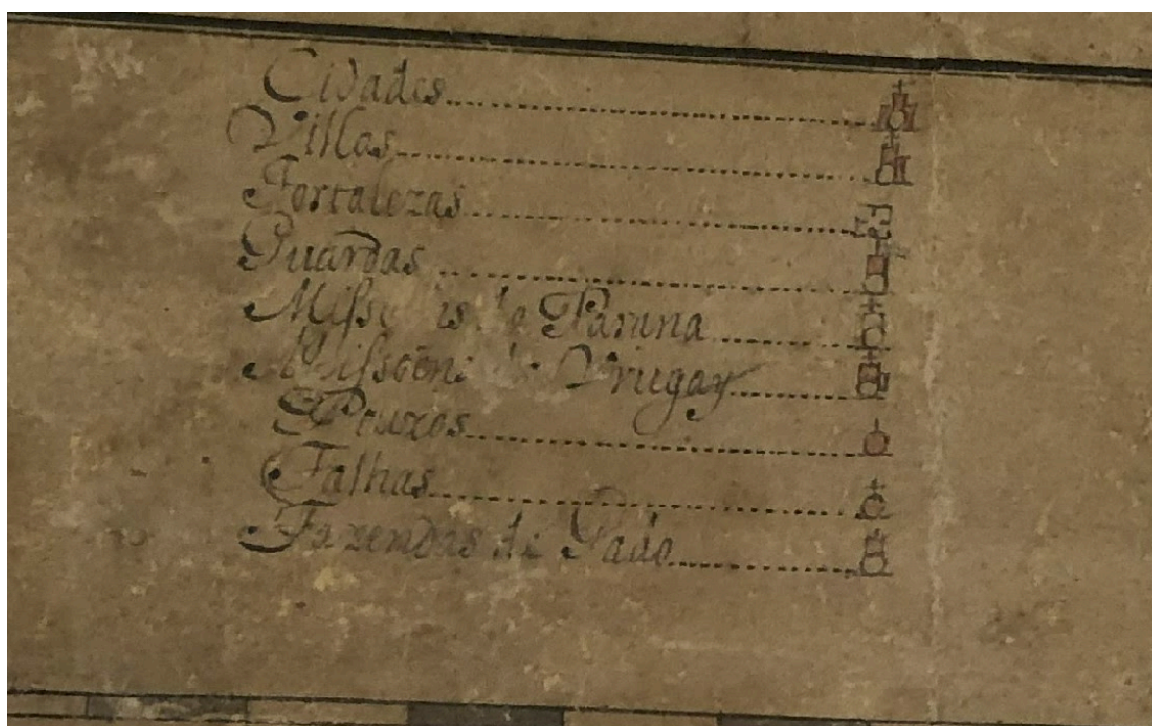


Figura 24. Detalhe da legenda do mapa *Nova e 1ª Carta* [ca. 1740] de Diogo Soares¹⁵⁷.



¹⁵⁶ Recorte do mapa. Sobre o original: SOARES, Diogo. **Nova e 1ª Carta da Terra firme, e costas do Brazil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde o R.º da Prata athe Cabo Frio com novo cam.º do Certão do R.º Gr.ºe athe a Cid.º de S. Paulo Ao Poderosíssimo Rey e S. D. João Pelo P. M. Diogo Soares S. I. Seu G. R. no mesmo Estado.** [ca. 1740]. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 06/Gaveta 24/ Número 3367. 73,5cm x 52cm.

¹⁵⁷ Recorte do mapa. Sobre o original: SOARES, Diogo. **Nova e 1ª Carta [...].** [ca. 1740]. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 06/Gaveta 24/ Número 3367. 73,5cm x 52cm.

3. OS INDÍGENAS E AS RELAÇÕES NA REGIÃO PLATINA

3.1. AS CONSTRUÇÕES IBÉRICAS DE ALIANÇAS COM CHARRUAS E MINUANOS

Mesmo para os espanhóis, mais firmemente estabelecidos na região, o relacionamento com os índios, era uma situação delicada, pois se os tapes, considerados fiéis vassalos e tradicionais inimigos dos portugueses, podiam eventualmente colaborar com eles, o que dizer então das tribos insubmissas, sempre prontas a colaborar com quem satisfizesse as suas necessidades imediatas?¹⁶²

A fundação da Colônia do Sacramento não modificou apenas as dinâmicas entre os portugueses e espanhóis no Rio da Prata. A presença na região não foi exclusiva aos ibéricos. Na realidade, diversas sociedades indígenas ocuparam o território platino e desenvolveram contato com os ibéricos antes mesmo da materialização da praça militar portuguesa no ano de 1680. Os Bohanes, Chanás, Charruas, Guenoas, Minuanos e Yaros estão entre aqueles que foram frequentemente registrados através da documentação da época – tanto escrita quanto visual. Por sua vez, os Martidanes, Manchados e Palometas estão situados além dos holofotes, em decorrência da aparição em menor escala na documentação¹⁶³.

Especificamente com relação aos portugueses atrelados ao desenvolvimento da Colônia do Sacramento, as alianças com os charruas e minuanos são destaque. Ambos não foram efetivamente reduzidos pelos espanhóis, embora sejam conhecidas as tentativas anteriores à própria fundação da Colônia do Sacramento¹⁶⁴. Sendo assim, os charruas e minuanos permaneceram em trânsito pela Banda Oriental durante grande parte dos séculos XVII e XVIII.

Quando do envio da expedição de D. Manuel Lobo para a fundação da Colônia do Sacramento, os portugueses tinham conhecimento que encontrariam indígenas na região platina. Nesse contexto, a conversão ao catolicismo era objetivada como tarefa subsequente à fundação da fortaleza portuguesa. Cumprida a tarefa anterior, os serviços realizados pelos indígenas platinos deveriam ser pagos. Em virtude de ocuparem a posição de vassalos do rei, a escravização não deveria ser uma opção. Essas eram algumas das concepções informadas a D. Manuel Lobo quando incumbido de fundar a Colônia do Sacramento¹⁶⁵.

¹⁶² POSSAMAI, Paulo. **A vida cotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)**. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006, p. 120.

¹⁶³ NEUMANN, *op. cit.*, p. 150.

¹⁶⁴ POSSAMAI, *op. cit.* 2006.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 110-112.

Mesmo que houvesse um planejamento de como D. Manuel Lobo deveria proceder no desenvolvimento inicial da Colônia do Sacramento, a situação foi modificada em virtude das hostilidades entre os ibéricos no contexto da fundação. Assim continuou durante algum tempo. Os acordos foram acompanhados pelo receio contínuo. A busca portuguesa em criar alianças com a população indígena que rondava a região platina muito se deu em precaução do conflito. O isolamento da Colônia do Sacramento como última posse portuguesa nos limites meridionais era somado ao fato dessa região ser cercada por instalações espanholas. Defronte a Colônia do Sacramento estava situada Buenos Aires. Ao norte, as missões jesuíticas contavam com a presença de uma quantidade volumosa de indígenas. Assim era a realidade enfrentada pela Colônia do Sacramento desde a sua fundação.

A participação de coletivos indígenas nas ofensivas espanholas contra a Colônia do Sacramento marca o envolvimento nas questões ibéricas no Prata¹⁶⁶. Em pleno ano da fundação da fortificação portuguesa, os “índios das doutrinas”¹⁶⁷ colaboraram nas investidas de José de Garro, governador de Buenos Aires, em 1680. Longe de uma atuação restrita ao papel de marionetes, as contribuições indígenas foram relevantes quanto à estratégia militar da tomada da Colônia do Sacramento. Sendo assim, atuaram ativamente através do questionamento da tática traçada pelos espanhóis, auxiliando na reformulação do modo de ataque¹⁶⁸.

Por sua vez, a relação entre os portugueses da Colônia do Sacramento e os indígenas platinos parece ter sido pouco desenvolvida durante o final do século XVII. A possibilidade de amizade com os indígenas era acompanhada do receio de como o ato seria recebido pelos espanhóis subsequentes aos conflitos travados no início da década de 1680¹⁶⁹. Porém, já existia o entendimento de que alianças com os grupos indígenas eram interessantes para a manutenção da Colônia do Sacramento e exploração das campanhas adjacentes.

¹⁶⁶ NEUMANN, *op. cit.*.

¹⁶⁷ O termo aparece entre aspas em consequência de ser aquele utilizado na documentação de época. *Ibid.*, p. 148.

¹⁶⁸ A interferência das lideranças indígenas esteve alinhada à modificação da estratégia militar anteriormente traçada pelas forças espanholas. A sugestão dos indígenas foi acatada e interferiu positivamente na atuação militar contra as forças portuguesas.

Cf. *Tratado de limites de la América meridional*, 1680, Archivo Histórico Nacional, Madrid, Clero Jesuítas, legajo 120, caja 1, número 7: 5v *apud* NEUMANN, *op. cit.*, p. 148.

¹⁶⁹ Em correspondência, Sebastião da Veiga Cabral afirma que se os castelhanos soubessem que ele “se entendia” com os “índios”, aqueles buscariam razão para quebrar a amizade. *Sebastião da Veiga Cabral a Mendo de Fóios Pereira. Colônia do Sacramento, 18-Março-1702*. A.H.U.: Rio de Janeiro, n.º 2568 *apud* ALMEIDA, Luís, *op. cit.* 1973, p. 427.

Em termos práticos, o cenário parece ter se modificado através da atuação do governo de Sebastião da Veiga Cabral na passagem para o século XVIII. Nesse momento, as relações entre os portugueses e os charruas desenvolveram-se com mais intensidade. Todavia, ainda existiam receios de como as relações com os “infiéis”¹⁷⁰ seriam vistas pelos espanhóis.

A hostilidade dos espanhóis com os grupos que caracterizavam como infiéis esteve associada ao contato malsucedido e falta de eficácia na redução dessas populações nativas. Por vezes, a ação dos ditos “infiéis” contra as missões aumentava a desconfiança dos espanhóis. É exemplo o conflito que envolveu os indígenas na Banda Oriental no início do século XVIII. O embate desenvolveu-se quando da ocupação do espaço em proximidade ao rio Quareim por parte das reduções. O problema é que a área era tradicionalmente ocupada pelos charruas como território de caça. A presença indesejada dos invasores causou hostilidade. A resposta dos charruas foi dada através da invasão de Yapeyu – redução espanhola. As ações anteriores deram início à guerra entre os charruas e a sociedade missioneira aliada aos guenoas¹⁷¹. Sendo assim, a inimizade dos espanhóis com indígenas da região platina foi se construindo através das situações eventuais.

É fato que as relações entre os espanhóis e os indígenas que ocuparam a Banda Oriental foram complicadas. Não sem razão, os charruas e minuanos – principais grupos posicionados na porção da Banda Oriental do Rio da Prata – são comumente caracterizados pela maior proximidade com os portugueses quando comparado com a relação pouco amistosa que tiveram com os espanhóis. Porém, a dinâmica de alianças na região platina não deve ser resumida e simplificada. Os grupos indígenas não eram definitivamente aliados dos portugueses ou espanhóis. Os relacionamentos foram construídos de acordo com as circunstâncias específicas enfrentadas¹⁷².

Isso explica a preocupação de Sebastião da Veiga Cabral sobre as maneiras de se relacionar com as populações indígenas que ocupassem as proximidades da

¹⁷⁰ Tanto os charruas quanto os minuanos eram caracterizados como “infiéis” pelos espanhóis.

¹⁷¹ Por vezes, os etnônimos utilizados são externos à realidade dos grupos indígenas, tendo sido criados pelo mecanismo colonial. Consequentemente, é possível que tenham sido atribuídos nomes distintos para a mesma população nativa. Justamente por isso, existe o entendimento – por mais que não seja unânime – de que os guenoas e minuanos são o mesmo grupo. NEUMANN, *op. cit.*, p. 153-154.

¹⁷² GARCIA, Elisa Frühauf. Identidades e políticas coloniais: guaranis, índios infiéis, portugueses e espanhóis no Rio da Prata, c.1750-1800. **Anos** 90, Porto Alegre, RS, v. 18, n. 34, p. 55–76, 2012. DOI: 10.22456/1983-201X.26263. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/26263>. Acesso em: 19 abr. 2025.

Colônia do Sacramento. Ele entendia que poderia ser de bom grado preservar relações de auxílio com os grupos, tendo conhecimento prático de que os espanhóis contavam com o grande contingente indígena alocado nas missões platinas¹⁷³. Assim parece ter prosseguido o pensamento de Veiga Cabral. O possível apoio dos indígenas era positivo para a realidade vivida na Colônia do Sacramento. O governador detinha conhecimento dos indígenas que ocupavam a região¹⁷⁴. Especificamente sobre os charruas, Sebastião da Veiga Cabral ressalta a força no âmbito militar. A população tradicionalmente atrelada à montaria e proeminente no roubo de animais das missões espanholas ainda possibilitava o acesso de cavalos aos portugueses e a facilitação no acesso ao couro. Logo, era justificada a formação de alianças.

As atividades de Veiga Cabral foram interrompidas a partir de 1705 devido ao ataque espanhol que abalou o domínio português durante os anos de 1705 a 1715. Durante o período de interrupção, houve eventual afastamento entre os portugueses e os indígenas que circulavam nas proximidades das campanhas da Colônia do Sacramento. De qualquer modo, as noções de Veiga Cabral auxiliaram o desenvolvimento posterior ao seu período de governo da Colônia. Se uma boa relação com os charruas e minuanos era vista como positiva durante o período de atuação de Veiga Cabral¹⁷⁵, o pensamento parece estar presente na reestruturação do posto português na década de 1710. A nova fase das relações amistosas é dada após a refundação da Colônia do Sacramento – a partir de 1716 – sob o comando do governador Manuel Gomes Barbosa¹⁷⁶. A possibilidade era facilitada em consequência do contato hostil com os espanhóis e a presença desses grupos indígenas nas proximidades da Colônia do Sacramento. A aliança entre os portugueses com ambos grupos indígenas contribuía para a circulação nas campanhas, a qual não era facilitada pelas forças espanholas.

Os charruas haviam sido recentemente alvo de uma investida das missões espanholas. A tentativa era de removê-los da região entre os rios Paraná e Uruguai.

¹⁷³ NEUMANN, *op. cit.*, p. 156-159.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 156-162.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 162.

¹⁷⁶ Ao que tudo indica, a experiência e análise de Cabral foram utilizadas neste assunto.

Cf. Instruções para Manuel Gomes Barbosa: tomar posse da Colônia do Sacramento e seu território. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. **A Colônia do Sacramento (1680-1777)**. Vol. II. Porto Alegre: Globo, 1937, p. 55-57 apud POSSAMAI, *op. cit.* 2006, p. 116.
NEUMANN, *op. cit.*, p. 157-162.

Em consequência, o refúgio encontrado na Banda Oriental abria uma oportunidade aos portugueses de constituírem aliança com esses indígenas.

Com relação aos minuanos, a dinâmica com os portugueses data desde o início do empreendimento luso em direção ao sul. Não apenas em relacionamento pacífico, entende-se que os minuanos teriam auxiliado os agentes lusos nas experiências de trânsito na Banda Oriental. As relações entre minuanos e portugueses acompanhou a instalação portuguesa na Colônia do Sacramento. Mesmo que não tenha ocorrido de maneira uniforme, o relacionamento amistoso existiu durante certo período da primeira metade do século XVIII¹⁷⁷.

Os portugueses instalados na Colônia do Sacramento reconheciam o valor da aliança com os minuanos. Ao aproximarem-se desses indígenas, os portugueses evitavam que os espanhóis conseguissem captar tal auxílio. Por sua vez, os minuanos não foram obrigados a criar amizade com os portugueses. Na verdade, suas alianças foram se desenvolvendo de maneira estratégica. Se os portugueses aproveitavam os conflitos entre os indígenas para constituírem alianças, os minuanos fizeram o mesmo frente ao cenário de conflito entre os ibéricos, visando proveitos. Não é em vão que a aliança com os minuanos teve de ser conquistada novamente quando do restabelecimento português na Colônia do Sacramento a partir de 1716. Longe de ser facilmente adquirido, o relacionamento vinha acompanhado de condições impostas.

Os minuanos, por sua vez, sabiam transformar as disputas entre portugueses e espanhóis em uma oportunidade para a satisfação dos seus objetivos. Assim, na mesma época em que o governador de Sacramento foi admoestado a empregar todo o empenho na manutenção das pazes com os minuanos, três caciques o procuraram com a intenção de tornarem-se cristãos, porém sob uma condição: que fosse trazida do Rio de Janeiro uma sua irmã e sobrinha, a qual, não se sabe ao certo em quais circunstâncias, fora levada àquela cidade. A solicitação dos caciques obteve parecer favorável do Conselho Ultramarino. Os seus membros consideraram que só assim seriam obtidos os benefícios das pazes com os minuanos, tidos então como os mais valorosos da campanha. A sua irmã deveria ser localizada no Rio de Janeiro e, caso estivesse na condição de escrava, seria comprada à custa da fazenda real e, posteriormente, enviada ao sul.¹⁷⁸

Durante o primeiro quartel do século XVIII, parece que a suspeita e preocupação espanhola estiveram presentes de maneira simultânea na construção da aliança portuguesa com os minuanos. Ao mesmo tempo, foi nesse momento que a possibilidade de relação com os minuanos mostrou-se maleável. É o que se verifica

¹⁷⁷ GARCIA, Elisa. F.. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de "amizade" entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800). *Varia Historia*, v. 24, n. 40, p. 613-632, jul. 2008.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 617-618.

através da aliança construída entre uma parcela de minuanos e espanhóis na altura de 1724. A relação foi construída pelos interesses do governador do Rio da Prata, D. Bruno de Zabala, e prejudicou os interesses da Colônia do Sacramento¹⁷⁹. Em termos práticos, mostrou que a fidelidade do grupo indígena era negociável, estando atrelada aos interesses momentâneos. Tanto é que não demorou muito para o relacionamento oscilar. Quando supostamente os minuanos migraram para o leste em busca de gado chimarrão, o encontro com os espanhóis nas proximidades de Montevidéu não foi amistoso¹⁸⁰. Assim, entende-se que as alianças sofriam constantes rearranjos.

Se anteriormente o apoio dos minuanos teve sua importância verificada para a manutenção portuguesa na Colônia do Sacramento, o interesse por parte dos portugueses surgiu de modo semelhante com relação ao Rio Grande em 1737. Entretanto, a aliança entre os portugueses do Rio Grande e os minuanos é efetivamente concretizada apenas quando a necessidade fez com que a relação fosse interessante aos indígenas, especificamente em fins da década de 1740. Nesse contexto, os minuanos teriam se aliado aos portugueses do Rio Grande em decorrência da necessidade de defesa frente a outros grupos indígenas – dentre eles os Tapes e Charruas. Em menor contingente e – eventualmente – inferiores em combate, os minuanos teriam se direcionado para a freguesia de Rio Grande visando a própria manutenção¹⁸¹.

Sendo assim, a relação entre portugueses e minuanos desenvolveu-se através de uma via de mão dupla. O apoio contra os inimigos foi verificado nos dois lados. Se os portugueses contaram com o auxílio dos minuanos para a manutenção da Colônia do Sacramento frente às investidas dos espanhóis, os minuanos ambicionaram que os portugueses cumprissem a expectativa de ajudá-los em eventuais enfrentamentos contra outros grupos indígenas. Os interesses eram mútuos. Quando conveniente, as alianças eram desfeitas e construídas com aqueles que até então eram inimigos condicionais.

3.2. CHARRUAS E MINUANOS NA PRODUÇÃO DE DIOGO SOARES

O conhecimento acerca dos grupos indígenas que ocupavam o território era ambicionado e de grande utilidade para o projeto de colonização ibérico na América.

¹⁷⁹ POSSAMAI, *op. cit.* 2006, p. 117-118.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 118.

¹⁸¹ GARCIA, *op. cit.* 2008, p. 618-619.

Não é por acaso que etnônimos e indicações de ocupação indígena aparecem em larga quantidade nos mapas do século XVIII. As coroas ibéricas estavam interessadas na ocupação indígena na América. Consequentemente, a representação cartográfica dessa ocupação foi requisitada oficialmente, como é verificado no empreendimento cartográfico de Diogo Soares no Brasil. Dentre os seus encargos, ele deveria cartografar os “lugares e povoações dos Portugueses e dos Índios”¹⁸².

Desde o século XVII, a produção cartográfica espanhola da região platina vinha carregada de etnônimos. Os próprios mapas espanhóis de Koenig e Dávila – citados anteriormente no segundo capítulo deste presente trabalho – possuem etnônimos em período anterior a produção cartográfica de Diogo Soares. É evidente que existe uma variação entre os mapas no modo de realizar as representações. A distinção do recorte espacial e temporal em que foram produzidos, assim como os interesses que estiveram por trás de suas confecções, interferiram nos resultados finais.

Os mapas buscavam situar aquilo que era conhecido e até mesmo suposto¹⁸³. Nesse contexto, foi frequente o usufruto do conhecimento geográfico concebido por outros cartógrafos e outros agentes que atuavam no mesmo espaço. Por vezes, era desse modo que acessavam o conhecimento indiretamente. Assim, coube aos cartógrafos – e seus respectivos interesses – a escolha de inserir ou ignorar informações coletadas acerca do território.

Nesse sentido, o motivo das variações de etnônimos verificadas nos mapas de Koenig, Dávila e Diogo Soares pode indicar algumas possíveis situações. A partir da construção de uma tabela comparativa dos etnônimos inseridos nesses mapas, são verificadas importantes informações. É inegável que os mapas espanhóis de Koenig e Dávila carregam uma quantidade muito superior de etnônimos quando comparados com o mapa de Diogo Soares (tabela 8).

¹⁸² *Provisão régia de 18 de Novembro de 1729*. In: CORTESÃO, *op. cit.* 1971, p. 215.

¹⁸³ FERREIRA, M. C.. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia História*, v. 23, n. 37, p. 51–69, jan. 2007.

Tabela 8. Análise da recorrência de etnônimos entre os mapas de Juan Ramon Koenig, Juan Francisco Dávila e Diogo Soares¹⁸⁴.

Etnônimos indicados no recorte platino		
<i>Carta Geográfica de las Prouinças</i> (1683) de Juan Ramon Koenig	<i>Paraquariae provinciae</i> (1722) de Juan Francisco Dávila	<i>Nova e 1ª Carta</i> [ca. 1740] de Diogo Soares
"Avípones"	"Abipones"	-
-	"Bohanes"	-
"Charuas"	"Charuas"	"Charruas"
"Chiquis"	-	-
"Chiriguanas"	-	-
-	"Doctrinae"	"Doutrinas"
"El Tape"	-	-
"Frentones"	"Frentones"	-
"Gualachos"	-	-
"Guamalcas"	"Guamalcas"	"Guamalcos"
"Guananas"	-	-
"Guaycurus"	-	-
-	"Lenguas"	"Lenguas"
"Manchados"	-	-
"Martidanes"	-	-
-	"Mataras"	-
-	-	"Minuanes"
-	"Mocobis"	-
"Orejones"	"Orechones"	"Orechones"
-	"Rio de Charruas"	-
"Rio de los Payguas"	-	-

¹⁸⁴ Tabela elaborada pelo autor através do levantamento de dados nos respectivos mapas. KOENIG, Juan Ramón. **Carta Geográfica de las Prouinças...** Archivo General de Indias, MP-BUENOS_AIRES,29, ES.41091.AGI//MP-BUENOS_AIRES,29. Disponível em: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/16807> . DÁVILA, Juan Francisco. **Paraquariae provinciae...** 1722. Bibliothèque Nationale de France, département Cartes et plans, GE DD-2987 (9446 B). Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530530949/f1.item.zoom#> . SOARES, Diogo. **Nova e 1ª Carta...**[ca. 1740]. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 06/Gaveta 24/ Número 3367. 73,5cm x 52cm.

-	"Yaros"	-
-	"Zapitalaguas"	-

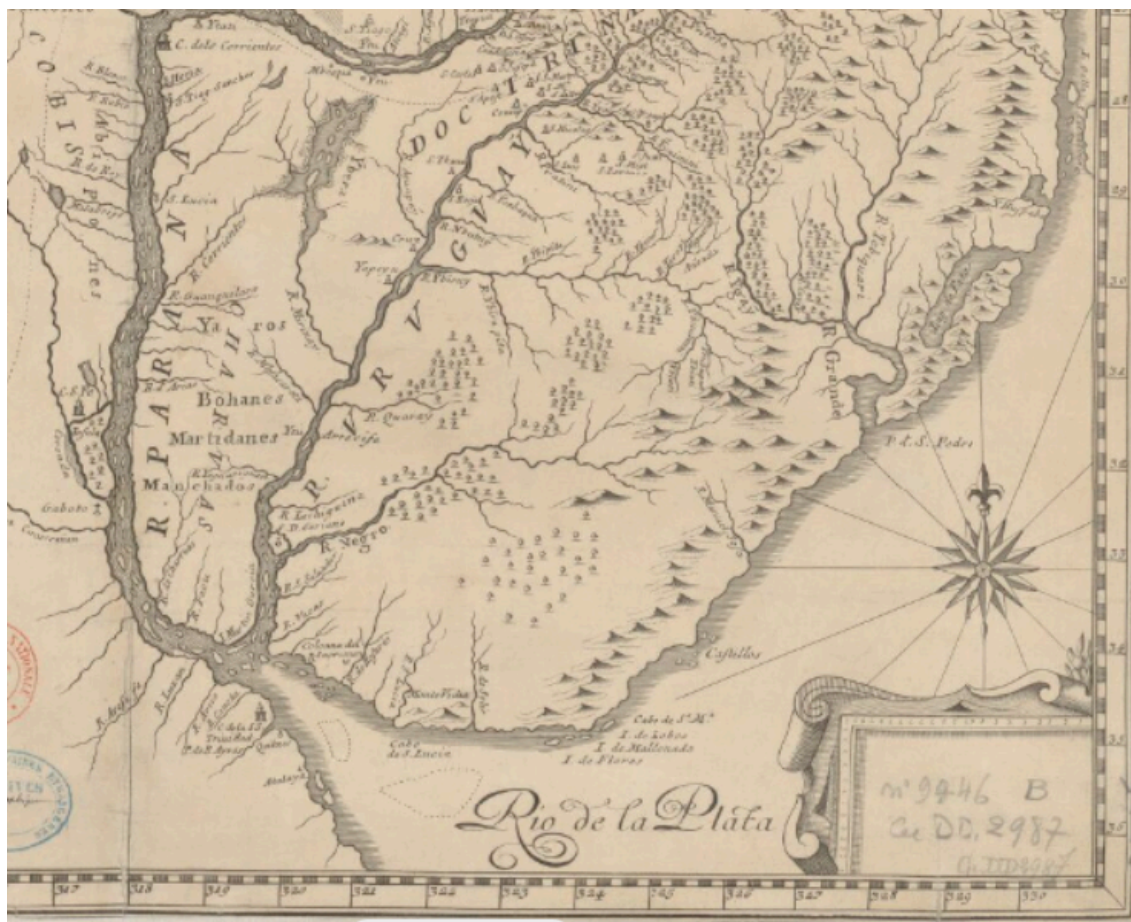
Através do comparativo, nota-se como há uma distinção na aparição dos etnônimos charruas e minuanos. No caso dos charruas, a grafia do etnônimo é apresentada nos três mapas. Por sua vez, a indicação dos minuanos está presente apenas no mapa de Diogo Soares. Sendo assim, existem duas situações distintas com relação aos indígenas em questão.

Sobre o modo de representação dos charruas, existe uma modificação entre o mapa de Koenig e Dávila. Em seu mapa produzido ainda no último quartel do século XVII – 1683 –, Koenig apresenta o etnônimo dos charruas na região entre o Rio Negro e Castilhos (figura 29). A representação dos charruas no recorte espacial em questão foi aquilo que ocorreu com mais frequência na produção cartográfica do século XVII¹⁸⁵. A documentação de época indica que os charruas ocupavam a região. Em carta ao rei, o governador D. Francisco Naper de Lencastre descreve uma interação entre o sargento português, João Dias, e os indígenas charruas, a qual teria ocorrido em consequência do envio de João Dias à campanha da Colônia para arrecadação de couros dos quintos¹⁸⁶.

¹⁸⁵ Cf. FURLONG, Guillermo. **Cartografía Jesuítica del Río de la Plata**. Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1936. XAVIER, Newton da Rocha. **No solo regado a sangue e suor: a cartografia da Província Jesuítica do Paraguai (século XVIII)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹⁸⁶ *D. Francisco Naper de Lencastre ao Rei. Colônia do Sacramento, 25-Fevereiro-1698* (A.H.U.: Rio de Janeiro, n.º 2098) apud ALMEIDA, Luís, *op. cit.* 1973, p. 372.

Figura 30. Detalhe do mapa *Paraquariae provinciae Soc. Iesu cum adjacenti. novissima descriptio post iteratas per egrinationes, et plures observationes Patrum Missionariorum ejusdem soc. tum hujus Provinciae, cum et Peruanæ / accuratissime delineata* (1722/1726) de Juan Francisco Dávila¹⁸⁸.



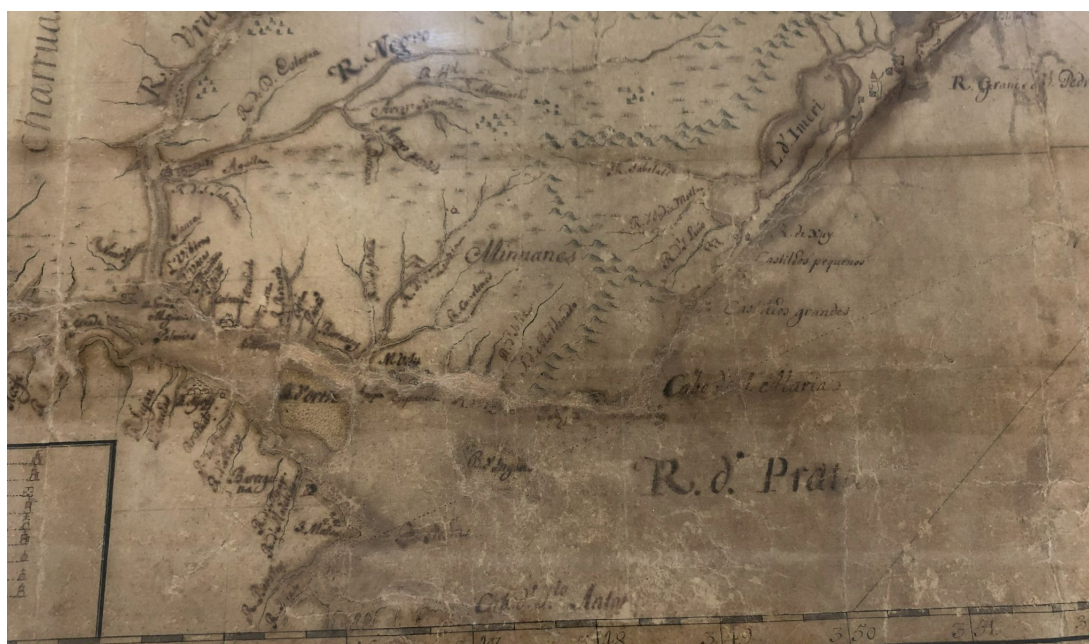
Em suas produções cartográficas acerca do Rio da Prata, Diogo Soares manteve a localização de ocupação dos charruas – entre os rios Paraná e Uruguai – semelhante ao mapa de Dávila. O modo de indicação é recorrente tanto em *O Grande Rio da Prata* (figura 31) quanto na *Nova e 1ª Carta* (figura 32). Porém, ambos mapas trazem um novo detalhe. Diferente do jesuíta de Buenos Aires, Diogo Soares preencheu o espaço que “ficou em branco” ao norte da Banda Oriental do Prata, representado agora pela ocupação dos “Minuanos” (respectivamente, figuras 33 e 34).

¹⁸⁸ Recorte do mapa. Sobre o original: DÁVILA, Juan Francisco. **Paraquariae provinciae Soc. Iesu cum adjacenti. novissima descriptio post iteratas per egrinationes, et plures observationes Patrum Missionariorum ejusdem soc. tum hujus Provinciae, cum et Peruanæ / accuratissime delineata. Anno 1722. 1726.** Bibliothèque Nationale de France, département Cartes et plans, GE DD-2987 (9446 B). Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530530949/f1.item.zoom#>.

Figura 33. Detalhe da indicação dos minuanos na região entre o rio Uruguai e a costa atlântica em *O Grande Rio da Prata* (1731) de Diogo Soares¹⁹¹.



Figura 34. Detalhe da indicação dos minuanos na região entre o rio Uruguai e a costa atlântica na *Nova e 1ª Carta* [ca. 1740] de Diogo Soares¹⁹².



¹⁹¹ Recorte do mapa. Sobre o original: SOARES, Diogo. **O Grande Rio da Prata** [...]. 1731. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 63/Número 1419. 73,5cm x 51cm.

¹⁹² Recorte do mapa. Sobre o original: SOARES, Diogo. **Nova e 1ª Carta** [...]. [ca. 1740]. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 06/Gaveta 24/ Número 3367. 73,5cm x 52cm.

Especialmente sobre a indicação dos minuanos, existe uma manutenção na localização entre os dois mapas de Diogo Soares. Tanto no primeiro quanto no segundo, o etnônimo aparece à leste do rio de Santa Luzia. A partir de sua produção cartográfica acerca da região platina, Diogo Soares insere os minuanos na descrição geográfica portuguesa da Banda Oriental. Sendo assim, a presença dessa sociedade indígena está cartografada.

Como foi visto, os minuanos estavam ligados à realidade de desenvolvimento da Colônia do Sacramento, construindo alianças fundadas com os portugueses durante a primeira metade do século XVIII. De modo geral, reconhecer que os minuanos ocupavam aquela região tinha seu valor. Os diversos mapas produzidos por cartógrafos ibéricos deixam evidente que a região mais ao sul entre o rio Uruguai e a costa atlântica contava com uma baixa exploração e presença de ambas coroas. Nesse sentido, a inserção do etnônimo no mapa demonstra a noção de que o grupo indígena dos minuanos estavam ou estiveram presentes naquele espaço.

Essa interpretação considera que o terreno ainda era visto como passível de exploração. Nem pertencente aos portugueses nem aos espanhóis, os minuanos ocupavam aquele espaço em branco. Por um momento, pode-se pensar que o interesse português de inserir os minuanos estivesse atrelado ao relacionamento desenvolvido entre os grupos em questão. Até certo ponto, a aliança com os minuanos pode ter influenciado a escolha de Diogo Soares ao produzir seus mapas, visto que, diferentemente dos charruas, os minuanos parecem não ter marcado presença constante nos mapas anteriores a Diogo Soares.

Após as produções do cartógrafo português, os minuanos voltam a aparecer em uma produção cartográfica ibérica ainda em meados do século XVIII. Agora, a autoria do mapa era espanhola. Trata-se do *Mapa de las Misiones de la Compañia de Jesus en los rios Paraná y Uruguay conforme à las mas modernas observaciones de latitud y de longitud, hechas en los pueblos de dichas misiones, y à las relaciones antiguas y modernas de los Padres Missioneros de ambos rios*, produzido pelo jesuíta José Quiroga Méndez no ano de 1749 – impresso apenas no ano de 1753. O mapa feito pelo membro da Companhia de Jesus instalado na província do Paraguai apresenta a mesma configuração de Diogo Soares ao representar a ocupação dos charruas e minuanos, sendo os primeiros inseridos na região entre os rios Paraná e Uruguai, enquanto os últimos na região entre o rio Negro e a costa atlântica (figura 35).

Figura 35. Detalhe de “Charruas” e “Minuanes” no *Mapa de las Misiones* (1749/1753) de José Quiroga¹⁹³.



Além da indicação dos etnônimos, o *Mapa de las Misiones* ainda carrega um conteúdo maior acerca dos indígenas. A moldura do mapa traz algumas indicações adicionais, contendo a descrição tanto dos charruas quanto dos minuanos.

Charrúas. Son Indios infieles, gente de acaballo, y andariega, que discurre por toda la tierra que està al Sur dela laguna de Yberà entre los rios Paraná, y Uruguay; se sustentan de la caza, y de lo que hurtan; se visten de pieles de Venados y de Tigres sus arcos, lanzas, y un ramal con dos ô tres bolas de piedra son las armas deq usan enla guerra y en la caza. No se sabe, que conozcan al verdadero, Dios, pero se tiene por cierto que invocan al Diabolo en sus borracheras, y que algunas vezes se les muestra visible. [...] Bohanes Ganoas, Minuanes. Son naciones de infieles, que habitan enlas campañas

¹⁹³ Recorte do mapa. Sobre o original: QUIROGA, Joseph. **Mapa de las Misiones de la Compañia de Jesvs en los rios Paraná y Vruguy: conforme à las mas modernas observaciones de latitud y de longitud, hechas en los pueblos de dichas misiones, y à las relaciones antiguas y modernas de los Padres Misioneros de ambos rios / por el Padre Joseph Quiroga de la misma compañía de Jesus en la provincia de el Paraguay. Año de 1749.** 1753. John Carter Brown Library. John Carter Brown Map Collection. Engraved map on 4 sheets; 97 x 81 cm. <https://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~3590~101727:Mapa-de-las-Misiones-de-la-Compani?qq=q:quiroga;lc:JCB~1~1,JCB~3~3,JCBMAPS~3~3,JCBMAPS~2~2,JCBMAPS~1~1&mi=0&trs=13#>.

que estan al Oriente de el rio Uruguay, y tienen las mismas costumbres, y armas, que diximos delos Charrùas.¹⁹⁴

Para além da afirmação visual acerca da área ocupada por ambos grupos, a característica é reforçada pela descrição grafada por Quiroga. Os charruas e minuanos são identificados como “índios infieles”, que possuem costumes semelhantes. Logo, a representação desses grupos indígenas feita pelo jesuíta José Quiroga não é acompanhada de uma caracterização positiva.

Fato é que as informações sobre os indígenas que ocupavam a região platina estiveram inseridas na produções cartográficas dos séculos XVII e XVIII. Na dinâmica das complexas relações que ocorreram na Banda Oriental, não apenas os agentes ibéricos marcaram presença. Na verdade, os indígenas tiveram grande importância na realidade desse recorte espacial platino, tendo sido grafados em mapas de grande relevância, mesmo quando caracterizados de modo pejorativo. Se a opção de inserir ou não os etnônimos nos mapas esteve relacionada às escolhas dos cartógrafos, o mesmo não pode ser dito sobre a presença indígena no espaço.

¹⁹⁴ QUIROGA, Joseph. **Mapa de las Misiones [...]**. 1753. John Carter Brown Library. John Carter Brown Map Collection. Engraved map on 4 sheets; 97 x 81 cm.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Banda Oriental esteve no radar dos interesses e cuidados portugueses durante a segunda metade do século XVII e ao longo do século XVIII. A fundação da Colônia do Sacramento foi responsável por estender a ocupação portuguesa nos limites meridionais, a qual foi instigada pelo acesso à prata e ao couro. Os empreendimentos balizados pelos desejos econômicos foram acompanhados de consequentes questões políticas e diplomáticas. Entre os ibéricos, a divergência quanto à legitimidade de posse do território percorreu o século XVIII adentro. Os sucessivos ataques espanhóis contra a Colônia do Sacramento demonstraram a recorrente insatisfação e receio frente à presença lusa naquela região. Por sua vez, o distanciamento com relação aos centros coloniais portugueses na América marcou uma constante dificuldade de manutenção. De modo geral, a iminência de conflito acompanhou a realidade vivida na Colônia do Sacramento.

Ademais, a região platina esteve marcada pelo desenvolvimento de relações sociais que envolveram autoridades coloniais ibéricas, colonos, jesuítas e indígenas. Em seus distintos empreendimentos, que por vezes se cruzaram, esses agentes foram construindo a concepção do espaço platino. Em constante rearranjo, a produção do conhecimento geográfico foi registrada através de roteiros terrestres e mapas, cada qual com suas motivações e concepções do espaço únicas.

Em seu projeto de produção cartográfica desenvolvido no Brasil, Diogo Soares enfrentou uma situação específica acerca dos limites meridionais: o jesuíta português teve a tarefa de traduzir a dinâmica platina aos interesses portugueses. Inicialmente, o deslocamento de Soares até a Colônia do Sacramento tornou viável o seu contato com a região. Frente às especificidades, o conhecimento geográfico adquirido direta e indiretamente por Diogo Soares possibilitou a produção cartográfica do Rio da Prata em 1731. Em seu contínuo trabalho, foram coletadas diversas informações e descrições do espaço percorrido. Tudo isso viabilizou que, em fins da década de 1730, Diogo Soares apresentasse a Banda Oriental como sendo um espaço geograficamente documentado e integrado ao território português.

Sem inserir limites ou linhas de demarcação, Diogo Soares produziu cartograficamente o recorte espacial desde o Rio de Janeiro até o Rio da Prata. O conhecimento adquirido no início da década de 1730 parece ter sido utilizado no final. Para além dele, novos recursos foram adquiridos. Longe de ter excluído as ocupações de espanhóis e indígenas, ambas são apresentadas. Isso é verificado não só a partir

das representações das missões dos rios Uruguai e Paraná, mas também das áreas marcadas por etnônimos dos charruas e minuanos. Concomitantemente, o Rio Grande surge como uma possibilidade de viabilizar a conexão com os centros coloniais. A integração do território não está simplesmente posta. Ela é demonstrada através da ligação do Rio Grande até São Paulo, tracejada no mapa e destacada em seu título.

De modo geral, a produção cartográfica de Diogo Soares que envolve a região platina parece ter se desenvolvido de acordo com os interesses projetados. O padre jesuíta português efetivou um extenso empreendimento que envolveu a coleta de informações acerca de amplo recorte espacial. Assim, desenvolveu-se a produção cartográfica de Diogo Soares acerca da Banda Oriental, a qual esteve atrelada ao conhecimento geográfico que foi sendo construído em companhia das diversas rupturas e continuidades que marcaram as relações da região.

FONTES

Fontes cartográficas

DÁVILA, Juan Francisco. *Paraquariae provinciae Soc. Iesu cum adjacenti. novissima descriptio post iteratas per egrinationes, et plures observationes Patrum Missionariorum ejusdem soc. tum hujus Provinciae, cum et Peruanæ / accuratissime delineata. Anno 1722.* 1722. Bibliothèque Nationale de France, département Cartes et plans, GE DD-2987 (9446 B). 72cm x 56,5cm. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530530949/f1.item.zoom#>.

KOENIG, Juan Ramón. *Carta Geográfica de las Prouinçias de la Gouernación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay. Con parte de las confinantes, Chile, Perú, Sancta Cruz, y Brasil. Delineada por el Doctor D. Juan Ramón, Doctor en Theología, Capellán de Su Magestad en Su Real Capilla de Lima, Cathedrático de Mathemáticas de la Real Vniversidad, y Cosmógrafo Mayor del Reyno del Perú. Año de 1683.* 1683. Archivo General de Indias, MP-BUENOS_AIRES,29, ES.41091.AGI//MP-BUENOS_AIRES,29. 43cm x 59cm. Disponível em: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/16807>.

KOENIG, Juan Ramón. *Delyneacyon de la boca del Río de la Plata, Uruguay y Río Negro. Por el Dr. D. Juan Ramón, Capellán del Real Palacio de Lima, Dor. en Sagrada Tehología. Catedrático de Mathematicas en la RI Unibersidad y Cosmógrafo mayor del Reyno del Perú. Ano de M.DC.LXXX.III.* 1683. Archivo General de Indias, MP-BUENOS_AIRES,30, ES.41091.AGI//MP-BUENOS_AIRES,30. 59cm x 84cm. Disponível em: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/16808>.

QUIROGA, Joseph. *Mapa de las Misiones de la Compañia de Jesvs en los rios Paraná y Vrugay: conforme à las mas modernas observaciones de latitud y de longitud, hechas en los pueblos de dichas misiones, y à las relaciones antiguas y modernas de los Padres Missioneros de ambos rios / por el Padre Joseph Quiroga de la misma compañía de Jesus en la provincia de el Paraguay. Año de 1749.* 1753. John Carter Brown Library. John Carter Brown Map Collection. Engraved map on 4 sheets; 97cm x 81 cm. <https://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~3590~101727:Mapa-de-las-Misiones-de-la-Compani?qvq=q:quiroga;lc:JCB~1~1,JCB~3~3,JCBMAPS~3~3,JCBMAPS~2~2,JCBMAPS~1~1&mi=0&trs=13#>.

SOARES, Diogo. *Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata T. D. E.. O. Ao Poderosissimo Rey e [S]enhor D. João V Pelo P. M. Diogo Soares S. L. Seo Geographo no Estado do Brazil. Anno de 1731.* 1731. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 64/Número 1447. 83,5cm x 57 cm.

SOARES, Diogo. *Nova e 1ª Carta da Terra firme, e costas do Brazil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde o R.º da Prata athe Cabo Frio com novo cam.º do Certão do R.º Gr.ºe athe â Cid.º de S. Paulo Ao Poderosíssimo Rey e S. D. João Pelo P. M. Diogo Soares S. I. Seu G. R. no mesmo Estado.* [ca. 1740]. Arquivo Histórico do Exército, Módulo 06/Gaveta 24/ Número 3367. 73,5cm x 52cm.

SOARES, Diogo. *O Grande Rio da Prata na America Portuguesa, e Austral T. D. E. O. Ao Poderosíssimo Rey, e Senhor D. João VI no Seo Real Concelho Ultramarino Pelo P. M. Diogo Soares S. I. Seo Geographo no Estado do Brazil*. 1731. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, Módulo 05/Gaveta 63/Número 1419. 73,5cm x 51cm.

Fontes textuais impressas

Alvará régio de 18 de Novembro de 1729 (A.H.U., Docs. Avulsos, Rio de Janeiro, 1729). In: CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971.

Carta de Diogo Soares de 27 de Junho de 1731. A.H.U., Rio de Janeiro, Inventário Castro e Almeida, Doc. 7623. In.: ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

D. Francisco Naper de Lencastre ao Rei. Colónia do Sacramento, 25-Fevereiro-1698 (A.H.U.: Rio de Janeiro, n.º 2098). In: ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha*. Tese (Doutorado). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

Documento N.º I. Vários pareceres dos Conselheiros do Príncipe D. Pedro sobre as reclamações do govêrno espanhol contra a fundação da Colônia. Outubro-novembro de 1680. In: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Parte III. Tomo I. Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio-Branco, 1951.

Documento N.º LIX. Carta do Padre da Companhia de Jesús Diogo Soares, dirigida ao Rei acerca das plantas que tirara da Colonia do Sacramento e em que relata a sua opinião sôbre a fortificação daquela Praça. Colonia do Sacramento. 27 de Junho de 1731. In: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Parte III. Tomo I. Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio-Branco, 1951.

Documento N.º LVIII. Parecer do Conselho Ultramarino sôbre a informação do Pe. Diogo Soares a respeito dos primeiros trabalhos por êle e seu companheiro executados no Rio de Janeiro. 26 de janeiro de 1731. (B.N.R.J. – Códice Consultas do Conselho Ultramarino, 1674-1731. I – 8, 4, 17, n.º 240.). In: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Parte III. Tomo I. Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio-Branco, 1951.

Documento N.º V. Tratado provisional entre o Senhor Dom Pedro Principe Regente e Carlos II Rei de Hespanha, sobre a restituição da Colonia do Sacramento e satisfação pelo ataque feito pelo Governador de Buenos Ayres, assignado em Lisboa a 7 de maio de 1681, e ratificado por parte de Portugal, em 13 de junho, e ratificado por parte de Portugal, em 13 de junho, e pela de Hespanha em 25 de maio do dito

anno. In: CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750). Parte III. Tomo I. Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio-Branco, 1951.

Documento N.º X. Tratado de paz entre D. João V e Filipe V Rei de Hespanha, assignado em Utrecht a 6 de fevereiro de 1715 e ratificado por parte de Portugal em 9 de março e pela de Hespanha em 2 do dito mez e anno. (José Ferreira Borges de Castro. – Coleção dos Tratados, Lisboa, 1856. Vol. II, pgs. 262-272). In: CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750). Parte III. Tomo I. Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio-Branco, 1951.

Documento N.º XVIII. Instrução ao Conde de Tarouca, nomeado Primeiro Plenipotenciário ao Congresso de Cambrai, encarregando-o de defender os direitos portugueses ao Território e Colônia do Sacramento, 4 de setembro de 1720. (A. H. M. N. E. – Correspondência das Caixas, Legações Portuguesas, França, Avulsos, N.º 5, fls. 8v.-12v.). In: CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750). Parte III. Tomo I. Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio-Branco, 1951.

Documento N.º XXXV. Carta de D. Luiz da Cunha para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte-Real em que lhe pede um mapa especial do Território da Colônia do Sacramento com a declaração dos limites das soberanias das duas coroas. 15 de dezembro de 1719. (A.N.T.T. – Coleção de 60 vols. de Corresp.^a Diplomática, vol. 15, págs. inurs.). In: CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750). Parte III. Tomo I. Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio-Branco, 1951.

FILGUEIRA, Domingos da. *Como viajar por terra, da Colônia do Sacramento à Laguna [1703]*. In: CESAR, Guilhermino. Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos. Porto Alegre: Edições da Faculdade de Filosofia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969.

Noticia - 1ª Pratica / Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento mor da Cavallaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor, e abridor do dito Caminho. Porto do Rio Grande de São Pedro. 21 de Fevereiro de 1738. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, Tomo LXIX (Parte 1), p. 237-241.

Noticia - 1.ª Pratica / E resposta que deu o Sargento-mór da Praça de Santos, Manoel Gonçalves de Aguiar, às perguntas que lhe fez o Governador e Capitão General da Cidade do Rio de Janeiro, e Capitánias do Sul, Antonio de Brito e Menezes, sobre a costa e povoações do mesmo mar. Da Praça de Santos. 26 de Agosto de 1721. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, Tomo LXIX (Parte 1), p. 291-303.

Noticia - 2.^a Pratica / Dada ao P. M. Diogo Soares sobre a abertura do novo caminho pelo piloto José Ignacio, que foi e acompanhou em todo elle ao mesmo sargento mor Francisco de Souza e Faria. Do Porto do Rio Grande de São Pedro, 29 de Março de 1738. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, Tomo LXIX (Parte 1), p. 247-252.

Noticia - 2.^a Pratica / Que dá ao P. M. Diogo Soares, o Capitão Christovão Pereira, sobre as campanhas da Nova Colonia, e Rio Grande ou Porto de S. Pedro. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, Tomo LXIX (Parte 1), p. 307-309.

Noticia 3.^a Pratica / Dada pelo coronel Christovão Pereira de Abreu, sobre o mesmo caminho ao R. P. M. Diogo Soares. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, Tomo LXIX (Parte 1), p. 255-259.

Provisão régia de 18 de Novembro de 1729. In: CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos Velhos Mapas. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971.

RIBEIRO, Francisco. *A Colônia do Sacramento e o Rio Grande [1704]*. In: CESAR, Guilhermino. Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos. Porto Alegre: Edições da Faculdade de Filosofia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, André Ferrand de. **A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. A Colônia do Sacramento e a formação do sul do Brasil. In: ALMEIDA, Luís Ferrand de. **Páginas dispersas**: estudos de História Moderna de Portugal. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. **A Colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1973.

ALTIC, Mirela. **Encounters in the New World**: Jesuit cartography of the Americas. Chicago: University of the Chicago Press, 2022.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. **Mergulho no Seculum**: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BONATO, Tiago. **Articulando escalas**: cartografia e conhecimento geográfico da Bacia Platina (1515-1628). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio**: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). 2001. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: História da Civilização Americana. N. 2. 1944.

CESAR, Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul**: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos. Porto Alegre: Edições da Faculdade de Filosofia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)**. Parte I. Tomo I. São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)**. Parte III. Tomo I. Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio-Branco, 1951.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos Velhos Mapas**. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971.

DORÉ, Andréa. Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. Talia Dixit. **Revista Interdisciplinar de Retórica e**

Historiografia, [S. l.], n. 6, p. 121–137, 2011. Disponível em: <https://revista-taliadixit.unex.es/index.php/TD/article/view/230..> Acesso em: 24 jul. 2025.

DYM, Jordana; OFFEN, Karl. **Mapping Latin America: a cartographer reader**. Chicago: Chicago Press, 2011.

EDNEY, Matthew. Teoria e História da Cartografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 209–220, 2016. DOI: 10.12957/espacoecultura.2016.31761. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/31761>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia Historia**, v. 23, n. 37, p. 51–69, jan. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752007000100004>. Acesso em: 10 jan. 2026.

FURLONG, Guillermo. **Cartografia Jesuítica del Río de la Plata**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1936.

FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X012022004>. Acesso em: 10 jan. 2026.

GARCIA, Elisa Frühauf. De inimigos a aliados: como parte dos missionários repensou o seu passado de conflitos com os portugueses no contexto das tentativas de demarcação do Tratado de Madri. **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa, v. 8, 2007.

GARCIA, Elisa Frühauf. Identidades e políticas coloniais: guaranis, índios infieis, portugueses e espanhóis no Rio da Prata, c.1750-1800. **Anos 90**, Porto Alegre, RS, v. 18, n. 34, p. 55-76, 2012. DOI: 10.22456/1983-201X.26263. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/26263>. Acesso em: 23 mar. 2025.

GARCIA, Elisa Frühauf. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de "amizade" entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800). **Varia Historia**, v. 24, n. 40, p. 613–632, jul. 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. A construção política do território centro-sul da América portuguesa (1668-1777). **História, histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, 2013.

HARLEY, John Brian. The Evaluation of Early Maps: Towards a Methodology. **Imago Mundi**, Liverpool, Vol. 22, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

JUMAR, Fernando. **Le commerce Atlantique Au Rio de la Plata**. Tese (Doutorado em História) – École des Hautes Études en Science Sociales, Paris, 2000.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia História**, v. 23, n. 37, jan. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752007000100005>. Acesso em: 10 jan. 2026.

KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808). **Revista de História (São Paulo)**, n. 169, p. 53–81, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i169p58-81>. Acesso em: 10 jan. 2026.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa: século XVIII. 2006. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LEITÃO, Henrique et al. **Sphaera Mundi**: a Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas colecções da BNP. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

LEITE, Serafim. Diogo Soares, S. I.: matemático, astrónomo e geógrafo de Sua Majestade no Estado do Brasil (1684-1748). **Brotéria**, Lisboa, Vol. XLV, 1947.

LEITE, Serafim. Segundo centenário do cartógrafo padre Diogo Soares: comunicação feita no Instituto Histórico, sessão de 21 de dezembro de 1948. Rio de Janeiro: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Vol. 201, 1948.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. A presença portuguesa no Rio da Prata (1678-1777): como foi vista e explicada por Luís Ferrand de Almeida. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, n.º 43, 2012, p. 129-147.

MONT SERRATH, Pablo Oller. **O Império Português no Atlântico**: poderio, ajuste e exploração (1640-1808). 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. Mãos que oram, mineram e desenham: cartografia colaborativa e construção visual de fronteiras na América do Sul (1746). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 29, 2022. DOI: 10.22456/1983-201X.101802. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/101802>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MOUTOUKIAS, Zacarias. **Contrabando y control social en el siglo XVII**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

NEUMANN, Eduardo Santos. As populações indígenas frente à Colônia do Sacramento: dos conflitos às categorias de classificação colonial no Rio da Prata (1680-1777). **Revista de Índias**, [S. l.], v. 83, n. 287, p. 143–174, 2023. DOI: 10.3989/revindias.2023.006. Disponível em: <https://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/1590>. Acesso em: 12 fev. 2025.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Cultura geográfica, colonialidade e economia-mundo: o centro da América do Sul nos 'mapas sertanistas' (primeira metade do século XVIII). **Colonial Latin American Review**, v. 28, n. 2, p. 229–257, 3 abr. 2019.

POSSAMAI, Paulo César. A fundação da Colônia do Sacramento. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 5, n. 12, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/254>. Acesso em: 20 maio. 2026.

POSSAMAI, Paulo César. **A vida cotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)**. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006.

POSSAMAI, Paulo César. O Porto mais ao sul da América Portuguesa: a Colônia do Sacramento. **Navigator**, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 95–109, 2023. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/5042>. Acesso em: 16 set. 2025.

POSSAMAI, Paulo César. Um Lugar Fora do Mapa: a Colônia do Sacramento. **Revista Mosaico**, v. 7, n. 2, p. 133-138, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4141>. Acesso em: 18 set. 2025.

PRADO, Fabrício. **A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa**. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

RODRIGUES, Carmem Marques. As técnicas cartográficas da carta dos diamantes dos padres matemáticos: diálogos entre o iluminismo e a arte de fazer mapas no século XVIII em Portugal e no Brasil. **Temporalidades - Revista de História**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, pp. 268-284, maio/ago. 2016.

SPOSITO, Fernanda. **Santos, heróis ou demônios?** Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/ Rio da Prata, séculos XVI-XVII). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

XAVIER, Newton da Rocha. **No solo regado a sangue e suor: a cartografia da Província Jesuítica do Paraguai (século XVIII)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.